

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIENCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS (MESTRADO)

JOSEBELY MARTINS DE SOUZA COSTA

MULHER E POLÍTICA: DISCURSIVIZAÇÕES SOBRE
CANDIDATAS NA MÍDIA *ON-LINE*

MARINGÁ – PR

2010

JOSEBELY MARTINS DE SOUZA COSTA

MULHER E POLÍTICA: DISCURSIVIZAÇÕES SOBRE
CANDIDATAS NA MÍDIA *ON-LINE*

Dissertação apresentada à Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Letras, área de concentração: Estudos Linguísticos.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Célia Cortez Passetti.

MARINGÁ – PR

2010

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá – PR., Brasil)

C837m Costa, Josebely Martins de Souza
Mulher e política : discursivizações sobre candidatas na
mídia *on-line* / Josebely Martins de Souza Costa. --
Maringá, 2010.
163 f. : il. (algumas col.), tabs.

Orientadora : Prof.^a Dr.^a Maria Célia Cortez Passetti.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de
Maringá, Programa de Pós-Graduação em Letras, 2010.

1. Mulheres na política. 2. Discurso midiático. 3. Mídia
on-line. 4. Análise discurso. I. Passetti, Maria Célia
Cortez, orient. II. Universidade Estadual de Maringá.
Programa de Pós-Graduação em Letras. III. Título.

CDD 22.ed. 401.41

JOSEBELY MARTINS DE SOUZA COSTA

**MULHER E POLÍTICA: DISCURSIVIZAÇÕES SOBRE
CANDIDATAS NA MÍDIA *ON-LINE***

Dissertação apresentada à Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Letras, área de concentração: Estudos Linguísticos.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Célia Cortez Passetti.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Maria Célia Cortez Passetti
Universidade Estadual de Maringá – UEM
Presidente

Prof. Dr. Pedro Navarro Barbosa
Universidade Estadual de Maringá – UEM
Membro Titular

Prof. Dr. Carlos Piovezani
Universidade Fe

DEDICATÓRIA

Ao meu pequeno Guilherme, filho amado e querido, que nasceu no início do desenvolvimento desta pesquisa e que, mesmo aos dois anos de idade, soube me esperar e compreender, à sua maneira, meus momentos de ausência

Ao meu esposo Fransley, meu amigo, meu amado, meu confidente, meu namorado. Por me apoiar, acalantar e me dar força em todos os momentos. Por ser meu cúmplice e lutar ao meu lado por nossos sonhos. Te amo!

Dedico também ao meu mais novo presente, meu segundo filho que estou esperando. Desde já te amo muito Vinícius!!

Aos meus pais Aguiar e Nizia, pelo incentivo na busca do conhecimento, por serem minhas referências de justiça e amor incondicional. Por torcerem e por terem comemorado a cada página escrita.

Aos meus irmãos Júnior e Juliana, pelas palavras de otimismo e pelo amor demonstrado.

Aos meus sogros Nelson e Rosa, meus cunhados Michele, Danilo, Rodrigo, Helen, Alyne e Leandro, pelo carinho, apoio e incentivo.

Aos meus sobrinhos amados Arthur, Giovani e Gustavo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por permitir a realização deste trabalho, por me inspirar e me fortalecer em todos os momentos da caminhada. Obrigada Senhor, por tua fidelidade, pela tua presença e por colocar em minha vida pessoas especiais que contribuíram para a concretização desse sonho. Louvo a Ti por mais esta conquista.

À minha orientadora Maria Célia Cortez Passetti, pelo comprometimento, pela disponibilidade. Por acreditar na minha proposta de trabalho e, principalmente, pela acolhida, carinho, amizade e compreensão nos momentos em que precisei me dividir entre ser mãe e pesquisadora.

À banca examinadora, Prof. Pedro Navarro e Prof. Carlos Piovezani, por ter aceito o convite e pelas contribuições preciosas na qualificação e na defesa que me fizeram repensar alguns conceitos constantes neste trabalho.

Aos professores do PLE, especialmente Ismara Tasso, Sônia Benites, Maria Aparecida Honório e Edson Romualdo, que muito contribuíram para minha formação, nas disciplinas ministradas e pelas críticas e sugestões no desenvolvimento desta pesquisa.

Aos amigos participantes do GEPOMI, com quem aprendi muito em nossas reuniões, momentos agradáveis de trocas e discussões.

Aos amigos do mestrado, Thais, Érika, Paula, Maria Fernanda, André, Poliana, Valquíria, Adéli, Juliana da Silveira, Verinha, Elaine, pelos conselhos, críticas e risadas.

Aos amigos queridos Francy, Valquíria Magro, Éder, Ângela, Tati, Sabiá, Rosângela, Júlio, Bia, Guilherme, pelo carinho e amizade.

Aos colegas de trabalho Aguiar, Aragão e Hélio, pelo incentivo e compreensão nas minhas ausências.

À Pró Reitoria de Recursos Humanos desta Universidade, especialmente à prof. Neusa Altoé e Edson Lazarin Volpato, por acreditar e apostar em minha pesquisa, aprovando meu afastamento parcial para o desenvolvimento da mesma.

A meu pai, pelas longas conversas sobre política, que me fez ter um olhar especial para esta temática.

Às mulheres da minha vida, Vó Maria (*In memoriam*) e minha mãe Nizia, exemplos de fibra, força, perseverança. Mulheres que me ensinaram ir à luta pelos meus ideais.

Agradeço, também, ao meu esposo pela colaboração nos assuntos de informática, internet, bem como a configuração e formatação das imagens constantes neste trabalho.

Especialmente, agradeço a toda minha família, pelo aconchego nas horas de angústias, por acreditar em minha capacidade, por incentivar os meus projetos e, principalmente, pelas orações junto a Deus Pai, para que eu prosseguisse firme em meus propósitos. Amo vocês!

A todos, meus sinceros reconhecimentos.

RESUMO

Considerando o reduzido número de mulheres que atuam no campo político e o poder da mídia, tanto em incentivar a participação feminina, como em denegrir a imagem política dessas mulheres reforçando a máxima machista de que outro seria o seu lugar, torna-se relevante problematizar como a mídia discursiviza a mulher política, produzindo identificações, fixando identidades. Norteada pela Análise do Discurso de linha Francesa, esta dissertação tematiza a discursivização da mulher política no discurso midiático, objetivando investigar como as candidatas Marta Suplicy (em São Paulo), Luisianne Lins (em Fortaleza) e Gleisi Hoffman (em Curitiba) foram representadas, enquanto sujeitos políticos femininos, na mídia *on-line* durante as eleições municipais de 2008. A pesquisa realizou-se em dois grandes momentos. Num primeiro momento, construímos um arquivo de notícias veiculadas na mídia *on-line*, durante o período de julho a dezembro de 2008, referente às candidatas. Dada à extensão do arquivo, procedemos em seguida à leitura e sistematização quantitativa das principais variáveis encontradas nos textos: a presença de diferentes gêneros textuais, diferentes instâncias de comunicação (a produção e a recepção), os posicionamentos em relação às mulheres candidatas (favoráveis ou contrários), as temáticas utilizadas para o agendamento midiático dessas candidatas bem como a presença ou ausência das questões de gênero nesses textos. Ao verificarmos o predomínio das questões de gênero, optamos por delimitar a pesquisa aos modos de representações da mulher política nessa parte do arquivo. Já num segundo momento, de delimitação do *corpus* de análise, tomamos como objeto discursivo as sequências organizadas em função dos principais acontecimentos discursivos, com o intuito de investigar como a questão de gênero funcionava na representação das candidatas pela mídia *on-line* nacional. A análise nos permitiu identificar os principais recursos linguístico-discursivos utilizados para cada candidata, a partir dos quais produziram-se efeitos de sentidos evidenciando, de um modo geral, que a mulher política diferente do homem político, é discursivizada por filiações a rede de memórias que estereotipam o feminino produzindo efeitos derrisórios, mesmo em um momento tão singular como as eleições. O apagamento da identidade política em si, aliado a esses efeitos tendem a fixar uma representação machista que apaga a identidade política dessa mulher e ridiculariza sua identidade feminina, como se uma e outra não pudessem constituir um único sujeito.

Palavras-chave: mulher política, discurso, mídia, mídia *on-line*.

RÉSUMÉ

En considérant le nombre réduit des femmes en actuation dans le secteur politique et le pouvoir des médias, soit en incentivant sa participation, soit en dénigrant l'image politique de ces femmes, finissant par renforcer le principe machiste de que ce n'est pas leur lieu, mais un autre, c'est pourtant important d'analyser la manière de construction du discours à propos de la femme politique par les médias, en produisant des identifications et fixant des identités. Orienté par l'Analyse du Discours d'origine Française, cette dissertation thématise la mise en discours des femmes politiques, en visant investiguer la manière de représentation des candidates Marta Suplicy (à São Paulo), Luisianne Lins (à Fortaleza) et Gleisi Hoffman (à Curitiba) tandis que des sujets politiques féminins, dans la presse *on-line*, à les élections municipales de 2008. La recherche s'effectuée en deux grands moments. Au premier, nous avons construit un archive avec des reportages ces vinculés par la media, dans la période de juillet à décembre 2008, qui font référence aux candidates. Pour l'extension du archive, procédons ensuite à la lecture et systématization quantitative des principales variables rencontrées dans les textes: la présence de genres différents textuels, différents niveaux de communications (production et réception), les positionnements en ce qui concerne les femmes candidates (favorables ou contraires), les thématiques pour annoncer ces candidates et aussi la présence ou absence des questions de genre dans ces textes. Au vérifier la prédominance des questions de genre nous avons choisi pour définir la recherche dans les possibilités présentées des candidates dans cette partie de l'archive. Déjà dans un deuxième moment, de délimitation du *corpus* d'analyse, nous prenons comme objet discursif les séquences organisés en fonction des principaux événements discursifs, afin de enquêter comme la question de genre ont été travaillé dans la représentation des candidates dans les discours de la presse *on-line* nationale. L'analyse nous a permis d'identifier des principaux mécanismes dans le fonctionnement discursive des énoncés des candidates à partir de cela, produit les effets de sens que sont mis en évidence, de manière générale, que la femme politique, au contraire de l'homme, est mise en discours par des filiations à un réseau de mémoires qui finissent par stéréotyper le féminin en produisant des effets dérisoires, même à un moment si singulier comme les élections. L'effacement de l'identité politique en soi-même, lié à ces effets, finissent par fixer une sortie de représentation machiste qui efface l'identité politique et ridicularise son identité féminine, comme si les deux ne puissent pas constituer un unique être.

Mots-clés: Femme politique, Discours, Médias, Presse *on-line*.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1 – Dilma – Ciberespaço.....	35
Imagem 2 – “No blog do filho, Ciro aponta ‘censura’ à campanha de Patrícia”.....	72
Imagem 3 – PT e Padres preparam manifesto contra rejeição de Marta Suplicy.....	92
Imagem 4 – Justiça proíbe imagem de Lula em propaganda de Patrícia.....	104
Imagem 5 – Ciro parte para ataque e chama gestão de Luizianne de “fuleiragem”.....	108
Imagem 6 – Charges postadas no site www.opovoonline.com.br	115
Imagem 7 – Charges postadas no blog coureausiara.blogspot.com	116
Imagem 8 – Gleise não comenta ascensão no Datafolha.....	121
Imagem 09 – Frames “É casado? Tem filhos?”.....	131
Imagem 10 – Recortes de páginas da Internet que remeteram à questão: “É casado? Tem filhos?”.....	135
Imagem 11 – Preconceito? Ora, importante é ser dondoca.....	144
Imagem 12 – Notas vadias de um domingo de notícias vagabundas.....	149

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Quantificação de acontecimentos discursivos e temática por candidata.....	97
Tabela 2 – Demonstrativo das temáticas desenvolvidas em cada página da Internet (Luizianne Lins)	101
Tabela 3 – Posicionamento nas discursivizações de LL.....	105
Tabela 4 – Modos de designação em LL.....	114
Tabela 5 – Modos de designação em PS.....	114
Tabela 6 – Demonstrativo das temáticas desenvolvidas em cada página da Internet (Gleise Hoffmman)	119
Tabela 7 – Modos de designação de GH.....	125
Tabela 8 – Demonstrativo das temáticas desenvolvidas em cada página da Internet (Marta Suplicy)	127
Tabela 9 – Modos de designação de MS.....	150

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1. GÊNERO FEMININO	17
1.1. Gênero uma questão em constante debate.....	17
1.2. Uma História desbravadora	18
1.3. O feminismo	19
1.4. A mulher e a política	28
1.5. A política de cotas	31
2. MÍDIA E POLÍTICA	38
2.1 A política	40
2.1.1 As origens.....	42
2.1.2. A política na contemporaneidade e suas conexões com a mídia.....	45
3. ANÁLISE DO DISCURSO	63
3.1. Conceitos basilares da AD.....	65
3.1.1. Discurso, sentido e efeito de sentidos.....	65
3.1.2. Sujeito e ideologia	66
3.1.3 Formação discursiva.....	69
3.1.4. Relações interdiscursivas.....	76
3.1.5. Memória discursiva, interdiscurso, silêncio.....	77
3.1.6. Acontecimento discursivo	85
3.1.7. O <i>corpus</i>	87
4. ANÁLISE DA DISCURSIVIZAÇÃO DAS CANDIDATAS	89
4.1 Considerações metodológicas.....	89
4.2. Os modos de discursivização de Luizianne Lins.....	99
4.3. Os modos de discursivização de Gleisi Hoffmann.....	117
4.4. Os modos de discursivização de Marta Suplicy	125
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	152
6. REFERÊNCIAS	157
7. ANEXOS	162

INTRODUÇÃO

A inserção, a participação e a conquista das mulheres nas mais diversas áreas profissionais ganha, gradativamente, maior espaço e atenção em discussões atuais. Para nós, destaca-se a atuação da mulher no âmbito da política pelo fato de ser este um campo predominantemente masculino. Considerando o reduzido número de mulheres que atuam no campo político e o poder da mídia tanto em incentivar a participação feminina, divulgando ações políticas, quanto em denegrir sua imagem, reforçando a máxima machista de que outro seria o seu lugar, torna-se relevante problematizar como a mídia discursiviza¹ a mulher política. Nesse contexto, esta dissertação tem como objetivo principal investigar a discursivização da mulher neste campo específico durante o período eleitoral. Nessa conjuntura, nesta luta pela inserção da mulher na política chamou-nos a atenção o fato de haver a lei das cotas, criadas para incentivar a participação da mulher na política. No entanto, ainda é mínima esta participação e, quando há, é inexpressiva. Contudo, há algumas situações em que as mulheres chegam a disputar altos cargos, com destaque na mídia, concorrendo ao cargo de Presidente, como é o caso de Ségolène Royal (na França), Cristina Kichner (na Argentina), Heloisa Helena (no Brasil em 2006), Hillary Clinton (que concorreu à candidatura para presidência dos EUA em 2008) e mais recentemente Marina Silva e Dilma Rousseff, candidatas à presidência no Brasil em 2010. Esta última venceu e se tornou a primeira mulher presidente do Brasil. Essa relação contraditória foi um dos aspectos que nos levou ao interesse desta pesquisa, o fato de haver a lei de cotas mínimas e, ainda assim, as mulheres não conseguirem atingir esta porcentagem. De fato, não nos cabe aqui dar conta de responder por que isso ocorre, entretanto podemos evidenciar como a mídia pode contribuir para este fato, por meio da investigação dos modos de discursivização da mulher política.

Pesquisas sobre a conquista e inserção da mulher no mercado de trabalho tem sido preocupação de estudiosos de diversos campos de saberes, como historiadores, antropólogos, sociólogos, comunicadores, linguistas, entre outros. Constatamos a existência de inúmeros trabalhos que têm como tema principal a “mulher” e, a partir deste, algumas vertentes que tratam a questão do gênero, porém com focos diferentes. Dentre os trabalhos sobre a temática “mulher”, há aqueles em que o foco principal é somente a questão do ‘gênero’. Essas

¹ Estamos entendendo como discursivização midiática a produção, bem como a veiculação dos discursos, pois a mídia não só veicula, mas também produz discursos, agenda temáticas, ora silencia, ora publiciza, acarretando diferentes efeitos de sentidos, o que implica em dizer que traz para si uma série de poderes. Além disso, a noção de discursivizar também supõe a adaptação dos discursos e seus efeitos de sentidos às diferentes materialidades do meio, como a Internet, por exemplo.

pesquisas enfatizam de maneira geral as questões históricas, as conquistas das mulheres, contemplando e problematizando questões sobre o gênero feminino em si. É o caso de pesquisadores como Magalhães (1999), que defendeu sua tese pela USP, sob o título “*Representações sociais do trabalho doméstico: trazendo à luz a dona-de-casa*”, pautando-se em estudos psicológicos e históricos, identificando as mudanças na condição social da mulher ao longo da história. Também pelo viés histórico temos a pesquisadora Perrot² (2005), entre tantos outros.

Há também outra vertente que trabalha a questão do *gênero na mídia*. Esse segundo grupo traz à tona questões sobre ‘*gênero e mídia*’. Há trabalhos que se aproximam, em parte, de nosso estudo, como o de Oliveira (2006)³, Antunes (2005)⁴ e Carvalho (2006)⁵, por se tratar de análises da representação do feminino na mídia. O segundo caso desenvolve suas análises pelo viés da semiologia. O primeiro e o terceiro trabalho têm como base teórica a Análise do Discurso (doravante AD) de linha francesa. Contudo, nosso estudo está relacionado especificamente com a mulher política e não com a mulher de uma maneira geral.

O terceiro agrupamento diz respeito aos trabalhos que contemplam a *mulher política* e neste encontramos diversos trabalhos. As discussões sobre a participação da mulher neste campo se dão por meio de áreas do conhecimento, como a história (o viés mais utilizado, assim como os trabalhos do primeiro grupo que evidencia as conquistas das mulheres, a luta pela igualdade, o feminismo, etc), sociologia, comunicação, como é o caso dos trabalhos de Zimmermann (1996)⁶, Souza (2005)⁷, Silvestrin (2000)⁸ respectivamente.

² Michelle Perrot é uma historiadora da França, grande mestra da história das mulheres. Destacamos uma de suas obras: “*Mulheres emparedadas e seus espaços de memória*” em que ela conta e discute a história da luta feminista.

³ Maria de Fátima Cabral de Oliveira, defendeu sua dissertação em 2006, pela USP, sob o título “*A mídia e as Mulheres: Feminismos, Representação e Discurso*”, pautada na AD de linha francesa. A autora analisa as representações das mulheres em textos publicados em jornais canadenses na década de 90, os discursos construídos sobre a mulher, seus estereótipos e as posições de sujeito assumidas. O trabalho também envolve discussões sobre o movimento feminista, aspectos históricos e etc.

⁴ Ana Luisa Antunes, com sua dissertação defendida em 2005, pela Universidade de Brasília, sob o título: “*A mulher na publicidade: novas representações e velhas ideologias*”, busca através de uma análise linguística e semiológica, investigar como a mídia impressa brasileira está utilizando a figura da mulher em suas publicidades.

⁵ Dissertação de mestrado defendida por Cristiane Portella de Carvalho, na Universidade Federal de Pernambuco, sob o título: “*A construção da Identidade Feminina em VEJA*”. Pelo viés da AD, procura diagnosticar como a mídia na atualidade constrói a identidade feminina. Nesse âmbito, discute ainda a linguagem como recurso essencial para definir e redefinir posicionamentos ideológicos, destacando a mídia como produtora de discursos hegemônicos.

⁶ Rosana Duarte de Carvalho Zimmermann, defendeu sua dissertação, pela Universidade Federal de Santa Catarina, sob o título “*Participação Político-Partidária da Mulher no Estado de Santa Catarina*”, onde discute a relação das candidaturas femininas e as propostas dos movimentos de mulheres em Santa Catarina de 1972 a 1992, a pesquisa é realizada por um viés histórico-social.

⁷ Dissertação de Mestrado, autoria de Adjane Rodrigues de Souza, defendida em 2005, na Universidade Federal de Goiás, sob o título “*Mulher, poder e política: representação política e Lei de cotas nas eleições em Goiás*”.

No decorrer do levantamento, encontramos poucas pesquisas que envolvem a questão da *mulher política relacionada à mídia*, o quarto e último agrupamento. Pensamos ser este o grupamento que mais nos interessou, por se tratar, assim como a nossa pesquisa, de trabalhos que envolvem as três temáticas simultaneamente: gênero, política e mídia. Esses trabalhos são norteados por teorias de diferentes campos de saber, como por exemplo, Arias (2005)⁹, que em sua dissertação utiliza o viés da teoria da *comunicação*. Há os que utilizam as *ciências sociais*, como é o caso de Gonçalves¹⁰ e outros que trabalham com *bases pragmáticas* como Ferreira (2006)¹¹, e há, ainda, pesquisadores como Gomes (2007)¹² e Sgarbieri (2003)¹³, que trabalham com a *Análise do Discurso Crítica*. Por fim, encontramos uma pesquisadora que desenvolve seu trabalho relacionando os três temas: mulher, política e mídia, à luz da AD de linha Francesa. Celma Oliveira Prado, mestranda da UESB, sob orientação da professora Maria da Conceição Fonseca Silva, desenvolveu uma pesquisa que resultou no artigo

A pesquisa se apóia na sociologia e aborda a representação e a participação feminina na política em Goiás (de 1992 a 2002), a partir da criação da lei de cotas. A autora busca compreender as relações entre mulher, poder e política e discutir as transformações ocorridas na representação feminina em Goiás.

⁸ A autora Celsi Bronstrup Silvestrin defendeu a tese em 2000, na USP, sob o título: “*Gênero, Política e Eleições*”, que pelo viés de teorias da Comunicação, faz um panorama sobre a trajetória política da mulher no Brasil, destacando a conquista do direito ao voto, a inclusão do sistema de cotas e ainda examina a influência da mídia no trato das questões de gênero.

⁹ Karina F. F. Arias, é autora da dissertação intitulada: “*Mulher negra na política: imagem veiculada na imprensa*”, defendida em 2005, na Universidade de São Paulo, em que trata de analisar (pelo viés da teoria da comunicação) os textos e as imagens sobre mulheres negras no exercício da política, publicados no jornal diário Folha de São Paulo, num período específico de janeiro a dezembro de 2002, com o objetivo de levantar as construções discursivas sobre a mulher negra que atua na política. Inicialmente, procedeu-se uma contextualização da situação social, política, econômica e cultural, destacando momentos importantes do papel que o feminismo cumpriu na História do Brasil.

¹⁰ Nathalia Augusta Gonçalves, no artigo científico (que foi orientador de sua futura dissertação) “*Mulheres Políticas: relações entre visibilidade e Gênero na mídia*”, vinculada à UFSCAR, discute a forma como as mulheres candidatas a cargos políticos são representadas na mídia, para isso utiliza teorias das Ciências Sociais, fazendo primeiramente um resgate histórico sobre as conquistas das mulheres, discute também sobre mídia e política, e com base nas reflexões teóricas expostas neste artigo, a autora pretende acompanhar o modo como Roseana Sarney e Heloisa Helena foram representadas pela imprensa nacional durante suas pré-candidaturas e campanha no primeiro-turno respectivamente.

¹¹ Dina Maria Martins Ferreira é pós-doutora pela UNICAMP na área da Pragmática, publicou diversos trabalhos sobre identidade, mídia e gênero pelo viés de abordagens pragmáticas. Seu trabalho mais interessante, ao nosso ver, é o artigo “*Identidade Feminina no Espaço Político: percurso simbólico na ecologia da linguagem*”, publicado no livro organizado pela própria autora em conjunto com o prof. Dr. Kanavillil Rajagopalan: “*Políticas em linguagem: perspectivas identitárias*”. No referido artigo, Ferreira busca configurar o movimento identitário feminino construído por \em jogos designativos no discurso da mídia. Para tanto ela analisa ilustrações nomeativas que giram em torno de figuras femininas, usando duas novas categorias de análise: a feminilidade e a feminilidade.

¹² Maria Carmem Aires Gomes publicou na Revista Linguagem em (Dis)curso, o artigo “*Mulheres e política: analisando a representação sociocultural midiática*”, com o objetivo de analisar estratégias discursivas empregadas pela mídia sobre a mulher política, usando para a análise, a Análise do Discurso Crítica, tal como desenvolvida por Fairclough, Van Leeuwen.

¹³ Astrid Nilsson Sgarbieri, publicou diversos trabalhos que cruzam os temas mulher, política e mídia, chamamos a atenção para um deles intitulado “*Mulher Brasileira na Política: Preconceitos e Evoluções- Representação na Mídia*”, onde analisa alguns processos de referência, socialmente construídos, na representação da mulher, pela mídia, no cenário político brasileiro.

“*Discurso e Memória: Mulher Política encenada na Mídia*”. Nele, Prado investiga como as revistas de informação como a VEJA tratam da participação e ou representação da mulher política brasileira, objetivando identificar em que lugares as mulheres são subjetivadas no tocante à política. A pesquisa de Prado é a que mais se aproxima da nossa, mas seu foco principal é a questão da ‘subjetivação’. Outra diferença se dá nos sujeitos analisados no nosso caso, especificamente são candidatas à prefeitura nas eleições de 2008. O suporte escolhido para análise também é diferente. Ela trabalha com a mídia impressa, a revista VEJA, e nós trabalharemos com a mídia *on-line*.

O trabalho de Arias também se identifica com o nosso, pelo fato de tratar da representação da mulher política na mídia, contudo, o aporte teórico que a autora utiliza é o da comunicação, além de trabalhar somente com a questão da mulher política ‘negra’, diferente de nossa pesquisa que analisa a questão da mulher política, mais especificamente candidatas, com foco no gênero feminino e não em uma parte deste grupo feminista, como é o caso deste trabalho que trata especificamente da mulher “negra”.

Percebemos, que, apesar de se ter um grande número de pesquisas sobre os temas ‘Mulher’, ‘política’ e ‘Mídia’, as pesquisas se dão em planos diferentes, uns com base feminista, outros que trabalham somente com a questão política. Em sua maioria, a preocupação maior é evidenciar os aspectos históricos das conquistas das mulheres e o movimento feminista em si, pelo viés da sociologia, das ciências sociais, da comunicação, etc. É assim também com relação ao tema ‘Mulher política’ analisada no âmbito da ‘mídia’, em que os trabalhos também buscam discutir o tema por uma perspectiva sócio-histórica, pautados na sociologia, na teoria da comunicação, na história, na psicologia, entre outras áreas. Constatamos a carência de estudos que sejam norteados por uma perspectiva discursiva, que, além dos estudos históricos sobre o feminismo (que também são importantes), tenha a linguagem como ponto de partida para as suas investigações. Nesse sentido, sentimos a necessidade de trabalhar com os três temas: mulher, política e mídia, num estudo amparado pela AD de linha francesa, contemplando a discursivização da mulher política pela mídia *on-line*, no período eleitoral, buscando compreender como ela é representada por esses meios de comunicação, as memórias discursivas que são acionadas e as formações discursivas que estão produzindo sentidos, ou seja, interpretar pela linguagem as possibilidades de sentidos presentes nos discursos da mídia *on-line* sobre a mulher política. Nosso objetivo específico será identificar, nos processos de discursivização midiática das candidatas, os recursos linguístico-discursivos utilizados (como o boato, os processos designativos, etc.), bem como as relações interdiscursivas estabelecidas, e as memórias discursivas por elas acionadas. É

nesse sentido que nosso trabalho vem contribuir, acrescentando aspectos não evidenciados nas pesquisas já existentes e abrindo espaço a discussões posteriores, apresentando reflexões acerca da temática mídia e política na contemporaneidade, evidenciando principalmente o gênero feminino no cenário político atual.

Ressalta-se, primeiramente, que para o desenvolvimento da pesquisa¹⁴ foi necessário elencar os sujeitos femininos a serem analisados, a saber: Luizianne Lins (Fortaleza), Gleisi Hoffman (Curitiba) e Marta Suplicy (São Paulo). Todas concorreram ao cargo de prefeita em 2008 e pertencem ao Partido dos Trabalhadores (PT). Segundo (TABAK, 1983, p.16)

(...) no seu conjunto, são os partidos de esquerda, mais particularmente os partidos socialista e comunista, que tendem a ampliar o número de mulheres admitidas no Parlamento ou no governo: atitude paradoxal, aparentemente, uma vez que o eleitorado feminino é antes conservador. (TABAK, 1983, p. 16)

Esse foi um dos critérios utilizados na escolha das candidatas a serem analisadas, as quais compõem o *corpus* da pesquisa, o fato de pertencerem ao Partido dos Trabalhadores (PT). Outro critério foi o fato do surgimento do partido coincidir com a forte mobilização das mulheres aqui no Brasil. Segundo Tabak, o partido surge engendrando uma proposta que reafirma que:

(...) as discriminações não são questões secundárias, como não é secundário o problema da mulher trabalhadora, segregada na fábrica, no campo e, não raro, também no lar'. No seu plano de ação, o PT coloca a mulher ao lado dos negros e dos índios, ao afirmar seu apoio aos movimentos de defesa de cada um desses grupos e se colocar explicitamente, no ponto VII, 'contra a discriminação da mulher. (TABAK, 1983, p. 143)

Godinho¹⁵ (1998) também pontua o fato de que:

No Brasil, o feminismo atual é contemporâneo do movimento de luta contra a ditadura, de reorganização popular e da esquerda. É neste mesmo processo que surge também o PT. Aqui, o feminismo encontrou eco junto a militantes políticas da esquerda, independentes ou de grupos políticos organizados, provenientes da luta contra a ditadura, e que buscavam construir o feminismo colado aos movimentos populares. (GODINHO, 1998, p. 15)

¹⁴ Que está inserida no Grupo de Estudos Políticos e Midiáticos – GEPOMI (CNPq – UEM) do qual fazemos parte.

¹⁵ Godinho destaca a estreita relação do Partido dos Trabalhadores e os movimentos em prol da mulher, porém ressaltamos que ela fala de uma posição sujeito, inserida em uma Formação Discursiva favorável à posição ideológica do PT.

Tabak (1983, p. 146) salienta a importância da atuação e do incentivo dos partidos nesta busca pelos direitos das mulheres. Segundo a autora, o movimento feminista é um movimento político e, assim, “a luta política é travada por numerosas organizações, de todo tipo, que reúnem diferentes setores da sociedade civil em torno de problemas específicos, de interesse comum.”, sendo os partidos, a instância de realização dessa atuação na política, pois “são os partidos que elegem as bancadas ao Parlamento, em todos os seus níveis e eles é que estão representados nas casas do Legislativo”. Além disso, participam das eleições, registram chapas de candidatos, entre muitas outras atribuições. (TABAK, 1983, p. 149).

Para desenvolver nossa pesquisa (que tem como objetivo geral investigar a discursivização da mulher política candidata na mídia *on-line*), propomos, inicialmente, alguns questionamentos que mapearam, de certa forma, o trabalho com o *corpus*, dentre eles, destacamos: Como se desenvolveram as discursivizações em torno das candidatas analisadas e como as questões de gênero determinaram ou constituíram os discursos sobre elas¹⁶?

As leituras depreendidas sobre o assunto até o momento apontam que hoje as questões de gênero ainda estão presentes no cenário político e são constitutivas nas relações sociais. No entanto, considerando que o período eleitoral, possui suas características específicas - e que o âmbito político do candidato seria a temática esperada - e considerando, também, que, ao se colocarem na posição social de candidatas a prefeitas, essas mulheres tenderiam a receber um maior agendamento midiático, nossa primeira hipótese foi a de que a mídia pudesse contribuir para o incentivo à participação feminina na política, dependendo da ênfase dada na cobertura eleitoral, evidenciando o lado político dessas mulheres. Com base nos estudos já levantados, foi necessário averiguar esta hipótese em termos quantitativos, verificando se a mídia contribui com a inserção da mulher na política ou se de fato ocorria o contrário, ou seja, se mesmo em momentos próprios do campo político, como o período eleitoral, as mulheres candidatas seriam discursivizadas de forma vinculada a questões de gênero ou adentrando-se na esfera privada, pessoal.

Buscamos num primeiro momento quantitativo das análises sistematizar as diferentes variáveis presentes no conjunto textual do arquivo¹⁷, a fim de verificar a predominância ou não das questões de gênero na discursivização midiática das três mulheres candidatas à prefeita em 2008. Derrubada a nossa hipótese positiva e confirmada na prática a tese de que ainda hoje as questões de gênero permeiam os discursos sobre a mulher em um campo

¹⁶ De certa forma, os resultados poderiam ou não, confirmar o que os autores - citados anteriormente - já diziam sobre a mulher na política, porém, agora em um *corpus* diferente, em uma conjuntura específica.

¹⁷ Como por exemplo, os gêneros textuais discursivos, os sujeitos políticos/ adversários políticos envolvidos, as temáticas desenvolvidas, e a ocorrência de acontecimentos discursivos.

predominantemente masculino, como o da política, mesmo em período eleitoral, partimos para o segundo momento de delimitação de um *corpus* extraído do arquivo geral da campanha que pudesse mostrar como isso ocorria e, desse *corpus*, delimitar mais especificamente o nosso objeto discursivo de análise através do recorte de sequências discursivas de referência para averiguar o modo de representação dessas mulheres candidatas. No início do capítulo quatro, apresentaremos a descrição da metodologia empregada nessas análises, que nos permitiu não só um primeiro levantamento de variáveis envolvidas nessas discursivizações, como também um movimento descritivo-interpretativo dos recursos linguístico-discursivos utilizados na representação da mulher política candidata pela mídia *on-line*.

Salientamos que a escolha da mídia *on-line* como suporte para as investigações deu-se primeiro pelo fato de que hoje a Internet é uma realidade. O *cyberespaço* está muito presente na vida social e tem sido utilizado com veemência no cenário político contemporâneo¹⁸, talvez pela rapidez na disseminação dos fatos, ou mesmo pelo princípio da interatividade, aproximando o leitor internauta à instância comunicativa internet. Além do fato de ser uma mídia que facilitou a coleta de material¹⁹, no grupo de pesquisa GEPOMI são analisados diferentes tipos de mídias, sendo assim, seria mais uma contribuição junto ao grupo de pesquisadores.

Para responder a esses objetivos e para o desenvolvimento de nossas investigações, mobilizamos três frentes teóricas para sustentar a pesquisa. Num primeiro momento fez-se necessário adentrarmos na questão do *gênero*, pois este é o ponto de partida para nossas análises. Assim, fizemos uma breve trajetória nos remetendo à história das mulheres, suas lutas e conquistas. Procuramos, em seguida, desenvolver uma reflexão acerca do campo em que se insere a mulher política, o *Político-midiático*, procurando explicitar como e de que forma se estabelecem os discursos nesta esfera. E, por fim, o terceiro campo que abordaremos é o da *Análise do Discurso*, disciplina que norteará a pesquisa com princípios teórico-metodológicos. É com bases nesses pressupostos teóricos que se pautarão as nossas análises, com a finalidade de responder às nossas inquietações sobre o funcionamento discursivo dos enunciados que circulam na mídia *on-line* sobre a mulher política candidata.

¹⁸ Prova disso foi a última eleição presidencial, em que a Internet e as redes sociais foram uma ferramenta muito utilizada na veiculação dos discursos.

¹⁹ Visto que trabalhamos com candidatas de três estados e que somente temos contato com a mídia impressa de nosso estado, limitando-nos à candidata Gleisi Hoffmann, diferentemente da mídia *on-line*, onde se tem uma maior abrangência da cobertura de outros estados, e o alcance da cobertura em São Paulo e Fortaleza foram possíveis com mais facilidade.

1. GÊNERO FEMININO

*“Ser mulher é um estigma ou um privilégio?
Ser mulher é um pecado ou uma graça que a
natureza nos outorgou?” (Pravaz, 1981)*

1.1. Gênero uma questão em constante debate

É notável o aumento dos trabalhos e discussões sobre a temática de gênero em nossos dias. Particularmente no âmbito acadêmico essas discussões ganharam destaque após a década de 70, com programas e grupos de estudos nos Estados Unidos e Europa, que se dedicavam a reflexões sobre a condição da mulher. Nesse sentido, Tabak (1983, p. 7) salienta que “O Ano Internacional da Mulher, celebrado pela ONU em 1975, constituiu uma importante contribuição, no sentido de chamar a atenção para as discriminações ainda existentes por motivo de sexo”. Nesse sentido, o movimento feminista também teve grande destaque e, sobre ele, nos debruçaremos mais adiante. Desde esta época até os dias atuais, produziu-se uma extensa bibliografia, abrangendo a questão do gênero, sob diferentes aspectos e vertentes teóricas.

O interesse pela questão do gênero se deu primeiro pelo fato de que “sou também uma mulher”²⁰ e mesmo que em uma intensidade menos agressiva ou explícita que antigamente, percebemos nos dias atuais ainda alguns resquícios do discurso patriarcal. Interessa-nos, também, os processos de inclusão da mulher no mercado de trabalho e sua condição enquanto sujeito. Assim, o presente trabalho será de uma pesquisadora *mulher*, sobre a *mulher*, ou melhor, sobre o que se diz da mulher no âmbito específico da política. Foram estas inquietações que me instigaram a me debruçar sobre esta temática, talvez tentando buscar uma compreensão ou outro olhar para o tema que envolve uma questão social ou, ainda, que nosso estudo possa incitar novas reflexões sobre o papel da mulher na contemporaneidade.

Considerando que nossa proposta é estudar o modo como a mulher política – mais especificamente a mulher candidata - é discursivizada pela mídia *on-line*, torna-se relevante retomar a história das mulheres²¹. Propomos neste capítulo algumas reflexões, traçando um percurso que contempla a trajetória da mulher ao longo dos anos, suas lutas e conquistas, o

²⁰ Peço licença, neste momento, por escapar às regras acadêmicas com relação à utilização da primeira pessoa do singular. O não emprego da impessoalidade deu-se, neste excerto justamente explicitar minhas impressões pessoais ou motivos que me instigaram esta pesquisa.

²¹ Esse resgate histórico também se faz importante visto que o aporte teórico utilizado neste trabalho, a AD, trata o discurso como sendo da ordem da língua e da História.

feminismo, até chegar à questão da mulher inserida na política - uma vez que nossa pesquisa vai trabalhar com o discurso midiático que versa sobre a mulher política - para assim delinear os espaços de memória ocupados pela mulher na história, identificar as posições assumidas, as formações discursivas existentes e o papel do discurso na construção da identidade da mulher.

1.2. Uma História desbravadora

Se voltarmos nosso olhar para a história dos movimentos em prol das mulheres, veremos que ela aponta para uma reação contra a ideia de discriminação, machismo etc., o que impulsionou as mulheres a uma luta incansável pela conquista de seu espaço e pela igualdade de direitos. Nessa perspectiva, Trigo (1994) salienta que, apesar da visibilidade da mulher profissional e das mudanças nas relações de gênero que têm tido maior destaque depois dos anos 60, alguns indícios dessas mudanças podiam ser percebidas desde a década de 30. Segundo a autora:

São Paulo, nas décadas que se seguiram à revolução de 30, foi cenário de profundas alterações no sistema sócio-econômico e cultural com repercussões nas relações de gênero, e no ideário sobre o lugar social da mulher. Ainda que não tão consistentes como dos anos 60, parece que alicerces para importantes mudanças são seguidos nesse período pós-Revolução. (TRIGO, 1994, p. 90)

A ideia que prevalecia desde esta época, e em alguns casos até hoje, era a de que enquanto a mulher ‘deveria’ cuidar do marido, filhos, de sua casa, estando restrita ao âmbito privado, ao homem era reservado o espaço público, o direito de cuidar ou dirigir não só sua casa, mas muitas casas, toda uma coletividade²², entre muitos outros direitos que era reservado somente aos homens. De acordo com Piovezani (2009, p. 274):

Na Antiguidade Clássica, (...) a medicina hipocrática pressupunha que **os corpos podiam ser quentes ou frios, respectivamente, segundo a pertença ao gênero masculino e feminino. Daí derivava a participação masculina na polis, no calor da vida pública, e a permanência feminina na oikos, nos recônditos da vida privada.** O corpo e a fala masculina na ágora grega são quentes e essa temperatura manifesta-se nas “acaloradas” intervenções dos oradores, nas assembleias helênicas. (Grifos nossos)

²² No sentido de governar uma cidade, por exemplo.

Corbin (2007, p. 8) também faz reflexões quanto aos espaços reservados ao homem e à mulher, retomando o dimorfismo que distingue os sexos, predominante no século XVIII. Segundo este autor :

À l'homme se trouve dévolu ce qui relève de l'exteriorité: l'initiative, l'action, la réalisation du projet durable ainsi que la fermeté, la maîtrise de soi, le contrôle des émotions. (...) À la femme est naturellement attribué ce qui relève de l'interiorité, (...), tout cela s'accorde à sa mission et à son destin; cest à dire à ce long cheminement que dessinent, de la puberté à la ménopause, la gestation, l'accouchement, l'allaitement, les joies et les devoirs de la maternité. L'interiorité se répercute dans le domaine social.

Esta relação estabelecida entre lugares ou espaços femininos e masculinos e as representações da mulher desde o tempo antigo em contraponto com moderno e contemporâneo, também pode ser vislumbrada nas reflexões de Piovezani (2009), que tece essa discussão relacionando-as às transformações da fala pública, que antes eram pronunciamentos feitos em espaços públicos, em palanques e modernamente passa a se apresentar em um espaço privado, de maneira mais branda, para as famílias no interior de suas casas. O estudioso sublinha que a década entre 1930-1940 ficou conhecida como a Era do Rádio. Nesta esfera, a potência vocal era uma característica importante, pois “era signo de uma distinção entre os gêneros: as tonitruantes vozes masculinas frequentavam o âmbito político e a instância cultural; e as doces e belas vozes femininas limitavam-se à segunda esfera.” (p. 244-245). Essas distinções são exemplos de delimitações de espaços ou lugares feitos desde épocas antigas. E assim, a mulher que almejasse adentrar no âmbito público, sofria coerções²³. É importante ressaltar que a mulher desta época sofreu, justamente em virtude das transformações que se anunciavam. A sociedade de modo geral, sentindo o prenúncio da modernidade, acaba por manifestar uma espécie de atitude de defesa contra essa nova sociedade que começava a surgir. É em uma reação a essas atitudes que nasce o feminismo.

1.3. O feminismo

“O feminismo quebrou as noções complacentes de que a tradição nos guia, acelerou mudanças e alertou para as transformações que continuam sendo necessárias.” (Bardwick, 1981, p. 27)

²³ Examina-se, entretanto, que em nossos dias este quadro obteve avanços, mas ainda não mudou totalmente. A mulher alcançou muitas conquistas, entretanto ainda percebemos resquícios do patriarcalismo nas representações da mulher contemporânea, como demonstramos em nosso capítulo analítico.

Falar da história das mulheres é falar de suas conquistas políticas, dos movimentos e dos silenciamentos e opressões sofridas. Iniciaremos esta reflexão falando do feminismo, pois entendemos que este movimento trouxe à tona reflexões e discussões sobre as mulheres, as quais a história oficial não colocava em pauta. A mulher foi excluída da história como se fosse destinada exclusivamente à reprodução, estando assim fora do âmbito ou de campos tidos prioritariamente como lugares da ação do poder masculino. Nessa perspectiva, por rígidas estruturas patriarcais elas foram esquecidas pela história oficial. Objetivando visibilidade e a quebra desse silêncio imposto às mulheres, o movimento feminista entra em cena, na busca de leis igualitárias, reivindicando participação, representatividade.

Nesse sentido, concordamos com Alves e Pitanguy que há quase três décadas diziam ser difícil:

(...) estabelecer uma definição precisa do que seja feminismo, pois esse termo traduz todo um processo que tem raízes no passado, que se constrói no cotidiano, e que não tem um ponto predeterminado de chegada. Como todo processo de transformação, contém contradições, avanços, recuos, medos e alegrias. (ALVES e PITANGUY, 1982, p. 7)

O feminismo surge juntamente com outros movimentos sociais que lutavam contra a opressão, contra as desigualdades sociais, como o movimento negro, homossexuais, entre outros. Antes do movimento feminista, na Idade Média, por exemplo, a mulher era considerada sob uma ótica de inferioridade em relação ao homem, devia obediência e submissão ao marido. O casamento era um negócio arranjado entre as famílias e a mulher era tida como uma mercadoria, cabendo a ela dedicar-se ao marido, à casa, aos filhos, ser somente esposa, mãe ou viúva e o principal papel da mulher era a procriação. Mas também havia casos de mulheres (as de baixa renda) que trabalhavam na agricultura, nas casas dos senhores, fazendo artesanato, entre outras funções, além de cuidar de suas próprias casas e de suas famílias. No entanto, essas mulheres eram vistas sempre desafiando a ciência e a Igreja, uma vez que esta apoiava a ideia que naturaliza o ambiente da mulher como o doméstico, o privado e, dessa forma, o lugar do homem seria o público, a cultura, estar em contato com a civilização.

Com o intuito de desconstruir esse modelo patriarcal, as mulheres travaram muitas lutas, buscando superar as formas de organização tradicionais, o autoritarismo, o patriarcalismo. O feminismo, entre tantas lutas, era um movimento que tinha a particularidade de não se organizar de forma centralizada, pois recusava uma disciplina única e, assim, era

composto de muitas frentes, abrangendo as necessidades, a vivência de cada mulher, fortalecendo assim a solidariedade. Mas havia sim uma organização, onde eram promovidos cursos, debates, campanhas, eventos em prol da mulher. Esse movimento atuou em todas as esferas em que as mulheres buscavam recriar as relações interpessoais, dando valor ao próprio feminismo. Alves e Pitanguy salientam que

O feminismo buscou repensar e recriar a identidade de sexo sob uma ótica em que o indivíduo, seja ele homem ou mulher, não tenha que adaptar-se a modelos hierarquizados, e onde as qualidades ‘femininas’ ou ‘masculinas’ sejam atributos do ser humano em sua globalidade. (ALVES e PITANGUY, 1982, p.9).

Percebemos que o feminismo não buscou colocar a mulher em um patamar de superioridade em relação ao homem, mas em uma relação de igualdade, no âmbito profissional, na família, na política, etc. Em relação à maternidade, o movimento feminista não a tratava como fator determinante para a mulher, mas uma reação contra o discurso patriarcal da Igreja, que colocava a maternidade como sendo a principal atividade da vida de uma mulher, sendo, assim, determinante. No feminismo, refuta-se o determinismo biológico que reserva às mulheres um destino social de mães. Com base nesta evidência, a crítica feminista defendia o direito de escolha (ter ou não filhos e quando tê-los), apoiando-se até mesmo na difusão dos métodos contraceptivos, como a pílula anticoncepcional. Porém, essa opção da mulher em relação à maternidade, dependia também de uma série de condições como, por exemplo, o investimento em creches, onde os filhos pudessem ser assistidos enquanto suas mães estivessem no trabalho para que a experiência de ser mãe não fosse determinante para ausência das mulheres nos espaços públicos (pela gestação, amamentação) limitando-as ao espaço privado e à dominação masculina.

O feminismo foi um movimento que, a partir da década de 60, trabalha com duas vertentes. Uma delas defende a luta contra as desigualdades no exercício dos direitos; a outra questiona as raízes culturais desta desigualdade, refletindo sobre a questão do “eterno feminino”, que coloca a mulher em uma posição de inferioridade por fatores biológicos, onde o homem seria quem ‘manda’, estaria num mundo externo, público e a mulher ‘obedece’, estando restrita a um mundo interno, privado. A mulher teria essa característica de ser emocional e o homem intelectual. Isso toca na relação da identidade e diferença, pois a busca feminista era a quebra das identidades tradicionais masculinas e femininas, isto é, a partir daí as identidades sofreram certo ‘abalo’. Esta afirmação pode ser endossada com o exemplo da mulher inserida no campo da política, uma vez que é uma área dominada pelo homem e que

aos poucos a mulher vem ganhando espaço. Nessa perspectiva, o homem seria o ‘Mesmo’ e a mulher seria o ‘Outro’ deste campo e que, pela sua participação, acabou por incitar mudanças até mesmo na identidade do homem, que se viu obrigado a conviver e a lidar com esse ‘Outro’.

SURKIS (2007, p. 14), aponta que a luta feminista e as conquistas, geraram pois, um olhar à história das masculinidades.

Joan Scott, dans son travail de conceptualisation du ‘genre’ comme catégorie d’analyse historique, a également insisté sur cet aspect relationnel. Elle a montré comment le masculin et le féminin, bien qu’historiquement variables, dépendent toujours l’un de l’autre pour avoir un sens, comme la force se différencie de la faiblesse, l’activité de la passivité, l’universel du particulier. L’étude du genre vise les représentations de la différence sexuelle afin de décrire les façons dont ces symbolisations structurent les relations sociales, surtout en tant que relations de pouvoir.

Dessa forma o autor pontua que é necessário reconhecer que a história das mulheres não pode ser escrita sem levar em conta a história dos homens, e da mesma forma, não se pode estudar a história das masculinidades sem considerar a feminilidade, como a relação do mesmo e do Outro, sendo uma relação constitutiva. Segundo o teórico:

Apparu dans les discours féministes des années 1880, et d’usage courant jusqu’aux années 1930, le terme *masculinisme* désigne alors la posture défensive, à la fois discursive et pratique, que susciterent aussi bien cette nouvelle mixité que l’ensemble des revendications d’égalité juridique entre les sexes qui traversent toute la III^e République. (...) la notion de *masculinisme* met davantage l’accent sur les motivations identitaires de cette opposition, en termes de résistance à l’évolution de l’ordre des sexes et de préservation des privilèges masculins. (RENNES, 2007, p. 98)

O feminismo foi importante, pois caracterizou-se por um momento de muitas lutas, reivindicações e acabou por provocar uma reviravolta nas reflexões sobre as relações sociais da época. No Brasil, o feminismo também foi imprescindível, visto que:

Depois de alcançado o direito ao voto, em 1932, houve também no Brasil um período de refluxo do movimento de mulheres, não apenas por características intrínsecas a este, mas também pela própria conjuntura política que, a partir de 1937, início do Estado Novo, impediu qualquer tipo de mobilização popular de cunho reivindicatório. (ALVES e PITANGUY, 1982, 71)

Com a chegada da democracia, em 1945, a mobilização das mulheres ganha força novamente e é nesse sentido que o feminismo se destaca enquanto movimento organizado, conforme pontua Alves e Pitanguy (1982, p. 74)

O feminismo se constrói, portanto, a partir das resistências, derrotas e conquistas que compõem a História da Mulher e se coloca como um movimento vivo, cujas lutas e estratégias estão em permanente processo de recriação. Na busca da superação das relações hierárquicas entre homens e mulheres, alinha-se a todos os movimentos que lutam contra a discriminação em suas diferentes formas.

Nos anos 70, o movimento ressurgiu com considerável força política e com potencial para transformações sociais e a partir daí surgiram outras organizações de mulheres que lutaram por reivindicações específicas. Desta forma, o feminismo tratava das questões sobre a invisibilidade da mulher e as ações do movimento se deram na reivindicação da igualdade de direitos entre homens e mulheres, bem como de seu espaço nos diversos campos que até então eram ocupados pelo público masculino.

Nesse processo da luta feminina, 1975 foi um ano muito importante, pois foi aprovada a Declaração das Nações Unidas contra a Discriminação da Mulher, a qual enfatiza que a discriminação contra a mulher é injusta e constitui ofensa à dignidade humana. Este foi também o ano que a 30ª Assembléia Geral das Nações Unidas proclamou o Ano Internacional da Mulher, que segundo Segnini (1994, p. 36), “significou um fato determinante na continuidade da luta da mulher em prol da mudança de sua posição na sociedade.”

Tabak (1983, p. 39) pontua que 1975-1985 foi a década das mulheres, com “vários eventos voltados especificamente para o estudo e a divulgação da condição da mulher na sociedade: reuniões, conferências e seminários.”. Com a realização desses eventos, “ampliava-se o âmbito das políticas sociais na medida em que foi sendo reconhecido que alterar a situação desigual da mulher implica em alterar a divisão sexual do trabalho e superar o acesso desigual aos bens e poder político.” (MORAES, 2003, p. 5)

Em 1980, na Conferência de Copenhague, observou-se que para que ocorresse a participação das mulheres na política e em outros processos decisórios, os governos e partidos políticos precisariam elaborar estratégias para ampliar as possibilidades de acesso da mulher a funções públicas em todos os níveis, incentivando o recrutamento e a promoção de mulheres, a cargos de comando, onde possam opinar e contribuir ativamente. Mas, para que a mulher pudesse assumir cargos, trabalhar, era preciso uma readequação na sociedade, a começar pela divisão de trabalhos domésticos. Era preciso, também, que a sociedade melhorasse a

infraestrutura, disponibilizasse mais creches, para que as mulheres deixassem seus filhos para poderem trabalhar²⁴.

Segundo Ergas (1991, p. 580 *apud* NOGUEIRA, 2001) “a emergência do feminismo como força política parece ter anunciado – e talvez realizado -, significativas redefinições dos alinhamentos políticos e dos acordos institucionais tradicionais”. Ergas aponta que apesar de hoje vivermos em uma sociedade onde a maioria dos homens apóia as mulheres em suas carreiras profissionais, infelizmente ainda as relações continuam a desenvolver-se em função dos homens,

(...) existe ainda o pressuposto implícito que a mulher deve ter um emprego que lhe permita conciliar as tarefas domésticas, de forma que a vida familiar não seja afetada pela sua atividade profissional. (NOGUEIRA, 2001, p. 156)

Adentrando na realidade brasileira, Moraes (2003, p. 1) nos mostra que o Brasil carrega uma pesada herança das ditaduras militares, que deixou “um rastro de sangue e irreversíveis seqüelas sociais”. A autora pontua que na época de 1970,

No contexto histórico das ditaduras militares e na ausência dos direitos políticos elementares as feministas participaram das lutas pelas liberdades democráticas a partir de grupos e reivindicações sobre temas afeitos às mulheres, dentro dos limites estabelecidos pelos estados policiais. (MORAES, 2003, p. 4).

E assim como em outras partes do mundo, o patriarcalismo doméstico e o machismo na política fizeram com que as feministas defendessem a autonomia do movimento de mulheres.

Moraes também assinala que o movimento de mulheres oscila entre a institucionalização e a contestação, havendo assim vários feminismos “que estão presentes em nossas sociedades latino-americanas” (MORAES, 2003, p. 6). Faz-se importante pontuar as circunstâncias históricas em que ocorreram as lutas femininas como, por exemplo, as ditaduras militares. “O golpe militar de 1964 impediu a democratização da sociedade brasileira e a expansão dos direitos de cidadania.” (Op. cit. p. 7). E isso afetou também o feminismo, visto que,

²⁴ Ao que nos parece, ainda não se trata de uma opção. Resquícios dessa mulher de antes ainda são visíveis em nossos dias.

No Brasil, a inquestionável presença do feminismo como porta-voz dos direitos de cidadania às mulheres – alargando o próprio conceito de direitos humanos – soma-se à atuação de muitas feministas no movimento pela anistia e na luta dos familiares dos mortos e desaparecidos políticos. (MORAES, 2003, p. 9)

Nessa perspectiva, sublinhamos a importância do entrelaçamento entre o feminismo e os movimentos populares.

O contato direto entre militantes políticos e movimentos populares e sua interpenetração transformaram a prática política no país. Ademais de estimularem a criação de grupos e associações, uma parcela importante da oposição criou, no final dos anos setenta, um novo partido político defensor do socialismo e da democracia e o mais avançado dos programas feministas, o Partido dos Trabalhadores – PT (MORAES, 2003, p. 14-15)

Moraes (2003, p. 15-16) pontua que “em 1982, a oposição ganhou o governo do Estado de São Paulo e foi criado o primeiro Conselho da Condição Feminina, inspirado no similar francês. Esse é o ponto de inflexão. A partir de então abriu-se um campo de atuação dentro do aparelho de Estado”. Apesar disso, os conselhos da condição feminina acabaram perdendo sua autonomia e se transformando em órgãos subordinados às políticas do governador em exercício significando, segundo Moraes (2003) na “sua despolitização e perda de eficácia.” (Op. cit. p. 16)

Assim, na presidência de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) houve a criação de novos postos de trabalho, novas teias entre governo e conselho, o que gerou uma fragmentação e tensão entre feministas ‘tucanas’ e ‘petistas’, por exemplo.

Isso nos remete aos déficits ou fraquezas do movimento feminino, e às questões pelas quais ainda se é preciso lutar. Segundo Moraes

O fato das mulheres terem sua participação na vida social determinada por três elementos qualitativamente distintos – sexo, classe e etnia- raça – explicam em parte as fraquezas e os limites dos diversos movimentos femininos que a história conhece. Todas as mulheres sofrem a mesma discriminação sexual e têm, neste sentido, reivindicações comuns. Mas a possibilidade de transformar estas reivindicações numa plataforma única, de sensibilizar todas as mulheres em relação a esta plataforma, está dada pelas contradições situadas no âmbito da divisão de classes. (Op. cit. p. 32)

De acordo com a autora, as reivindicações feitas vão depender do grau de desenvolvimento econômico e social de cada sociedade. Existem feministas de direita e de esquerda. As primeiras, são pouco preocupadas com a luta de classes. Já o feminismo de

esquerda “considera que a inegável inferioridade social da mulher na maior parte do mundo, isto é o fato de que as mulheres são oprimidas enquanto tal, é inseparável das divisões oriundas da estrutura de classes.” (Moraes, 2003, p. 33). A principal divergência entre feminismo liberal e feminismo socialista é que estas entendem que a emancipação das mulheres exige a superação do patriarcalismo e do capitalismo e as liberais lutam somente pela igualdade entre os sexos, sem referência às hierarquias de classe.

Apesar dos obstáculos, paulatinamente as mulheres foram conquistando seu espaço profissionalmente. Nesse sentido, Moraes (2003) ressalta o aumento da porcentagem de mulheres chefes de família e, segundo ela, “O processo de intensa urbanização que acompanha o capitalismo implicou a drástica transformação de sociedades rurais em sociedades industriais” (Moraes, 2003, p. 27). Essa modernização leva também ao aumento da participação feminina no mercado de trabalho, o que reflete também na desestruturação do modelo nuclear da família, implicando no aumento das responsabilidades femininas como provedoras de suas famílias. Embora seja uma conquista, a entrada da mulher no mercado de trabalho, esse fato resultou na sobrecarga da dupla jornada de trabalho, com um acúmulo de tarefas. A mulher agora divide as mesmas responsabilidades de provedoras que seus maridos/companheiros, no entanto, não consegue dividir as tarefas domésticas e familiares. Nesse sentido, pode-se dizer que o capitalismo, juntamente com o patriarcalismo, de certa forma, sobrecarrega as mulheres.

Ressaltamos, também, que os avanços e as conquistas alcançadas pelas mulheres acabam por transformar as relações sociais. A inserção da mulher no mercado de trabalho, foi de certa forma, um deslocamento nas estruturas da sociedade, fatores que influenciaram na questão da identidade. O teórico cultural Hall (2006) trabalha com a questão das identidades fragmentadas do indivíduo pós-moderno, segundo ele, “as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado”. (HALL, 2006, p. 7)

Nessa perspectiva, não se tem mais um sujeito uno, centrado, integrado, havendo assim um deslocamento do indivíduo, de seu lugar no mundo social e cultural. Hall pontua que as identidades modernas estão sendo descentradas, deslocadas ou fragmentadas;

Um tipo diferente de mudança estrutural está transformando as sociedades modernas no final do século XX. Isto está fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado,

nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais. (HALL, 2006, p. 9)

O autor chama essa descentração dos indivíduos - de seu lugar no mundo social e cultural, bem como de si mesmos - de “crise de identidade”. Esse processo de mudança permanente desloca as estruturas das sociedades modernas e abala os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável (uma referência) no mundo social.

Hall (2006) descreveu alguns fatores que levaram a essas mudanças, traçando assim, cinco descentramentos. O primeiro deles refere-se às tradições do pensamento marxista; o segundo descentramento é relativo ao pensamento de Freud sobre a descoberta do inconsciente; o terceiro associa-se aos trabalhos de Saussure e ao surgimento da linguística moderna; já o quarto é refere-se aos trabalhos de Foucault, a propósito da genealogia do sujeito moderno e sobre o poder disciplinar. Por fim, destacamos o quinto descentramento, por tratar-se do impacto do feminismo, tanto como crítica teórica, como movimento social. O feminismo faz parte do chamado “grupo de novos movimentos sociais”, que surgiram nos anos 60, juntamente com as revoltas estudantis, as lutas pelos direitos civis, entre outros movimentos. Segundo Hall, o movimento feminista emerge trazendo à luz a política da identidade, contribuindo para o descentramento do sujeito, bem como os movimentos da época de 68,

Cada movimento apelava para a *identidade* social de seus sustentadores. Assim, o feminismo apelava às mulheres, a política sexual, aos *gays* e *lésbicas*, as lutas raciais aos negros, o movimento antibelicista aos pacifistas, e assim, por diante. Isso constitui o nascimento histórico do que veio a ser conhecido como *política de identidade* – uma identidade para cada movimento. (HALL, 2006, p. 45)

Dessa forma, “Aquilo que começou como um movimento dirigido à contestação da *posição* social das mulheres expandiu-se para incluir a *formação* das identidades sexuais e de gênero.” (Hall, 2006, p. 45-46)

Nesse sentido, Mihaely (2007, p. 128) afirma que “La cristallisation d’identités sociales est un phénomène complexe”. O autor ressalta a existência de certas posições, lugares no mundo do trabalho, contribuindo para a formação de identidades, assim, “les domestiques forment le pôle féminin, et les militaires – en tant que représentations d’une masculinité hégémonique – le pôle viril.”

Ressaltamos a importância dessas questões, se pensarmos, conforme Hall, que a identidade²⁵ está profundamente envolvida no processo de representação, “a moldagem e a remoldagem de relações espaço-tempo no interior de diferentes sistemas de representação têm efeitos profundos sobre a forma como as identidades são localizadas e representadas”. (Hall, 2006, p.71).

Com base nas considerações acima expostas, passaremos a seguir ao ponto que consideramos fundamental nas discussões sobre gênero: a mulher no campo político.

1.4. A mulher e a política

Assim como em outros campos, no âmbito da política a luta não foi diferente. Durante muito tempo, as mulheres estiveram afastadas da cena política e sua importância social não era reconhecida. No entanto, é notável que seu papel tenha sido fundamental para a sustentação das bases da nossa sociedade. Desta forma, com o estereótipo que a mulher carregava, de ser o sexo frágil, entre outros, ela não seria capaz de guiar sua própria vida, considerando a submissão ao homem, quanto mais uma cidade, um estado, ou um país. Pinto (1992) pontua que o patriarcado brasileiro, influenciado pelo patriarcalismo cristão cuja origem remonta à mescla da tradição judaica com a cultura greco-romana, foi uma das explicações da ausência das mulheres na atuação política. Segundo esta estudiosa:

A função reprodutora da mulher ao mesmo tempo justifica sua existência e é motivo de sua subordinação. Segue-se, presa a esses dois primeiros elos da corrente que ata as mulheres confinando-as à esfera doméstica e afastando-as das funções públicas; anulando ou minimizando seus direitos à propriedade e seus direitos civis, excluindo-a de toda função civil ou pública; relativizando e até desconhecendo sua participação na economia. ‘A distribuição do espaço entre homem e mulher não é consequência inelutável da filosofia dos seres, mas elemento importante da estrutura patriarcal’. Daí se passa fácil e inevitavelmente à dicotomia inferior-superior. (PINTO, 1992, p. 66)

É importante ressaltar que a exclusão da mulher neste campo tem uma história longa. As mulheres, até bem pouco tempo, não tinham nem mesmo o direito de participar das

²⁵ Assim, essas noções desenvolvidas por Hall são para nós esclarecedoras, quando nos remetemos à investigação dos discursos sobre a mulher candidata na mídia *on-line*, sobre as representações dessas mulheres, as identidades a elas ofertadas, etc.

eleições, escolhendo seus representantes. O direito ao voto das mulheres veio por decreto²⁶ do presidente Getúlio Vargas em 24 de fevereiro de 1932, vitória que, na época, soava conservadoramente, pois nem todas as mulheres poderiam votar. Vale lembrar também que, de 1937 a 1945, houve a ditadura e as reivindicações foram dispersas. O direito pleno do voto para todas as mulheres só foi instituída com a constituição de 1946. A presença das mulheres na arena política foi, assim, construída no período da ditadura, a partir dos anos 60, sendo um dos elementos que contribuiu para os processos de mudanças no regime político.

Como ressaltamos anteriormente, em 1932 é assegurado o direito às mulheres de votar e serem votadas, no entanto, somente em maio de 1985 é que esse direito foi estendido aos analfabetos, incluindo as mulheres analfabetas. E, a partir da Constituição de 1988, são obrigatoriamente eleitores os brasileiros (mulheres e homens) maiores de 18 anos e, facultativamente, brasileiros (mulheres e homens) analfabetos, maiores de 70 anos e os maiores de dezesseis anos e menores de 18 anos.

Considerando que nosso trabalho se pautará na investigação de como três candidatas a prefeitura foram discursivizadas pela mídia *on-line*, faremos um pequeno parênteses, para discorrer sobre as mulheres prefeitas no Brasil, fato que, de certa forma, é costurado com a história das mulheres na política²⁷. A primeira mulher eleita para a prefeitura no Brasil foi Alzira Soriano de Souza, em 1928, no município de Lages, Rio Grande do Norte, entretanto, ela não exerceu o mandato, pois a comissão de poderes do senado a impediu de tomar posse e anulou os votos de todas as mulheres na cidade. Em 1934, Vicência Alves Cavalcante exerceu o cargo de prefeita do município de Campo Maior (Piauí) e, apesar da escolha não ter sido pelo voto popular, Vicência está entre as primeiras mulheres a ocupar o cargo de prefeitas no Brasil. Outra mulher que não poderíamos deixar de citar é a paraibana (mas atuante em São Paulo) Luiza Erundina²⁸. A primeira mulher a comandar a maior cidade da América Latina, São Paulo, chega à prefeitura eleita pelo Partido dos trabalhadores em 1988, governando até 1993, é considerada, durante seu período na prefeitura, uma das principais lideranças de esquerda do país. Desde as primeiras mulheres prefeitas até nossos dias, inúmeras mulheres se

²⁶ O Código Eleitoral Provisório, Decreto n.º 21.076, concede o direito de voto às mulheres casadas, desde que tivessem a autorização dos maridos, e a algumas mulheres solteiras ou viúvas, desde que tivessem renda própria. Em 1934, são eliminadas algumas restrições, porém torna o direito ao voto apenas às mulheres que exercessem funções remuneradas em cargos públicos.

²⁷ Salientamos a importância de evidenciar esse levantamento histórico em nosso trabalho, que é pautado na análise do discurso, em que a história produz efeitos interdiscursivos. Esse foi nosso intuito, pois os fios da história se fazem presentes na sociedade atual, esse caráter histórico projeta a historicidade nos enunciados, pois a luta das mulheres gerou frutos bons, porém, gerou também certo desconforto por parte dos patriarcalistas culminando em manifestações de preconceito contra a mulher, é o que pode ser notado nas análises realizadas neste trabalho.

²⁸ Atualmente, Erundina é Deputada Federal por São Paulo.

candidataram, algumas foram eleitas e, segundo dados do TSE, nas últimas eleições para prefeitura, em 2008, de um total de 15.488 candidatos ao cargo de prefeito(a), 13.768 eram homens e 1720 mulheres, lembrando que neste período já vigorava o sistema de cotas e nem assim conseguiu-se atingir o percentual previsto de no mínimo 30% e no máximo de 70 % para qualquer um dos sexos a partir das eleições do ano 2000. O resultado destas eleições ficou em 5023 candidatos masculinos eleitos, e somente 502 mulheres eleitas ao cargo de prefeita.

Como podemos observar a entrada da mulher para a política não foi fácil, assim como para as outras atividades profissionais, mas foi uma conquista de grande importância. Pensar no fim da subordinação /discriminação das mulheres e na conquista de um lugar de igualdade com o homem, em todos os níveis, dependerá necessariamente de decisões políticas, daí a importância de inseri-la neste campo.

Todas essas transformações abalam os alicerces de todo um sistema de valores já estabelecidos, levando a uma reformulação de conceitos e posições. Nesse sentido, ocorreram várias ações governamentais e não-governamentais com o objetivo de assegurar os direitos políticos, econômicos, civis e educacionais das mulheres, como, por exemplo, em 20 de dezembro de 1952, a Assembléia Geral da ONU adotou a

Convenção sobre os *Direitos Políticos da Mulher*, por iniciativa da Comissão sobre o *Status* da Mulher. É o primeiro instrumento de direito internacional que visa assegurar e proteger os direitos da mulher em escala mundial. Ela proclama não só que a mulher deve ter direito a votar e ser votada para órgãos nacionais, mas o artigo III estipula especificamente que as 'mulheres devem ser admitidas ao serviço público e a exercer todas as funções públicas, estabelecidas pelas leis nacionais, em igualdade de condições com o homem, sem qualquer discriminação. (TABAK, 1983, p. 21)

Vale ressaltar que a ONU não pôde obrigar o cumprimento dessa convenção, o que acentua a importância dos órgãos não-governamentais, para trabalhar no sentido da adoção desta convenção. A partir desta data houve muitas iniciativas e eventos, com a finalidade de conscientizar e incentivar a mulher para a ampliação de sua participação na vida pública, estimulando-a a participar efetivamente da consolidação da democracia no Brasil, esforçando-se pela conquista da igualdade de direitos nos campos profissional, administrativo, político, etc.

Olhando para o recrudescimento do autoritarismo e a instalação de governos militares, o feminismo vem participar da luta contra esses sistemas, uma vez que os regimes autoritários insistiam na ideia de que o papel da mulher era a responsabilidade pelo futuro de seus filhos.

Esses regimes trabalhavam no sentido de impedir a articulação de movimentos, de se organizar livremente e/ou expressarem sua opinião.

Tabak pontua também que:

A questão é que o papel da mulher na luta pela mudança política e social tem sido ou minimizado ou ignorado por historiadores e cientistas políticos. As mulheres tiveram uma participação muito ativa na luta da resistência durante a Segunda Guerra Mundial. (...) As feministas consideram, como uma de suas principais tarefas, trazer para o primeiro plano a história oculta dos movimentos das mulheres, estudar as mulheres como atores da política e não apenas como objetos passivos, obedientes a certas ordens masculinas. (TABAK, 1983, p. 72-73).

No entanto, a atuação dessas mulheres, até 1983, é limitada, tímida, circunscrita a posições com pouco poder decisório. Nesse sentido, “o período que se seguiu imediatamente ao término da 2ª Guerra Mundial foi de intensa expansão do movimento feminino organizado, através de todo o Brasil e de participação muito mais expressiva das mulheres, no plano social e político.” (op. cit. p. 126)

Há que se considerar, entretanto, que para aumentar o número de mulheres em cargos de liderança, no poder e, conseqüentemente, na política, é necessário que ocorram mudanças não só nas instituições, como também mudanças psicológicas das próprias mulheres. “As mulheres em posição de liderança terão de estar certas de seus motivos para vencer, dispostas a competir e agredir, seguras do papel que escolheram e sem medo da situação de evidência, responsabilidade e sucesso.” (Bardwick, 1981, p. 202-203)

No jogo do privado e público, a presença das mulheres no espaço público tem quebrado preconceitos e promovido mudanças nas relações domésticas e sociais, evidenciando suas grandes possibilidades de contribuir com a política. Hoje elas representam metade do eleitorado no Brasil, entretanto, permanecem em minoria²⁹ absoluta no Parlamento, no Executivo e no Judiciário, apesar da existência de cotas previstas em lei.

1.5. A política de cotas

²⁹ Nota-se aí uma grande contradição, pois apesar de haver um crescimento expressivo da participação da mulher no mercado de trabalho, isso não teve ressonância na esfera dos cargos de poder ou eletivos. Verifica-se uma notável sub-representação de mulheres nesses cargos de comando, apesar de serem a maioria dos eleitores.

Segundo informações do Tribunal Superior Eleitoral³⁰, existem no Brasil apenas 6.566 vereadoras e 418 prefeitas, ou seja, 87,4% das cadeiras para vereador são ocupados por homens e 92,5% das Prefeituras são dirigidas por eles, o que demonstra uma situação de sub-representação das mulheres no campo da política. Esses números são extremamente altos, se considerarmos que as mulheres são 52% do eleitorado.

Levando em conta a pouca representação das mulheres em cargos de direção e de decisão política e a discussão sobre a necessidade de um maior equilíbrio entre mulheres e homens no exercício do poder, as propostas de cotas para mulheres ou cotas mínimas e máximas por sexo mostram-se como um dos instrumentos que possibilitam ou asseguram uma redistribuição efetiva do poder. Ou seja, a política de cotas viria reequilibrar a participação política das mulheres nesses espaços, assegurando uma representação mais equilibrada entre mulheres e homens.

Miguel (2000, p. 21) salienta que:

Da mesma forma que a conquista do direito das mulheres ao voto e à elegibilidade faz parte de um processo mundial, a conquista de cotas por sexo em processos eleitorais também se dá em diferentes países e vai, aos poucos, colocando-se como uma forma incisiva de se fazer política. Uma política de ação direta, que interfere nas hierarquias das estruturas de poder e altera imediatamente as relações desiguais estabelecidas entre homens e mulheres. Estas políticas interferem, modificam, trazem o outro, no caso a outra, para a cena. Contribuindo para mesclar o mundo de mulheres e homens.

Após intenso debate, em 1995, é aprovada uma cota mínima de 20% para as candidaturas de mulheres, artigo 11, Parágrafo 3º, da Lei n.º 9100/95³¹. Já nesse momento, o acordo para a aprovação do artigo incluía o aumento do número total de candidatos que os partidos e coligações poderiam apresentar, diminuindo o impacto do artigo aprovado, fato este que se repetiu na aprovação da legislação eleitoral de 1997, artigo 10, parágrafo 3º, da Lei n.º 9504/97³². Foi fundamental para a aprovação das cotas, naquele momento, a intervenção e participação dos movimentos organizados de mulheres nos debates no Congresso. Houve neste período muitas propostas para regulamentação dessas cotas, vários projetos de leis. Em

³⁰ Informações disponibilizadas no *website* do Tribunal Superior Eleitoral: www.tse.gov.br, Acesso em: 19/03/2010.

³¹ Estabelece normas para a realização das eleições municipais de 3 outubro de 1996, e entre outras providências, regulamenta a participação mínima de 20% de candidaturas de mulheres. Esta lei surgiu a partir do Projeto de Lei 180/95, do Deputado Paulo Bernardo (PT/PR).

³² Nesta lei, dentre outros assuntos, estabelece a cota mínima de 25% e máxima de 75% para qualquer dos sexos. O Projeto de Lei 26/97, que deu origem à esta lei, é autoria do Deputado Edinho Araújo (PMDB/SP), e a garantia na lei do percentual paritário para homens e mulheres se deu a partir de uma emenda apresentada pela então **Deputada Marta Suplicy** (PT/SP).

setembro de 1997, é finalmente votada a nova legislação eleitoral. Durante a votação, é solicitado um destaque, que definiu o texto final da matéria, assegurando uma cota mínima de 25% e máxima de 75% para qualquer um dos sexos nas eleições de 1998 e mínima de 30% e máxima de 70 % para qualquer um dos sexos a partir das eleições do ano 2000.

Muitas dificuldades foram encontradas no exercício de tal medida. Uma delas relaciona-se ao próprio sistema eleitoral brasileiro, como salienta Miguel (2000):

No Brasil, o voto é dado a uma ou um determinado candidato, que tem que necessariamente pertencer a um partido político. Secundariamente, pode-se votar apenas na legenda. Os votos dados a todos os candidatos de uma mesma legenda são somados. A soma desses votos deve atingir um montante que chamamos de coeficiente eleitoral. A grosso modo, cada vez que o partido atinge o tal coeficiente, tem assegurada uma cadeira na Câmara dos Deputados. Se um partido atingir dez vezes o coeficiente eleitoral, então, os 10 nominalmente mais votados daquela agremiação estarão eleitos, ainda que sejam todos homens. Assim, na legislação brasileira o que se assegura, com o dispositivo aprovado, é uma reserva mínima de vagas para candidaturas. (MIGUEL, 2000, p. 23)

O sistema de cotas poderá contribuir com o aumento de mulheres candidatas. No entanto, só isso não garante que elas serão eleitas. As quotas são para as candidaturas, não para os eleitos. Isto significa, por exemplo, que uma candidata pode ser muito bem votada e não se eleger, se o partido pelo qual concorreu tiver um coeficiente eleitoral baixo. No Legislativo Brasileiro, mesmo com o crescimento do número de candidatas, as mulheres ainda estão, longe de um patamar mínimo de equilíbrio entre os sexos. Segundo Miguel, é preciso que as mulheres se candidatem

(...) e que os partidos lhes dêem apoio, viabilizando condições de maior equilíbrio na disputa política. Para que recebam votos de mulheres e homens, é preciso que as candidatas consigam atingir os eleitores e as eleitoras, sensibilizando-os com os seus discursos e suas propostas. (MIGUEL, 2000, p. 167)

Vale ressaltar que as políticas de cotas são medidas de médio e longo prazo. É necessário que essas medidas se conjuguem a outras políticas, no sentido de sensibilização da mulher e da sociedade em geral para a importância da participação feminina. A conquista de espaços dentro dos partidos políticos, sindicatos e outras instâncias que congregam lideranças, de onde normalmente emergem as candidaturas, são fundamentais.

A disponibilidade dos parceiros e companheiros no compartilhamento das tarefas domésticas e no cuidado com os filhos, aliada a estruturas sociais básicas adequadas (creches, pré-escolas, postos de saúde, etc.) fornecidas pelo Estado são exemplos de outras ações que poderiam potencializar a participação das mulheres na política. Assim, a participação feminina na política conecta-se a uma visão ampla de empoderamento que abarque as diferentes dimensões da vida das mulheres (integridade física e mental, trabalho, saúde), exigindo ações integrais e não focadas em determinados espaços.

Apesar da adoção da política de cotas, os números ainda não estão no patamar almejado, mas é possível vislumbrar aspectos positivos. A forma de fazer política está mudando, principalmente sob a consideração do fazer política pelas mulheres, que seriam mais sensíveis ao social. Há um consenso em nossa sociedade de que a mulher, por suas características próprias, seria mais sensível em sua essência, sendo este fator, constitutivo de sua identidade, o que acentua sua diferença em oposição ao homem, não queremos aqui afirmar que estes são desprovidos de sensibilidade, mas o nível ou a intensidade seria menor. Esta diferença muitas vezes se estende no campo da política, quando se considera o fazer política dos homens e da política feita por mulheres, pois, no cerne desta diferença, estaria a sensibilidade. Considerando que as identidades se dão no/pelo discurso, salientamos que este traço pode ser observado discursivamente de forma negativa, subjugando a capacidade feminina, uma vez que evidencia seus laços afetivos, maternos, colocando-a em outro campo que não o da política. Por outro lado, esse fator é usado em alguns casos, como argumento positivo, em favor da mulher na política. É o que se nota no recorte³³ a seguir que apresenta excertos de um discurso da candidata Gleisi Hoffmann em 2008, que utiliza a sensibilidade como argumento a seu favor:

*“Quando falo em acabar com a falta de vagas em creches é porque **temos sensibilidade** em pensar na mãe que precisa trabalhar fora. Nas filas dos postos de saúde são as mães que estão lá sofrendo com seus filhos doentes. **É preciso sensibilidade para governar** e não esquecer quem tanto faz para a nossa cidade: **as mulheres!**”*

Godinho (1998, p. 29) considera entretanto que:

(...) a dinâmica de exclusão funda-se em desigualdades sociais que estão além dos espaços da política, sejam os partidos ou as dinâmicas eleitorais. Mas com certeza é fortalecida por meio de mecanismos que reproduzem internamente a hierarquia de gênero, determinando a valorização diferenciada de tarefas e papéis e estigmatizando as mulheres em espaços de poder considerados

³³ Disponível em www.ptcuritiba.org.br. Acesso: 25/09/08.

secundários. Assim, a maneira como se concretizam as relações partidárias e os mecanismos de seleção das direções, ao contrário de introduzir críticas a esta segmentação, a reforça.

E é nesse sentido que se faz importante a reflexão sobre a relação entre a mídia e a mulher política. Miguel e Biroli (2008) assinalam que as dificuldades enfrentadas pelas mulheres na política, como a sub-representação e a existência de estereótipos de gênero, constroem a ação política dessas mulheres. Esse fenômeno pôde ser percebido na recente campanha à presidência em que o segundo turno se delineou entre os candidatos Dilma Rousseff e José Serra. Este veiculou em sua campanha um vídeo que difundia a seguinte frase: “Ela não vai dar conta!”. O referido vídeo, veiculado no HGPE, na materialidade televisiva, foi capturado e postado no *website* YouTube (como mostra a imagem 1), situando-o à um novo ambiente, com características específicas, como por exemplo, o fato de não podermos identificar empiricamente quem postou efetivamente o vídeo³⁴, etc.



Imagem 1 - Dilma - Ciberespaço

Observa-se no enunciado “Ela não vai dar conta” a noção de incompletude. Esse enunciado comporta vazios semânticos que dependendo da posição-sujeito (homem ou mulher) que o leitor ocupa, poderá haver gestos de leituras diferentes. Uma posição-sujeito

³⁴ Podendo ser a equipe de assessores do candidato adversário, ou ainda qualquer cidadão eleitor que ocupe uma posição-sujeito contrária à candidatura de Dilma.

homem poderia interpretar simplesmente o “Ela” referindo-se à candidata Dilma. Porém, uma posição-sujeito mulher, poderia obter um gesto de leitura, apreendendo o enunciado “Ela não vai dar conta!” como uma ação de um sujeito ocupando uma posição não simplesmente contrária à candidata Dilma, mas, sobretudo, uma posição machista, uma vez que o pronome “Ela” utilizado na propaganda, produziu efeitos de sentido que pode não remeter somente à Dilma, mas a toda a classe de mulheres por ela representada. Além disso, o enunciado remete a memórias discursivas sobre a mulher, é como se ela deveria estar em outro lugar, diferente da política. Os vazios semânticos constantes neste exemplo podem ser pensados operando-se com as seguintes questões: ela não vai dar conta do que? E assim, dizer que alguém não dá conta de algo, pressupõe a noção de incompetência. Nesse sentido, a causa de “não vai dar conta” seria porque Dilma é incompetente, ou porque ela é mulher? Há também homens incompetentes, mas os discursos sobre eles ficam no nível do não-dito. Essa incompletude permite que uma posição-sujeito leitor possa fazer derivas, daí uma expansão do referente “ela” para mulheres em geral. Isso também impede que alguma posição-sujeito leitor recupere uma memória discursiva segundo a qual as mulheres não teriam competência para o espaço público.

O fato de a mídia reproduzir o modelo sexista no campo político corrobora para reforçá-lo, reafirmá-lo, visto que o modo como a mulher é discursivizada contribui para a produção de efeitos de sentidos negativos ou positivos com relação à mulher política. Segundo os autores,

Ao difundir uma representação do mundo da política como uma esfera especializada restrita a poucos e quase que exclusivamente masculina, reforça os preconceitos que afastam as mulheres – e outros grupos subalternos – da ação política e, em específico, da disputa eleitoral. (MIGUEL e BIROLI, 2008, p. 39)

Como podemos observar, neste capítulo, as questões relativas ao gênero, à luta das mulheres, estão também inseridas ou relacionadas à noção de política sobre a qual discorreremos no capítulo a seguir, uma vez que se tratam de ações que dizem respeito a uma coletividade, a toda a sociedade, e isso inclui a atuação da mulher nas mais diversas áreas, como a política, campo predominantemente masculino. Assim como ressaltou a cartilha ‘Campanha Mulher e Política: A conquista dos espaços de Poder’, “sem a participação das mulheres não há democracia”. (2008, p. 5). A democracia para ser legítima exige a “representação da pluralidade dos grupos presentes na sociedade, cada qual com suas

experiências próprias de vida”³⁵. Desse modo, a mulher deve estar representada em suas diversidades incluindo raça/etnia, orientação sexual, geração, local de moradia, entre outras, expressando suas demandas e necessidades, seus pontos de vista enquanto segmento historicamente excluído e desprivilegiado, mas, igualmente, inserindo na agenda política questões que atingem os demais segmentos que, também, enfrentam as desigualdades sociais, econômicas e políticas.

³⁵ Campanha Mulher e Política: a conquista dos espaços de poder , 2008, p. 10 (*apud* GARCIA, 2005, p.36).

2. MÍDIA E POLÍTICA

Como vimos no capítulo anterior, as questões relativas ao gênero estão intrinsecamente ligada às questões políticas, uma vez se trata de ações que dizem respeito a toda a sociedade e isso inclui a atuação da mulher nas mais diversas áreas, inclusive na política, campo que mantém uma íntima relação com o campo midiático, conforme veremos neste capítulo. A esfera midiática age por meio do simbólico e está inserida no cenário político atual. Os políticos fazem uso da mídia como forma de divulgação de seus atos, ou como ferramenta de promoção da imagem. Da mesma forma, a mídia também divulga e noticia acontecimentos que envolvem políticos ou partidos políticos. Acreditamos também que, na esfera midiática, os discursos que nela circulam desempenham um papel importante na construção e legitimação das identidades sociais. O interlocutor passa a produzir gestos de leitura e se significar por esses discursos. De qualquer forma, a mídia acaba sendo uma instância que se situa entre o político e o eleitor. Charaudeau (2006a, p. 29), ao dissertar sobre essa relação entre mídia, política e cidadão, pontua que as mídias se encontram em uma situação contraditória, pois

Elas estão estreitamente ligadas ao mundo político na busca de informação: os jornalistas são, de um lado, dependentes das fontes de informação, oficiais ou não, que se impõem a eles; freqüentam jantares, banquetes e outras reuniões públicas - e mesmo privadas - que reúnem políticos; estabelecem e utilizam redes de informantes e se dotam de agendas de endereços que lhes permitem obter instruções mais ou menos secretas; suscitam confidências, etc. **Entretanto, as mídias, por razão de credibilidade, procuram se distanciar do poder político.** Diversificam as fontes, realizam pesquisas e investigações de todas as ordens. Revelam os subterrâneos de certos negócios; na verdade, **interpelam os responsáveis políticos para provar ao cidadão que são independentes e estão imunes à influência política**, pois existe sempre a suspeita do jornalista a serviço do poder estatal. (Grifos nossos)

Percebe-se assim a estreita relação que há no funcionamento dessas três esferas e para melhor compreensão, evocaremos aqui a distinção feita por Charaudeau dos três lugares de fabricação do discurso político: um lugar de governança, um lugar de opinião e um lugar de mediação. No primeiro deles encontra-se a instância política, lugar da governança que está sempre “em busca de legitimidade, para ascender a este lugar, de autoridade e de credibilidade, para poder geri-lo e nele se manter.” (Charaudeau, 2006a, p. 56). No lugar de opinião, encontra-se a instância cidadã,

(...) aquela que se encontra em um lugar em que a opinião se constrói fora do governo. É o lugar no qual os atores buscam um saber para poder julgar os programas que lhes são propostos ou as ações que lhes são impostas. E para escolher ou criticar os políticos que serão seus mandantes. (CHARAUDEAU, 2006a, p. 58)

Podemos dizer então que esta formação da opinião do cidadão é permeada pelo terceiro lugar, o lugar de mediação, em que se encontra a instância midiática que, segundo o autor:

É o elo que se vale de diferentes modos de mediação - panfletos, cartazes de ruas, cartas confidenciais e grandes veículos de informação - para unir a instância política à cidadã. Os atores que compõem a instância midiática estão legitimados de antemão em seu papel de informantes, mas, ao mesmo tempo, estão em busca da credibilidade dos cidadãos (e dos políticos) - o que inscreve esta instância em uma lógica democrática - e de captação do maior número de adeptos, dada sua situação de concorrência com outros órgãos de informação - o que a inscreve em uma lógica de sedução comercial. (CHARAUDEAU, 2006a, p. 62)

Piovezani (2009, p. 131) traça algumas reflexões sobre o discurso político, e assim, pondera que “No discurso político, a simulação de um saber e de um poder visa a um fazer-crer e a um fazer-fazer, uma vez que ultrapassando o nível da convicção, deseja-se atingir o nível da ação.” Nesta perspectiva, o político, que se encontra em meio a uma disputa de poder, busca constantemente a legitimidade. Ele precisa convencer os eleitores de que *pode e sabe fazer*, que é capaz de melhorar as realidades sociais, em atendimento às reivindicações do povo. Mas há que se considerar que, além do político, há também os discursos sobre os políticos, como o discurso escolar, o discurso midiático, “a denúncia de suas fraquezas, mas também a reiteração de suas forças, mediante ampla divulgação de seus atos e deliberações no discurso social” (PIOVEZANI, 2009, p. 135).

Nesse sentido, o autor reitera a importância da mídia neste processo:

Para ganhar existência é preciso que discurso político seja propagado e “publicizado” por um meio que proporcione o encontro entre a produção e a recepção discursivas. Poder-se-ia objetar que a necessidade de um *médium* empírico para conduzir a mensagem do *emissor* não constitui uma especificidade do discurso político, mas de toda e qualquer prática simbólica. (PIOVEZANI, 2009, p. 150)

Ressaltamos aqui a importância de considerarmos a interação entre as instâncias política, cidadã e a midiática. A população muitas vezes utiliza a mídia para alcançar os

políticos, por meio de reivindicações, denúncias, etc., e também para conhecer os políticos e suas propostas. Por outro lado, o político almejando sempre sua auto-promoção, em busca de legitimação, faz pronunciamentos – também por meio das mídias – justificando-se, explicitando “relações de causalidade entre uma decisão/ação sua e o advento de supostas ou reais melhorias da vida comum”, ou seja, “falar de sua potência e calar sua debilidade”. (PIOVEZANI, 2009, p. 136).

Um outro aspecto há que ser ponderado na caracterização do discurso político: a consideração da história e os diferentes regimes de governo em questão, assim:

Fatores como o peso e o alcance da atividade discursiva no campo político variam ainda, na contemporaneidade, caso tenhamos uma democracia ou um regime autoritário; se, na primeira, o discurso goza de condições formais de um debate entre as posições ideológicas, entre os partidos, entre os atores políticos/candidatos, entre os cidadãos/eleitores, no segundo sua função parece limitar-se a uma modalidade unilateral de legitimação. (PIOVEZANI, 2009, p. 144)

Acrescemos a isto a abertura que se tem em nossa sociedade, por diversos meios comunicacionais, como, por exemplo: entrevistas na TV, ou rádio, ou mesmo por postagens na internet, nas quais o cidadão pode manifestar sua opinião. Piovezani salienta que nesse âmbito, “o campo e o discurso político não estão imunes às críticas, comentários e opiniões provenientes da instância cidadã e midiática que lhes são dirigidos – antes são sua refutação, resposta e incorporação, mas não se confundem com eles.” (PIOVEZANI, 2009, p. 144)

Com base em tais premissas, nossa pretensão, neste capítulo, é adentrar um pouco mais no âmbito político-midiático, uma vez que nossa pesquisa trabalha com essas duas esferas, a *midiática*, por tratar-se de discursos que circulam na mídia *on-line*, o discurso midiático em si, e a *política*, pelo fato dos enunciados investigados versarem sobre a mulher política, a mulher inserida neste campo específico. Trata-se de um estudo da discursivização da mulher política pela mídia *on-line*.

2.1 A política

“Não existem grandes conquistadores que não sejam grandes políticos. Um conquistador é um homem cuja cabeça se serve, com feliz habilidade, do braço de outrem.”

Voltaire

Falar sobre política nos dias atuais parece não ser uma tarefa muito fácil, uma vez que se trata de um conceito um tanto abrangente. O termo “política” pode ser empregado com acepções diferentes, com vários significados para o termo, como política da Igreja³⁶, política empresarial, política de cotas da universidade, política partidária, políticas feministas, etc.

Nesse sentido, política é uma forma de atividade humana relacionada ao exercício do poder e, assim, costumamos interpretá-la como aquilo que está ligado aos poderes executivo, legislativo e judiciário. Mas a política não pode ser vista somente na esfera institucional, ela é tudo que diz respeito aos assuntos públicos da cidade. É um termo que foi cunhado pelos gregos e não diz respeito só a política institucional relacionada ao Estado, mas a todo assunto que é público, que afeta a todos direta ou indiretamente. Diríamos que não há como resolver problemas sociais de outra forma a não ser por meio da política, pelo debate de ideias, pelo confronto de posições para se chegar a um consenso. E nesse sentido, a política está imbricada em relações de poder, de maneira mais geral, considerando que o poder, nos termos de Foucault, se realiza nos indivíduos, no controle de seus comportamentos, hábitos, etc., torna-se importante, ao tratar de política, observar o aspecto das relações de poder. Roberto Machado ao introduzir a obra de Foucault “Microfísica do Poder”, sublinha que:

(...) os poderes não estão localizados em nenhum ponto específico da estrutura social. Funcionam como uma rede de dispositivos ou mecanismos a que nada ou ninguém escapa, a que não existe exterior possível, limites ou fronteiras. (...) Rigorosamente falando, o poder não existe, existem sim práticas ou **relações de poder**. O que significa dizer que o poder é algo que se exerce, que se efetua, que funciona. (Machado, 1982, *in*: FOUCAULT, 1982, p. XIV)

Isso implica também em considerar as lutas nessa relação e, conseqüentemente, as resistências, pois “onde há poder há resistência” e esta se caracteriza pela mobilidade e transitoriedade distribuídas por toda estrutura social. Assim, “Qualquer luta é sempre resistência dentro da própria rede de poder, teia que se alastra por toda a sociedade e a que ninguém pode escapar: ele está sempre presente e se exerce como uma multiplicidade de relações de forças”. (Machado, 1982, *in*: FOUCAULT, 1982, p. XIV)

Podemos pensar essa relação de forças, de poder, na compreensão da entrada da mulher na política, desenvolvida no capítulo precedente. O feminismo e os movimentos em prol das mulheres foi uma forma de resistência ao patriarcalismo. Em contrapartida, a

³⁶ “isto não se refere apenas às relações entre a Igreja e as instituições políticas, mas à existência de uma política que se expressa na Igreja em relação a certas questões como a miséria, a violência, etc.” (MAAR, 1983, p.9), assim como a política feminista também não diz respeito somente em relação com a política institucional, mas diz respeito aos homens e mulheres em geral.

inserção da mulher na política, também provocou e provoca, certa insegurança por parte de alguns homens, pela possibilidade de perder espaço para essas mulheres, gerando também, uma resistência. Essas resistências ocorrem uma vez que o poder não conseguiu alcançar a todos (mesmo porque os objetivos das partes citadas acima são diferentes), deixando fissuras que permitiram a resistência desses sujeitos.

Essa proposição pode ser melhor entendida quando se compreende que o poder, segundo as teorias foucaulteanas, “é luta, afrontamento, relação de força, situação estratégica. Não é um lugar, que se ocupa, nem um objeto, que se possui. Ele se exerce, se disputa. E não é uma relação unívoca, unilateral; nessa disputa ou se ganha ou se perde.” (Machado, 1982, *in*: FOUCAULT, 1982, p. XV)

Nosso intuito, neste capítulo, é refletir sobre as diferentes noções que se tem sobre política, que, a nosso ver, é essencial não só para a organização da sociedade, mas também para a convivência dos diferentes na luta das minorias, como é o caso das mulheres, por uma sociedade mais inclusiva. Mas para compreender melhor o assunto, voltaremos um pouco na História para buscar as origens deste termo, para, em seguida, refletir sobre a política partidária na atualidade.

2.1.1 As origens

Grosso modo, a política foi inventada pelos gregos e romanos:

(...) como o modo pelo qual pudessem expressar suas diferenças e conflitos sem transformá-las em guerra total, em uso da força e extermínio recíproco. (...) a política foi inventada como o modo pelo qual a sociedade, internamente dividida, discute, delibera e decide em comum para aprovar ou rejeitar as ações que dizem respeito a todos os seus membros. (Chauí, 2000, p. 370)

Segundo Rubim (2000, p. 18), “A noção de política deriva do adjetivo *politikós*, originado de *polis* e se consolida na *Política*, de Aristóteles, obra que inaugura a reflexão sobre essa nova área do saber”. A palavra política é originária do grego ‘*polis*’. Segundo Chauí (2000, p. 371):

Polis é a Cidade, entendida como a comunidade organizada, formada pelos cidadãos (*politikos*), isto é, pelos homens nascidos no solo da Cidade, livres e iguais, portadores de dois direitos inquestionáveis, a **isonomia** (igualdade

perante a lei) e a **isegoria** (o direito de expor e discutir em público opiniões sobre ações que a Cidade deve ou não deve realizar).

Rubim (2000, p. 18) pontua que “A política nasce como prática específica de resolução da questão do (poder) político, que requisita a atuação dos cidadãos e o exercício de um debate público para criar e implementar alternativas de governo da sociedade.”

Segundo Chauí (2000, p. 374),

Quando se afirma que os gregos e romanos inventaram a política, o que se diz é que desfizeram aquelas características da autoridade e do poder. Embora nos começos, gregos e romanos tivessem conhecido a organização econômico-social de tipo despótico ou patriarcal, um conjunto de medidas foram tomadas pelos primeiros dirigentes - os legisladores - de modo a impedir a concentração dos poderes e da autoridade nas mãos de um rei, senhor da terra, da justiça e das armas, representante da divindade.

Entretanto, ao compararmos a política daquela época com os dias atuais, devemos considerar que os valores e a sociedade daquela época eram bem diferentes da nossa,

(...) a economia era agrária e escravista, de sorte que uma parte da sociedade - os escravos - estava excluída dos direitos políticos e da vida política. (...) A sociedade era patriarcal e, consequentemente, as mulheres também estavam excluídas da cidadania e da vida pública. (CHAUI, 2000, 376-377).

No entanto, apesar das diferenças, a base do conceito que temos hoje sobre política tem seus laços com a filosofia de Platão e Aristóteles. Platão defendia a tese de que só os filósofos poderiam praticá-la, pois somente o sábio tem a ideia do bem, do belo e da justiça, tendo menos inclinação para cometer injustiças, ou praticar o mal, impedindo os governados de se rebelarem contra a ordem social. Para este filósofo, o governante deve ter uma educação, deve ser formado para isto. Nesta perspectiva, a cidade justa seria a “governada pelos filósofos, administradas pelos cientistas, protegida pelos guerreiros e mantida pelos produtores.” (Op. cit. p. 382). No entanto, apesar de Platão ter seu merecido destaque nessa época, o filósofo grego cuja obra política teve maior influência na Antiguidade Clássica e na Idade Média foi Aristóteles. Em sua filosofia, a política é a ciência que tem por objeto a felicidade do homem e este não pode desenvolver suas faculdades senão em sociedade. Nesse sentido, investigando as causas das revoluções, chega-se à conclusão de que a principal condição para a estabilidade política da cidade é a formação de uma numerosa classe média, com mais poder de participação. Quanto a esses dois filósofos, Chauí conclui que “de Platão vinha a idéia da comunidade justa, organizada hierarquicamente e governada por sábios e

legisladores. De Aristóteles vinha a idéia de que a finalidade do poder era a justiça, como bem supremo da comunidade.” (Op. cit. p. 389)

Assim, tomando como princípio norteador a origem do termo política, do homem na cidade, ou melhor, em sociedade, a política existe para criar as condições na sociedade e na ciência, para que as pessoas possam viver bem, com dignidade, em condições de igualdade na participação do desenvolvimento da sociedade.

Seguindo o pensamento de Hanna Arendt, o sentido da política é a liberdade. Ela reafirma o surgimento da política na *polis*, nas cidades gregas consideradas o berço da democracia. A partir da noção grega de política – que também tem uma relação com a liberdade - a autora sublinha que a política baseia-se na pluralidade dos homens, “a política trata da convivência entre diferentes”, organizando não os iguais, mas os diferentes. (ARENDR, 1998, p. 21 *apud* COELHO, 2009, p. 3). Assim:

A política, segundo Arendt, baseia-se na pluralidade dos homens, ou seja, “a política trata da convivência entre diferentes” (1998: 21); a política organiza “as diversidades absolutas de acordo com uma igualdade *relativa* e em contrapartida às diferenças *relativas*” (1998: 24); a política tem como centro a preocupação com o mundo. (COELHO, 2009, p. 3) (Grifos da autora)

Coelho (2009) afirma que “Hannah Arendt define a política como a ação em concerto, visando à construção de um mundo comum”. (COELHO, p. 11), nesta perspectiva, a política é vista como a ação entre os homens na construção de um mundo compartilhado, não emergindo no homem, mas entre os entre os homens. Esta afirmação implica em configurar a política como a condição humana da pluralidade, uma vez que somos humanos, mas ao mesmo tempo únicos, ninguém é totalmente igual à outra pessoa. Essa liberdade e pluralidade no conceito arendtiano, implica na ideia da participação de todos na política, e não somente um detentor da verdade, sem que os outros possam se posicionar contrariamente.

As concepções que se tem sobre política sofrem alterações conforme as filiações teóricas dos autores, bem como o modo como a política se configura com o passar dos anos também se transforma. De acordo com Maar (1982), o significado que temos de política é resultado de um longo processo histórico, durante o qual ela se firmou como atividade na vida social dos homens e durante esse processo houve mudanças em sua concepção. Assim, a atividade política ainda continua em movimento, o que significa estar aberta a novas transformações, a diferentes formas de se fazer política, incluindo nesta reflexão a relação estabelecida, na contemporaneidade, entre política e mídia.

2.1.2. A política na contemporaneidade e suas conexões com a mídia

A reorganização do trabalho propiciada pelas contemporâneas sociotecnologias e modalidades de divisão do trabalho também afetam profundamente a política, uma vez que reconfiguram as comunidades humanas e seus laços. (RUBIM, 2000, p. 24)

Trazendo esta discussão para a contemporaneidade, Charaudeau (2006a) salienta a complexidade da política que, segundo ele, por ter se originado com o intuito de organizar a vida das pessoas da cidade em comunidade, acaba por se concretizar em várias atividades de regulamentação social e isso implica, em:

(...) regular as relações de força com vistas a manter ou aplainar certas situações de dominação ou de conflito e mesmo tentar estabelecer relações igualitárias entre os indivíduos; legislar, mediante a promulgação de leis e de sanções, orientando os comportamentos dos indivíduos para preservar o bem comum; distribuir e repartir as tarefas, os papéis e as responsabilidades de uns e de outros mediante a instalação de um sistema de delegação e de representação mais ou menos hierarquizado (por nomeação ou por eleição). (CHARAUDEAU, 2006a, p. 27),

Esses modos de regulação apontam que a política “é um espaço de ação que depende dos espaços de discussão e de persuasão que, para serem válidos, devem ser divididos em domínios, pois toda sociedade tem necessidade de reconhecer e de classificar as trocas realizadas.” (Op. cit. p. 27).

Para compreender o funcionamento social do campo político em suas relações de poder que se materializam nos discursos desse campo, buscamos no sociólogo francês Pierre Bourdieu as noções básicas do funcionamento de qualquer campo. Esse autor compreende os domínios das atividades desenvolvidas no mundo social, tendo como base três conceitos, a noção de campo, *habitus* e capital. E é através da noção de “campo”, que ele teoriza as relações criadas e desenvolvidas no domínio político. Nesta perspectiva, campo seria um espaço simbólico em que os agentes interagem, determinam e legitimam representações. Ele entende campo como sendo um sistema de relações sociais concretas, que sem perder a realidade empírica, engloba agentes e instituições. E, assim, é estabelecida uma classificação dos signos, do que pertence ou não a um código de valores e, nesse sentido, a crença em Bourdieu é tomada como constitutiva da pertença a um campo. Segundo este autor:

Nada mais restava fazer do que pôr a funcionar o instrumento de pensamento assim elaborado para descobrir, aplicando-o a domínios diferentes, não só as propriedades específicas de cada campo – alta costura, literatura, filosofia , política. Etc. – mas também as invariantes reveladas para comparação dos diferentes universos tratados como “casos particulares do possível”. (BOURDIEU, 2009, p. 66)

Assim, com a constituição de campos relativamente autônomos:

(...) o trabalho de produção e de imposição do sentido faz-se tanto no seio das lutas do campo de produção cultural, como por meio delas mesmas (e sobretudo no seio do subcampo político): ele é a função própria, o interesse específico dos produtores profissionais e representações objectivadas do mundo social ou, melhor, de métodos de objectivação. (BOURDIEU, 2009, p. 143)

O sociólogo francês também pontua que há no interior desses campos um conjunto de regras, com propriedades específicas e próprias. Segundo o filósofo:

(...) há leis gerais dos campos: os campos tão diferentes como o campo da política, o campo da filosofia, o campo da religião possuem leis de funcionamentos invariantes (é isto que faz com que o projeto de uma teoria geral não seja absurdo e que, desde já, seja possível usar o que se apreende sobre o funcionamento de cada campo particular para interrogar e interpretar outros campos. (BOURDIEU, 1983, p. 89)

Bourdieu ressalta que a delimitação do campo ocorre por meio da definição dos objetos de disputas e dos interesses específicos deste campo. Além disso, “Para que um campo funcione, é preciso que haja objetivos de disputas e pessoas prontas para disputar o jogo, dotadas de *habitus* que impliquem no conhecimento e no reconhecimento das leis imanes do jogo, dos objetos de disputa, etc.” (BOURDIEU, 1983, p. 89)

O autor ainda assinala:

Num campo, os agentes e as instituições estão em luta, com forças diferentes e segundo as regras constitutivas deste espaço de jogo, para se apropriar dos lucros específicos que estão em jogo neste jogo. Os que dominam o campo possuem os meios de fazê-lo funcionar em seu benefício; mas devem contar com a resistência dos dominados.” (BOURDIEU, 1983, p. 106)

Para Bourdieu, o campo político é:

(...) entendido ao mesmo tempo como campo de forças e como campo das lutas que têm em vista transformar a relação de forças que confere a este

campo a sua estrutura em dado momento, não é um império: os efeitos das necessidades externas fazem-se sentir nele por intermédio sobretudo da relação que os mandantes, em consequência da sua distância diferencial em relação aos instrumentos de produção política, mantêm com seus mandatários e da relação que estes últimos, em consequência das suas atitudes, mantêm com suas organizações. (BOURDIEU, 2009, p. 163-164)

O teórico Charaudeau (2006a) também vislumbra uma divisão no espaço público, gerenciável por certa estruturação, com setores e campos definidos, o *jurídico*, o *econômico*, o *midiático* e o *político*. O jurídico tem a função de regulamentar os conflitos sociais, determinando valores simbólicos em função das noções de prioridade, igualdade de conduta moral entre outros, justificando, assim, “a instalação de um determinado arsenal legislativo” (CHARAUDEAU, 2006a, p. 28). Ao setor econômico caberia regular o mercado, determinando os valores de troca, de uso do que constitui o benefício individual ou coletivo. O desafio do setor midiático é regulamentar a circulação da informação, para que ela atinja o maior número de cidadãos e quando dizer-lhes respeito, permita-lhes ter uma opinião. E, por fim, o setor político, que “tem como desafio estabelecer regras para a governança, distribuindo tarefas e responsabilidades mediante a instauração das instâncias legislativas e executivas”. (CHARAUDEAU, 2006a, p. 28)

É interessante ressaltar que esses quatro setores interagem entre si. A justiça depende do poder político para sua organização e tomada de decisão. Da mesma forma, o setor econômico também interage com o poder político, com relação à moeda, ao mercado global, operações da bolsa, etc. No caso das mídias, elas mantêm uma relação contraditória com o poder político, uma vez que vincula-se à política (pela busca de informações, pela dependência dos jornalistas com relação às fontes de informação), ao mesmo tempo, as mídias procuram distanciar-se do poder político por razões de credibilidade. Em contrapartida, os políticos também têm a necessidade de visibilidade, de acesso à vida pública. Segundo Miguel e Biroli (2008), a visibilidade na mídia é um componente essencial na produção do capital político. De acordo com os autores:

A mídia adquiriu um forte peso na formação do capital político, condicionando, em alguma medida, as trajetórias políticas, uma vez que a ausência de visibilidade nos meios de comunicação parece ser um empecilho sério para quem almeja os cargos eletivos, mais importantes do poder executivo. (MIGUEL e BIROLI, 2008, p. 25)

Nesta perspectiva, na contemporaneidade não há como desvincular a instância política da instância midiática. As mídias têm papel fundamental no campo político, “porque elas

teriam uma influência sobre a opinião dos cidadãos, portanto, porque repercutem nas estratégias de comunicação dos políticos”. (Charaudeau, 2006a, p. 280)

Considerando esta nova forma de fazer política, Neto (2004, p. 113), traz algumas reflexões quanto ao discurso político e a mídia. Ele pontua alguns aspectos sobre a “instância do porta-voz”, atualmente chamado de “marqueteiro”, figura importantíssima no cenário político atual. Segundo este autor, “esses especialistas são, dentre outras coisas, os mediadores no processo de interação entre os campos midiático e político, e de modo específico os executores das políticas de comunicação – de curto prazo – que dão novas formas de estruturação ao discurso político”. Isso reforça a ideia de que o modo de fazer política mudou com o passar do tempo, adquirindo características específicas de se fazer política na contemporaneidade e assim,

(...) a “lógica da comunicação” toma o lugar das instituições que se reciclam para os processos de redemocratização; dos sujeitos – os atores clássicos da política – desacostumados com a prática política aberta e sem amarras, instituindo uma espécie de um novo sujeito midiático; e ainda a substituição de velhos cenários da ação política – ainda que formalmente os partidos sejam ‘elos de condutos’ – por novas práticas engendradas sob a inspiração do *set*. (Neto, 2004, p. 115)

Segundo Rubim (2000, p. 7) “*a relação entre política e comunicação tem se firmado como tema relevante dos estudos contemporâneos*”. Um dos fatores que contribuiu para isto foi a revolução das comunicações desencadeada desde o séc. XIX até os nossos dias, com especial atenção à informática e à Internet, “o que permite antever o séc. XXI como um tempo de profundas transformações nas comunicações e na sociabilidade.” (RUBIM, 2000, p. 7). Paralelo a essas transformações, o autor aponta um outro movimento: o das transformações da política em seu curso. Apesar do campo político-midiático ser visado pelos pesquisadores, hoje ele ainda é um campo fecundo para pesquisas, justamente por esse caráter de transmutação entre a política e a mídia, ou à “‘*revolução*’ das comunicações e a ‘*crise*’ da política”, (Op. cit., p. 8), o que acaba refletindo na indiferença quanto à participação de decisões públicas, na fragilidade quanto a representatividade política e “*na emergência de novas modalidades e atores políticos, ainda não plenamente conformados*”.(Op. cit., p. 8)

O autor pontua a relação de poder que reclama estes dois campos em interação: política e comunicação. Para falar de poder ele volta aos conceitos de Foucault:

Michel Foucault, ao afirmar o caráter relacional do poder, agora formulado como relações que se disseminam por toda a tessitura social, como complexa

rede de dispositivos e mecanismos da qual nada ou ninguém escapa, tornou possível localizar o poder não em um ponto específico da estrutura societária – por exemplo, o Estado -, pensá-lo não como algo coisificado, objeto que se possui, sem mais. O poder emerge aqui como relação de força, como prática que se exerce em disputa. (RUBIM, 2000, p. 9)

É no sentido dessas práticas que o poder perpassa as relações sociais, de levar o outro a realizar o que se deseja através da utilização de variados recursos que dependem do lugar que se ocupa nesses diferentes registros de poder (poder político, econômico, militar...). O importante então é compreender os atuais poderes da política e da comunicação em suas transformações, suas relações com a sociedade contemporânea.

Rubim também ressalta que a relação entre esses dois conceitos ‘política’ e ‘mídia’ é um tanto perigosa, pois, como se encontra em uma zona de fronteira, um pode querer se sobrepor ao outro. Assim, trabalhar com essas duas temáticas implica, segundo este autor:

(...) não só um esforço de transitar com desenvoltura nos fluxos e estoques de conhecimentos adquiridos nas diversas regiões envolvidas, mas também um esforço adicional para a superação de preconceitos que obliteram a compreensão. Essa postura implica, em seqüência, a não aceitação, sem mais, da dominância permanente de um campo sobre o outro, (...). (RUBIM, 2000, p. 13)

Com relação aos estudos da comunicação, eles emergem em uma situação espaço-temporal, vinculados a mudanças, transformações que atingiram a sociedade dos Estados Unidos nos anos 20 e 30. A nova configuração da sociedade, do desenvolvimento capitalista e da urbanização contribuiu com a aceleração da comunicação midiaticizada, por meio da imprensa, do cinema, do rádio e nos anos 40 e 50 com a televisão. As guerras mundiais, contribuíram para as investigações sobre a temática. Mais especificamente na década de 30 e 40, anos de expansão e consolidação dos estudos e teorias, iniciam-se as “investigações acerca das campanhas eleitorais, da socialização e informação políticas, da propaganda política e da opinião pública”. (Rubim, 2000, p. 16).

Para falar melhor sobre a relação mídia e política, precisamos mergulhar um pouco mais no universo da política, sobre as mutações ocorridas na modernidade e as perspectivas contemporâneas. Rubim (2000) pontua três características da situação da contemporaneidade: revolução das comunicações; a crise da política e a semantização do conceito de poder. O autor assinala que esses três pontos parecem ser o ambiente apropriado para redimensionar a relação entre comunicação e política, enfatizar sua sintonia fina com a atualidade e desvelar as novidades inscritas em uma relação já antiga.

Observa-se que há uma insistência histórica na interação do campo político-midiático, Rubim (2000, p. 19) salienta um tipo específico que predominou nessa relação. Segundo ele:

A comunicação sempre foi percebida e utilizada como mero instrumento do campo político. Nesta perspectiva, tanto os jornais que proliferaram em torno da Revolução Francesa e de suas lideranças, quanto os pasquins políticos do século 19 no Brasil, por exemplo, atuavam como meros amplificadores das opiniões e idéias políticas e não como meios submetidos a alguma lógica oriunda da comunicação, a não ser aquela elementar que garantia a comunicabilidade. A rigor, tais publicações caracterizam-se, antes de tudo, como extensões da (dinâmica) política e somente nessa operação (instrumentalizada) podem ser analiticamente elucidadas.

Nesse sentido, o autor propõe a superação desta noção da comunicação, até mesmo pela nova configuração da circunstância social no mundo contemporâneo que, ao fazer incidir sobre a relação um conjunto de mutações significantes, acabam por redefinir os termos balizadores da interação. A própria modernidade promove profundas transformações na configuração da política, assim temos hoje instituições e rituais especificamente políticos, incluindo as eleições. Em um contraponto com a antiguidade, ao invés do poder centralizado nas mãos de reis, a legitimidade agora vem da opinião pública, a qual presumivelmente é defendida pelos representantes. Supera-se também o caráter excludente, com a instauração de direitos individuais e civis. Vale ressaltar que o liberalismo opõe-se a este pensamento democrático e reconhece somente a ‘democracia das elites’. Nesse sentido, a luta dos trabalhadores, das minorias, dos excluídos (mulheres, negros, homossexuais, etc.) conquistam outra política como possibilidade, a partir de organizações associativas e partidárias, derivadas muitas vezes, das lutas travadas por essas minorias como, por exemplo, a atuação em busca da emancipação feminina³⁷.

O século 20 passa por uma reconfiguração da política, da socialização e inauguração da democracia ampliada de massas, mesmo ainda havendo diferenças e desigualdades. Essa nova atividade política fez “emergir a compreensão, característica dos tempos atuais de que as relações de poder permeiam e perpassam toda a sociabilidade, mesmo espaços antes insuspeitos, porque inerentes às relações sociais e humanas mais íntimas.” (Rubim, 2000, p. 21). Houve então um alargamento do horizonte temático, reafirmando, assim, o caráter público da política, pois, na modernidade, com as eleições, é necessário atingir diferentes e amplos públicos e, para isso, é preciso tratar de assuntos e temas mais vastos.

³⁷ Ressalta-se aqui, como pontuamos anteriormente que, o campo político, de certa forma, está estremeado não só com a inserção da mulher na política, bem como com o crescimento dessas conquistas.

O processo eleitoral, nada mais é do que um processo pelo qual um grupo (cidade, estado ou país, por exemplo) escolhe, por meio de votação, um dentre eles, para ser seu representante. A eleição é considerada como o ritual em que se disputa a investidura de representação dos cidadãos, que, por sua vez, delega uma parcela de poder naquele que escolhe como seu representante. Nesse âmbito a mídia é o meio que os candidatos se valem para alcançar o cidadão e convencê-lo de que merecem seu voto. Vale ressaltar também que nesta disputa pelo poder os candidatos ou partidos nem sempre se valem somente de suas posições ideológicas como estratégia. Muitas vezes, são feitas negociações, alianças com outros partidos, até mesmo de natureza ideológica diferente, mas que em uma situação dada, se unem por um interesse comum. Um exemplo desse fenômeno são as coligações, mais visíveis quando há segundo turno, onde se tem na disputa somente dois candidatos e os demais que concorreram no primeiro turno, geralmente, se posicionam apoiando um desses dois candidatos, presumindo-se que os eleitores que votaram neste no primeiro turno, agora votem no candidato que ele apóia nesta nova etapa. Esta manobra pode ser concluída nos termos de Maar (1982, p. 14), o qual pontua que “a política dos partidos, portanto, tem duas faces: uma em relação à sociedade e seus interesses; outra como política de disputa do governo”.

Rubin (2000, p. 22) caracteriza as eleições como um grande fórum público de disputa do poder, quando competitiva. Esse caráter público da política moderna contemporânea acaba por redefinir as relações de coerção e convencimento. “As relações de poder, imanentes às relações sociais, podem ser realizadas como força material (violência, coerção) e como força simbólica (convencimento, coesão)”. E, assim, por conta de um processo civilizatório, tenta-se sobrepor o convencimento e a coesão sobre a violência e a coerção, como procedimento mais legítimo. Desta forma, o recurso à disputa pela hegemonia intelectual e moral, reconfigurado assim pela modernidade, torna-se predominante, remetendo-nos, à questão das relações de poder que permeia este campo. Dessa forma, concordamos com o autor, para o qual “a hegemonia intelectual e moral supõe sempre e simultaneamente argumentos, emoções, sentimentos, preconceitos, interesses, etc., todos eles indissociáveis e inerentes ao relacionamento social e humano”. (Op. cit. p. 23)

O autor ressalta que um movimento similar ocorre com relação as alterações da sociabilidade que conflituam com a tradicional configuração do espaço público e a constituição de novas dimensões públicas contemporâneas. Nesse âmbito, também as mídias “provocam choques e tensões com aquelas tendências, solicitando novos requisitos e

modalidades de funcionamento da política”. Um exemplo destes choques se dá na confusão feita pela mídia quanto a ‘vida pública’ e a ‘vivência privada’. (Op. cit. p. 25)

A intensa presença de imagens visuais e sociais, possibilitadas pela mídia, também pode ser lembrada, dentre inúmeras outras possíveis, em um elenco de alterações sociais e comunicacionais que contraditam as tendências anteriores e exigem novas reconfigurações. (Rubim, 2000, p. 25-26)

O fato de questões privadas prevalecerem sobre os aspectos públicos, também é uma das preocupações de Piovezani (2009, p. 172), que acerca dessas reflexões sublinha que:

(...) poderíamos afirmar que as metamorfoses do discurso político estão condensadas no fenômeno da **“espetacularização da política”** que, por seu turno, envolve fatores de diversas temporalidades históricas, como a queda dos regimes totalitários, o “fim das ideologias”, a despolitização e a dissolução das massas, a intensificação do individualismo, **o predomínio do âmbito privado sobre a esfera pública, o advento de novas tecnologias que acelerou os ritmos da vida e diminuiu os espaços do mundo**³⁸, (...).

Nessa perspectiva, aliada às mudanças na sociedade e às tecnologias pós-modernas, “A intimidade começa a ganhar cada vez mais o espaço público, enfraquecendo os limites entre as esferas pública e privada.” (PIOVEZANI, 2009, p. 120).

Na concepção de Rubim (2000, p. 64), “a adequação da política à mídia quase se identifica com o debate em torno do espetáculo, ou melhor, da espetacularização”. Para Courtine (2006, p. 112),

O vento da “pós-modernidade” soprou sobre as formas de representação política: a teatralidade do espetáculo político se transformou profundamente com as novas mídias, que perturbaram o lugar da fala na comunicação política. O discurso perdeu sua autonomia e sua eficácia; ele é, desde então, indissociável da imagem do homem político e está frequentemente subordinado a essa imagem.

Nesses termos, a política espetacularizou-se, moldando-se nesta nova forma do fazer política na contemporaneidade. Um dos fatores que corroboram para o estabelecimento da espetacularização política é, segundo Piovezani (2003, p. 54), o enfraquecimento “da instância estatal, de modo quase generalizado. (...) A contrapartida da política, frente ao seu enfraquecimento, materializa-se, entre outras formas, na incorporação de estratégias que propiciem tornar mais “palatável” o discurso político”. Desse modo, o autor indica que:

³⁸ Grifos nossos.

(...) o desinteresse e a incredulidade em relação ao discurso político, que até então, era longo, monótono, cansativo, mas crível, e que desde então, passa a ser simulante (pois faz aparecer aquilo que não é) e dissimulante (por fazer não aparecer aquilo que é) constituindo, respectivamente, os efeitos de sentido de mentira e segredo. A partir desse período, a mídia, ao veicular tais denúncias, apresenta-se pretensamente como uma instituição que cumpre uma função social imprescindível, qual seja, a de desvelar criticamente as mentiras e os segredos políticos.” (PIOVEZANI, 2003, p. 55)

Devemos, entretanto nos atentar aos efeitos desse fenômeno da mídia em sua ânsia por produzir e o público querendo assistir esse espetáculo político. Piovezani orienta que:

Desse modo, há, enfim, que salientar a ubiqüidade do espetáculo no interior da política brasileira contemporânea, com vistas a considerar, a deslindar os (e a precaver-se dos) efeitos dessa manifestação político-espetacular que, apelando às urgências cotidianas do bom e do belo, anuncia a elisão da insatisfação que lhe é estrutural e necessária. (PIOVEZANI, 2003, p. 63)

Consideramos importante, para a compreensão da relação entre política e mídia, o que Rubim relembra sobre a existência de quatro modalidades de pensamento teórico acerca da comunicação. A primeira delas vê a *comunicação como midiaticizada*, com foco na própria mídia; a segunda tem a mídia como *produção de bens simbólicos*, tomando a lógica capitalista, um terceiro propõe a *comunicação como um novo campo social autonomizado*, o campo social e, por fim, um quarto e recente viés, propõe a assimilação teórica da *comunicação como rede*³⁹, “como teia de fluxos e nódulos, como trama complexa de percursos e entrecruzamentos que entrelaçam comunicação e contemporaneidade”. Nesse sentido, a comunicação “(re)constitui-se como mônada gravitacional específica, como esfera do poder especializado que se defronta com outros poderes e, dentre eles, a política resignificando não apenas essas relações, mas a própria e singular circunstância societária.” (Rubim, 2000, p. 27-28)

Refletindo sobre a comunicação na atualidade, podemos compreender “a contemporaneidade como uma sociedade estruturada e ambientada pela comunicação, como uma verdadeira ‘Idade Mídia’, em suas profundas ressonâncias sobre a sociabilidade contemporânea em seus diversos campos.” (RUBIM, 2000, p. 29).

Segundo Rubim, “as redes aparecem como uma das mais significativas marcas da contemporaneidade.” (Rubim, 2000, p. 33), entendendo aqui redes como sendo a tecnologia

³⁹ Deter-nos-emos nesta última, pois se aproxima de nossas reflexões.

espacial, os satélites, as telecomunicações, a televisão e etc. Este estudioso retoma Trivinho para definir rede na contemporaneidade, assim:

A rede em sua singularidade contemporânea, deseja abolir os obstáculos, desterritorizando e desmaterializando. Sua fluidez, volatilidade e dinâmica não se ancoram em territórios. Sua quase imaterialidade e invisibilidade buscam garantir velocidade e instantaneidade. A supressão do espaço e do tempo afirma-se como constitutiva das redes, é sua novidade essencial. (Trivinho, 1998, *apud*, Rubim, 2000, p. 33)

Decorrencia disso que, em virtude da revolução das comunicações em rede, o espaço eletrônico manifesta-se como espaço que, mesmo sem território, permite virtualizações e atualizações contínuas. Podemos, neste momento, estender esta reflexão, pensando essas redes no espaço virtual da internet, onde não há limites territoriais e o espaço para a interatividade é mais acentuado, ou seja, tem-se neste espaço a presença e/ou atuação dos internautas eleitores, ou os *e*-leitores, nos termos de Silveira (2009), um sujeito que “ao mesmo tempo em que é o receptor, torna-se produtor/autor do discurso político, por possuir livre acesso a novas formas de entrar para o debate político, publicando suas opiniões, confrontando-as e participando ativamente do fazer político.”⁴⁰ (SILVEIRA, 2009, p. 17)

Na contemporaneidade, as mídias impõem sua própria realidade, “a mera existência física, já não assegura um existir social” (RUBIM, 2000, p. 41-42) e quanto à existência pública,

O existir físico na realidade tangível torna-se condição necessária, mas não suficiente para garantir uma existência publicizada. Esta requer que ao existir físico seja agregada uma outra existência, agora vivida na telerealidade. Sem essa publicização possibilitada pela telerealidade, a existência social não está garantida. A existência publicamente compartilhada passa a ser, ela mesma, composta e problemática, verdadeiro campo de luta e poder. (RUBIM, 2000, p. 42).⁴¹

Com todas essas mudanças tecnológicas, a internet representa um recurso de interação entre os cidadãos enunciadorees (autores dos textos postados na internet) e os leitores

⁴⁰ Ainda que submetido às coerções do discurso político-eletrônico, como a autora mostra em sua pesquisa.

⁴¹ O autor usa o termo telerealidade, advinda de Tele, “para recordar sua inerente noção de distância e apontar a possibilidade do distante ser apreendido, transportado e transformado (simbolicamente) em acontecimento próximo, em algo que ganha um sentido instantâneo e passa a compor o cotidiano como momento inerente à vivência contemporânea.” (RUBIN, 2000, p.40)

internautas e ainda estas duas instâncias e outros textos que também circulam na rede⁴². Na política, a internet é um recurso que a cada eleição reforça seu alcance e é manifestada por meio de *blogs*, sites de notícias, sites pessoais dos candidatos, etc. Os *blogs*, por exemplo, segundo Borges (2008) podem ser entendidos pela proximidade entre leitor e editor, proporcionado pelo princípio da interatividade. No entanto, essa possibilidade de inclusão de novos atores na interação não ocorre somente nos *blogs*. Há sites jornalísticos, por exemplo, que ao final de uma notícia faz a abertura de um espaço para o internauta comentá-la. Borges também pontua que no *ciberespaço*, estabelecido pela internet,

(...) existe a possibilidade do sentido todos-todos, alterando os papéis clássicos do modelo emissor-receptor, que tenderiam a se (con)fundir à medida da intensidade da exploração desses potenciais da rede. Neste contexto, a Internet emerge como ferramenta inovadora capaz de promover a multiplicação de fluxos comunicacionais que permitem a difusão da informação e do conhecimento. (BORGES, 2008, p. 1)

Quanto às redes sociais, quando relacionadas à política, diríamos que são uma espécie de extensão do debate eleitoral, pois traz à reflexão a esfera pública, interconectada, para a discussão de temas agendados muitas vezes por outras mídias, como a televisão, nos HGPE's, debates televisivos, etc. Percebe-se, em contrapartida, que essa interação proporcionada pela internet implica não só em uma simples participação do internauta leitor, mas exige um posicionamento crítico diante dos fatos ou notícias publicadas.

Na internet, é comum haver o que se chama de *cyberativismo*, uma espécie de ativismo na rede, pressupondo uma prática ou ação política em prol de alguma causa. Seria uma espécie de mobilização *on-line*. Na política, o *cyberativismo* foi utilizado, por exemplo, a favor de Marta e Dilma e contra o jornalista Josias de Souza que, em 2009, postou em seu *blog* comentários ofensivos às duas, gerando uma imensidão de comentários e postagens em outros *blogs* criticando o jornalista e exigindo uma retratação, movimento que pode ser visualizado no Capítulo 3, página 148. Rubim salienta que:

(...) os enlaces entre política e comunicação, simultaneamente complementares e conflituosos, ao se (re)adequarem a nova circunstância de ambiente configurada pela mídia, possibilitam a emergência de novas configurações da política, pois ela se vê afetada pela presença de novas possibilidades de espaços, formatos e ingredientes, bem como pela redefinição de alguns de seus

⁴² Outros sites, ou *blogs*, que o enunciador julgar pertinente *linkar* ou relacionar ao seu site, para que o leitor internauta possa, se preferir, seguir este trajeto.

antigos componentes, desenvolvidos, em especial, desde os primórdios da modernidade. (RUBIM, 2000, p. 46)

É nesse sentido que pensamos a internet na política como uma nova possibilidade de fazer política, um novo espaço para produção de sentidos. Dessa forma, refletindo sobre as *mutações do discurso político* na contemporaneidade, um teórico tem destacado as transformações que os objetos de estudos da AD sofreram nos últimos anos, mais especificamente o discurso político, propondo, assim, algumas reflexões sobre essas transformações da fala pública. Trata-se do estudioso Jean-Jacques Courtine, que chama atenção dos analistas para vislumbrar em suas análises não somente as formas verbais, mas também os dispositivos de imagens, o suporte material e as novas tecnologias dessa circulação. Esses apontamentos provocam, de uma certa maneira, um deslocamento teórico-metodológico da maneira de trabalhar a AD, pois este teórico abre caminho para o estudo das materialidades não-verbais e audiovisuais que constituem a historicidade dos discursos.

A consideração das novas formas do discurso político e do aspecto não-verbal dos discursos é produtiva para nossa pesquisa visto que delimitamos para análise discursos veiculados na mídia *on-line*, que contemplam as materialidades verbais e não-verbais, como as charges, por exemplo, além de abarcar em alguns casos, imagens em movimento, vídeos que, além do movimento pressupõem também a consideração do nível sonoro.

Segundo Courtine (2006, p. 83), não podemos deixar de observar as transformações pelas quais passaram o cenário político nos últimos anos, considerando, os avanços dos *media*. “Se a análise do discurso político começou a transformar o tipo de seus instrumentos, isso é também porque seu próprio objeto atualmente passa pela experiência de uma profunda transformação”. Para este teórico, os dispositivos da AD tidos até então não funcionariam da mesma forma considerando essa nova forma de fazer política, que engendra imagens na televisão, linguagem verbal, corpo, tom, sem falar na Internet. Essa nova configuração dos discursos reclamava mudanças nas práticas das análises. Em respostas a essa problemática, ele propõe novos olhares para esses discursos. “De agora em diante, o discurso político não pode ser dissociado da produção e recepção de imagens da mesma maneira que o discurso do homem político não poderia mais se separar de sua imagem”. Nesse sentido, “a mensagem política não é mais uma mensagem unicamente lingüística, mas uma colagem de imagens e uma performatividade do discurso, que deixou de ser prioritariamente verbal”. (Courtine, 2006, p. 84-85)

Courtine (2006, p.85) argumenta ainda que “a mutação dos modos de comunicação política exige a renovação de uma semiologia da mensagem política que permitirá sua apreensão global”. Segundo o autor essas novas práticas ou metamorfoses do discurso político contemporâneo reclamam novas práticas de análise quem dêem conta dessas mudanças,

Parece que outra política do discurso está sendo desenvolvida: aquela de formas curtas, de fórmulas, de diálogos. Um discurso político mais fluido, mais imediato que requisitaria o instante mais do que se inscrever na memória, preferindo mais o ataque verbal do que a estratégia discursiva. (...) o discurso político passa por uma profunda transformação na enunciação, tornando-se um discurso curto, descontínuo e ininterrupto, ao mesmo tempo que o sujeito falante re-emerge enquanto a máquina política é apagada. Esse é um dos vários efeitos sobre os enunciados políticos geralmente descritos como condição pós-moderna, caracterizada pelo aparecimento do individualismo e a desafeição pelos sistemas ideológicos. (COURTINE, 2006, p. 84)

Assim, “os grandes discursos políticos parecem estar ameaçados pelo desaparecimento”. As formas longas de modos políticos foram sendo substituídas por outras práticas de escrita e leitura, a explicação e o convencimento dão lugar à sedução e à conquista. O texto político “produziu e recebeu novas formas, diálogos, entrevistas, holofotes de televisão, videoclipes políticos.”, dessa forma, “De agora em diante, o discurso político não pode ser dissociado da produção e recepção de imagens.” (COURTINE, 2006, p. 84).

Ao refletir sobre esse discurso político de nossos dias, e as configurações semióticas do discurso político contemporâneo, Piovezani (2009, p. 21) pondera que:

(...) a emergência e a utilização de um instrumento técnico, nesse caso, a televisão, em conjunto com transformações históricas, políticas, sociais e culturais promoveram várias mudanças no discurso político. (...) o discurso político eleitoral apresenta novas formas semiológicas, formula-se em uma ampla gama de gêneros discursivos e explora as possibilidades abertas por sua circulação em um *médium* audiovisual; (...) uma abordagem discursiva que se detenha estritamente na linguagem verbal não será suficiente para interpretar a complexidade do discurso político contemporâneo.

Essas novas formas do discurso político, que manifestam-se na memória de curta duração, em breves formulações sincréticas, com ritmos dinâmicos de circulação,

(...) atestam o “estado líquido” das discursividades políticas contemporâneas, cujo funcionamento fundamenta-se na efemeridade, na fluidez, na volatilidade, na fragmentação e no esquecimento, tão apropriados aos ritmos e movimentos velozes do mercado e do consumo. (PIOVEZANI, 2009, p. 218-219)

Nesse sentido, as discussões acerca da relação entre política e mídia também nos remetem às reflexões sobre o papel da comunicação, ou papel da mídia,

Em sentido estrito, o campo da comunicação não tem como finalidade social prevista governar. Mas não se pode negar que, através de inúmeros mecanismos, ele interfere e influencia o ato de governar ao agendar temas, requerer providências, propor soluções, criticar atitudes, sugerir alternativas, produzir imagens públicas, engendrar climas sociais, enfim – e por tudo isso – afetar no dia-a-dia a governabilidade. (RUBIM, 2000, p. 75)

Rubim salienta que no trabalho da mídia,

O poder de publicizar e de silenciar na atualidade, retido e tendencialmente monopolizado pela esfera da mídia, tem sido fracionado, ainda que de modo não explícito, pelos estudiosos e teóricos da comunicação e da política com base no enquadramento dos efeitos resultantes da publicização ou do silenciamento⁴³. (RUBIM, 2000, p. 80)

Nessa conjuntura, se as imagens públicas resultam da publicização, no âmbito da política, esse fator é primordial,

A imagem pública de um político, por exemplo, decorre de sua trajetória e produz-se não só pela via de suas estratégias político-midiáticas, de sua assessoria de comunicação e marketing, mas por um conjunto plural de sentidos em disputa, inclusive ordinários de seus adversários. (RUBIM, 2000, p. 81-82).

Em meio aos mecanismos e funcionamentos do discurso midiático, uma estratégia utilizada no âmbito político-midiático é o que se chama de *agenda-setting*, proposta nos anos 70, e que, segundo Azevedo (2004, p. 42), “forma o núcleo conceitual de um modelo de pesquisa desenhado para testar empiricamente os efeitos da comunicação de massa na preferência política eleitoral do público”.

O surgimento ou a criação do *agenda-setting* foi inspirado em referência ao cientista político Bernard Cohen, o qual “afirma que se a imprensa geralmente não diz ao eleitor “como” deve pensar, possui contudo, uma grande capacidade em sugerir “sobre o que” pensar.” (COHEN *apud* AZEVEDO, 2004, p.4 3). Trata-se de refletir no processo de produção da imprensa, que “seleciona temas, acontecimentos e personagens que competem entre si pela atenção da mídia e, por extensão, da sociedade” (COHEN *apud* Azevedo, 2004,

⁴³ Sobre o silenciamento, trataremos melhor este conceito dentro dos limites da Análise do Discurso, próximo capítulo.

p. 43). Na verdade, todos esses fatores, influenciam diretamente na política, principalmente em período eleitoral.

A visibilidade e a proeminência de determinados temas em detrimento de outros, num período determinado (uma campanha eleitoral, por exemplo) foram definidas por McCombs e Shaw como a “agenda da mídia” e os temas discutidos considerados importantes pelos indivíduos (audiência), como a “agenda do público”. O procedimento metodológico padrão do modelo é o confronto entre a agenda da mídia e a agenda do público, tendo como pressuposto que: a) as duas agendas configuram a *agenda-setting* de um determinado período; b) a comparação entre elas permite verificar as possíveis correlações entre ambas e qualificar os efeitos dos meios de comunicação sobre a audiência. (AZEVEDO, 2004, p. 43)

Nesta perspectiva, a interação entre a opinião pública e os meios de comunicação de massa torna-se relevante para a compreensão da forma como se definem as agendas temáticas. A imprensa seria, nesse sentido, o órgão intermediário entre o eleitorado e o sistema político, o que evidencia o papel desses meios de comunicação no processo de formação de opiniões e conseqüentemente de atitudes.

Dessa forma, percebe-se o papel que a imprensa desempenha em campanhas eleitorais, “papel decisivo na estruturação do espaço público e do consenso social, os eleitores tendem a definir suas preferências eleitorais, levando em conta as questões (*issue oriented*) colocadas em jogo, de modo contingencial, a cada episódio eleitoral.” (Op. cit. p. 46)

A ideia central do *agenda-setting* é a de que “a mídia, ao selecionar determinados assuntos e ignorar outros define quais são os temas, acontecimentos e atores (objetos) relevantes para a notícia”. (Op. cit. p. 52). Isso implica o estabelecimento de uma escala de proeminências entre esses objetos. Além da escala citada acima, a adoção de enquadramentos positivos ou negativos sobre esses objetos constrói atributos sobre eles, ou seja, no cenário político, constrói-se ou desconstrói-se a imagem de um determinado candidato ou partido. Todas essas considerações realçam que:

(...) há uma relação direta e causal entre as proeminências dos tópicos da mídia e a percepção pública de quais são os temas (*issues*) importantes num determinado período de tempo.(...) Em relação à composição e formação da agenda da mídia, a investigação tem como objeto de estudo os itens (temas ou assuntos) publicados ou veiculados pelos meios de comunicação de massa, num determinado período de tempo, bem como a hierarquia estabelecida entre eles. (AZEVEDO, 2004, p. 52 e 53).

Concordamos com Azevedo (2004, p. 59) quando este considera o “*agenda-setting*” como um dos principais paradigmas explicativos dos efeitos da comunicação de massa e do poder da mídia.”. Conforme este autor, trata-se de um conceito que coloca a mídia de massa como sendo capaz de transferir para a audiência a relevância dada às notícias.

Outra noção importante para nossas análises é pontuada por Porto (2004), que complementa o conceito anterior, *agenda-setting*. Trata-se agora do ‘*enquadramento*’, conceito que oferece uma nova maneira de compreender o papel da mídia. Tomando como base o dado de que a mídia é entendida como ‘fonte de informação’ e que para exercer a democracia deve transmitir as informações de maneira imparcial e objetiva para a audiência, questiona-se, neste ponto, o papel político da mídia, pois na prática, não é o que ocorre. No cenário político, a mídia deve impedir que valores ou posições ideológicas interfiram no relato dos fatos, evitando assim, o favorecimento de um determinado grupo ou candidato. Para a definição do conceito de enquadramento, Porto (2004) cita Entman, para o qual:

(...) enquadrar significa selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e fazê-los mais salientes em um texto comunicativo, de forma a promover uma definição particular do problema, uma interpretação causal, uma avaliação moral e/ou uma recomendação de tratamento para o item descrito. (ENTMAN, 1994, p. 294, *apud* PORTO, 2004, p. 82) (tradução do autor)

Assim, dependendo do enfoque ou enquadramento dado a certo acontecimento, ou a um candidato, promoverá interpretações específicas sobre esses objetos. Podemos estabelecer uma relação entre esta noção e o que Navarro (2003, p. 113) sublinha a propósito do discurso jornalístico e do lugar midiático na articulação do saber e do poder,

Quanto ao poder, a relação entre a chamada grande imprensa, as elites e os detentores do poder, aparece na forma daquilo que Mattiussi (1997) chama de “denuncismo”: o uso da imprensa para legitimar as atitudes de uma autoridade política ou conferir tratamento pejorativo aos fatos a ela relacionados. **A mídia cria, portanto, mocinhos e bandidos, heróis e derrotados.**

Dessa forma, a prática jornalística se caracteriza “pelo emprego de estratégias que promovem uma construção da realidade no/pelo discurso.” (NAVARRO, 2003, p. 113)

Ainda nesse perspectiva, podemos pensar o enquadramento na relação com o que Charaudeau (2006a, p. 285) aponta sobre o espaço público e o privado. Segundo este autor, os estudos sobre as mídias evidenciam frequentemente uma “confusão entre o *espaço público e privado*. Essa confusão resulta de uma invasão deste por aquele, ou melhor, diremos nós, de uma aparição do segundo no primeiro, de uma *publicização da intimidade* outrora preservada

do olhar do outro”. Essa questão é bem evidenciada na relação político-midiática dos tempos atuais, visto que se vê frequentemente a sobreposição de assuntos do âmbito pessoal de candidatos, publicizado ou espetacularizado na mídia⁴⁴. Esse fenômeno é bem evidente no caso das mulheres políticas, que em vez de se publicizar seus aspectos profissionais e políticos, elas são discursivizadas, trazendo à tona aspectos de suas vidas particulares, deslocando os sentidos para outros campos que não o da política⁴⁵. É o que evidenciaremos com mais precisão no capítulo analítico.

A isso podemos somar a questão da dramatização da informação, que segundo Charaudeau (2006a), na guerra dos discursos, torna-se um problema.

Ao privilegiar os efeitos da emoção, esse tratamento coloca obstáculos à exposição racional dos projetos políticos: as técnicas de anúncio (título de jornais, boletins de informação, apresentação de telejornais) privilegiam até a obsessão alguns assuntos e ocultam outros. (...) Os políticos sabem disso, sabem que devem jogar com a tendência das mídias de colocar as luzes sobre certos temas e determinadas declarações que ocultarão aquelas que lhes são mais particularmente caras. (CHARAUDEAU, 2006a, p. 289)

Finalizamos este capítulo citando Charaudeau (2006b), que ao dissertar sobre o discurso das mídias, afirma que

Comunicar, informar, tudo é escolha. Não somente escolha de conteúdos a transmitir, não somente escolha das formas adequadas para estar de acordo com as normas do bem falar e ter clareza, mas escolha de efeitos de sentido para influenciar o outro, isto é, no fim das contas, escolhas de *estratégias discursivas*. (Charaudeau, 2006b, p. 39)

Ao voltarmos nosso olhar para as origens da política, vemos que, não só no Brasil como no mundo, registra-se uma história de transformações nas próprias estruturas de funcionamento ou no próprio conceito de política. Diante deste cenário, todas essas reflexões nos reafirmam a emergência de um novo olhar para o discurso político na contemporaneidade⁴⁶, que tem uma relação estreita com a instância midiática. A reflexão sobre todos esses mecanismos que permeiam o campo político-midiático foi imprescindível à nossa pesquisa, pois são fatores que influenciam ideologicamente, produzem efeitos de

⁴⁴ Conforme explicitamos anteriormente.

⁴⁵ O entrelaçamento entre os domínios público e privado é característico da espetacularização da política. No entanto, é mais acentuado quando se trata de políticas mulheres.

⁴⁶ Seguindo o pensamento de Courtine (2006) na obra *Metamorfoses do Discurso Político*, que trata justamente deste novo olhar para o discurso político contemporâneo, conforme discutiremos neste capítulo.

sentidos para o eleitor e contribuiu para a compreensão do funcionamento dos discursos que circularam na mídia *on-line* durante as eleições de 2008.

Passaremos ao capítulo seguinte o qual apresenta o dispositivo teórico-metodológico da Análise do Discurso trazendo reflexões sobre questões inerentes ao discurso que, somados às temáticas aqui discutidas sobre mídia e política e no capítulo precedente, que tratou sobre questões de gênero, possibilitaram a compreensão dos discursos que serão apresentados no capítulo analítico.

3. ANÁLISE DO DISCURSO

“A Análise do Discurso visa fazer compreender como os objetos simbólicos produzem sentidos, analisando assim os próprios gestos de interpretação que ela considera como atos no domínio simbólico, pois eles intervêm no real do sentido.” (Orlandi, 1999, p. 26)

Neste capítulo, procuramos delimitar as frentes teóricas que balizarão nosso trabalho, a partir das quais estabeleceremos nossas análises e reflexões. Nossa pesquisa poderia realizar-se de diversas maneiras, com a possibilidade de uma discussão via história, sociologia, antropologia, etc. Entretanto, propomos que ela seja desenvolvida à luz da Análise do Discurso de Linha Francesa, apoiando-nos especialmente em autores como Pêcheux, Maingueneau, entre outros⁴⁷, que com suas preciosas contribuições alicerçarão nossa investigação. Sem a pretensão de sermos exaustivos, consideramos importante trazer para a nossa reflexão o surgimento da Análise do Discurso (AD) que nasce como uma proposta de deslocamento, uma nova forma de pensar a linguagem articulando três campos do saber: a Linguística, o Materialismo Histórico e a Psicanálise.

A construção teórica da AD iniciou-se na década de 1960 e segundo Mazière:

Les premiers dispositifs d’analyse ont permis cependant à l’AD de se définir par opposition, ou par adhésion, aux évidences des années 1960: la linguistique structurale puis générative, l’énonciation et les traditions herméneutiques, la sociolinguistique et la ‘*Discourse analysis*’ anglo-saxonne, les traitements automatiques, et une philosophie du langage qui repensait le sens. La complexité de positions de l’AD dans l’analyse du sens se mesure à travers la précision et l’insistance de ses joutes autant que par ses multiples inventions. (MAZIÈRE, 2005, p. 6-7)

O surgimento da AD articulou-se então sob a égide do estruturalismo em torno de reflexões sobre a linguística, o marxismo e a história, estabelecendo-se como uma teoria com características interdisciplinares. A AD teve como fundador o francês Michel Pêcheux, considerado uma das figuras mais importantes da AD francesa, que pretendia refletir sobre a maneira como a linguagem está materializada na ideologia e, em contrapartida, a ideologia manifestada na linguagem. Pêcheux, com seu gesto fundador, trabalhou para a constituição da AD enquanto campo de saber, logo, tomou o discurso como seu objeto próprio, em oposição à

⁴⁷ Sem desconsiderar as diferenças de estatuto epistemológico entre esses autores, deteremo-nos aqui nas contribuições relevantes de cada autor para o desenvolvimento de nossa pesquisa.

análise de conteúdos⁴⁸, difundida na área das Ciências Humanas, que considera o texto na sua transparência, como projeção de uma realidade extradiscursiva, indiferente às articulações propriamente linguísticas e textuais. Segundo Possenti (2004, p. 358)

A ruptura da AD com a análise de conteúdo se dá tanto pela crítica da leitura baseada em categorias temáticas quanto pela diferente abordagem do sentido: em lugar de seu tratamento como informação, a AD introduz a noção de efeito de sentido entre interlocutores.

Pêcheux criticava a análise de conteúdo, pois esta tomava o conteúdo do texto como objeto de análise e, por meio de indagações, procurava-se chegar à compreensão. Vale ressaltar as profundas transformações no campo das ciências como a revolução da linguagem, com Saussure, que propôs a dicotomia língua e fala, buscando conferir à Linguística o estatuto de ciência. No estabelecimento desta oposição, o genebrino considera como *língua* o elemento social e abstrato, um sistema fechado em si, e o elege como objeto de estudo dessa nova ciência: a Linguística. Isso resulta, na exclusão do estatuto individual da linguagem, da fala, neste campo de estudos. Desse modo, o corte saussureano implica na exclusão de elementos como o mundo, a história e o sujeito. É sobre as ruínas da teoria saussuriana que se elevará a AD, que tenta abarcar o que o teórico não considerou. Em Saussure, temos a língua como social, abstrata, e a fala como individual, concreta. No discurso, temos o social como histórico e a concretude como a materialidade. E é justamente pela Língua, se relacionando com a ideologia e a história, que se chegaria à Análise do Discurso. Desta forma, tomando o discurso como objeto, era necessário repensar a ideologia, passando pela linguagem. Para Pêcheux, era importante refletir sobre o modo como funciona a ideologia, tendo o discurso como lugar de acesso e observação da relação entre a materialidade específica da ideologia e a materialidade da língua. Nesta perspectiva, a língua é a materialidade do discurso, que é a materialidade da ideologia.

Assim a AD instaura novas problemáticas propondo mudanças teóricas significativas, o que reclama pontuarmos alguns dos conceitos que serão mobilizados em nossas análises, com mais clareza. É o que faremos a seguir⁴⁹.

⁴⁸ Para o qual “o sentido de um texto são as informações que ele contém” (POSSENTI, S. Teoria do Discurso: um caso de múltiplas rupturas. IN: MUSSALIN, F. e BENTES, A. C. (orgs): **Introdução à Linguística 3 – Fundamentos epistemológicos**. São Paulo: Cortez, 2004, p.358)

⁴⁹ Embora sabendo que em AD os conceitos são imbricados um ao outro, optamos (mesmo correndo o risco de sermos repetitivos em alguns pontos) por pontuá-los separadamente, a fim de vislumbrá-los de forma mais clara.

3.1. Conceitos basilares da AD

3.1.1. Discurso, sentido e efeito de sentidos

A noção de discurso é usualmente empregada, por diferentes linhas teóricas e com acepções também diferentes. AD procura vislumbrar os discursos em relação à sua exterioridade, levando em consideração os processos e as condições de produção, ou condições de emergência, que possibilitaram o surgimento desses discursos. Vale lembrar que a Análise do Discurso tem como objeto o discurso, considerado como uma prática da linguagem, um processo. Trata-se, portanto, dos modos de inscrição do sujeito na ordem da língua e da história, inscrição esta que pode ocorrer de diferentes modos, acarretando o surgimento de diferentes discursos numa sociedade, como é o caso dos diversos discursos que circulam na mídia sobre um determinado fato ou acontecimento.

Segundo Orlandi (1999, p. 15), “a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a idéia de curso, de percurso, de correr por, de movimento”. Assim, o estudo discursivo observará o discurso enquanto prática da linguagem, isto é, compreender a língua⁵⁰ fazendo sentido, por meio do simbólico. De acordo com Pêcheux (1993, p. 82), o termo discurso implica “que não se trata necessariamente de uma transmissão de informação entre A e B mas, de modo mais geral, de um ‘efeito de sentidos’ entre os pontos A e B”, ou seja, para este autor, o discurso é “efeito de sentidos entre locutores”, e esse efeito se constrói pela inscrição da língua na história, permeada pela ideologia. Pensando nessa relação, vale ressaltar que a linguagem na AD não é transparente; interpretar não é atribuir sentidos, mas expor-se à opacidade do texto, resultando em saber que o sentido sempre pode ser outro.

Nessa perspectiva, há que se pontuar outros aspectos imbricados nessa relação discursiva, pois se o efeito de sentido produzido por um determinado objeto simbólico é sempre passível de ser outro, isso é resultado de um deslize de sentidos, e esse deslize produz o que se chama de “efeito metafórico”. Orlandi (2001, p. 23) pontua que o objetivo da análise do discurso é descrever o funcionamento do texto, “explicitar como um texto produz sentido (...), *mostrar* os processos de significação que presidem a textualização da discursividade”. Nesta perspectiva, faz-se importante considerar, no processo de produção de sentidos, a noção de ‘efeito metafórico’, que, grosso modo, seria uma espécie de deslizamento de sentidos, estabelecendo o modo como as palavras significam. Pêcheux (1993, p. 96) considera efeito metafórico como sendo o “fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual

⁵⁰ A AD trabalhará a língua no mundo, em sua realização, com maneiras de significar, e não enquanto sistema, fechada nela mesma.

para lembrar que este ‘deslizamento de sentido’ entre x e y é constitutivo do ‘sentido’ designado por x e y ”.

Assim, para a AD, a metáfora coloca-se como uma transferência, resultado de deslizamentos, possibilitando chegar-se ao lugar de interpretação, bem como ao lugar da historicidade. Há um jogo de sentidos produzidos por meio de “efeitos metafóricos”. É no trabalho do analista, de evidenciar os processos discursivos, de descrever o funcionamento do texto, que na proposta de Pêcheux toda descrição está exposta ao equívoco e, assim, “todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente para derivar para um outro” (Pêcheux, 2008, p. 53), isso implica em considerar o sentido não como uma unidade fixa, uma vez que é histórico e, por isso, pode deslizar-se para outro.

É no lugar do efeito metafórico, dos deslizamentos de sentido que é delineado o trabalho da interpretação, da ideologia, da constituição do sentido e do sujeito.

Considerando as definições de discurso e as reflexões acerca deste conceito, refletiremos a seguir sobre o enunciado que, segundo Foucault (1972), é a “unidade elementar do discurso”.

3.1.2. Sujeito e ideologia

A AD avançou a questão do sujeito, arrancando-o de uma visão psicologizante, em que se encontrava, e da empiricidade imediata das situações de comunicação. Michel Pêcheux propõe um deslocamento em direção a uma reflexão teórica sobre a forma-sujeito e as ilusões da transparência do sentido, do sujeito fonte do sentido. Em diversos momentos ele faz referência à Lacan e sua teoria, pois a ideia de sujeito uno, centrado, senhor de seus atos, era concebido nas ciências humanas até então, não respondia mais às inquietações da época. Neste ponto, insere-se a Psicanálise no campo da AD, trazendo uma concepção diferente de sujeito, agora descentrado, clivado, assujeitado, submetido ao seu próprio inconsciente e às condições sócio-históricas existentes. Para a AD não há um sujeito pleno. Na verdade, ele é atravessado. Segundo Orlandi (1999, p. 32)

(...) o sujeito diz, pensa que sabe o que diz, mas não tem acesso ou controle sobre o modo pelo qual os sentidos se constituem nele. Por isso é inútil, do ponto de vista discursivo, perguntar para o sujeito o que ele quis dizer quando disse ‘x’.

A compreensão da noção de sujeito é de certa forma a compreensão dos próprios discursos em sua relação com o mundo, que adquire sentido ao ser discursivizado, enunciado. O conceito de sujeito se faz necessário a partir do momento em que consideramos a enunciação em seu caráter sócio-histórico, englobando a ideia de que a enunciação é o lugar de posições de sujeito que os indivíduos podem ocupar. No âmbito da AD de linha francesa, o sujeito não é um autor e sim uma posição que pode ser ocupada por diferentes indivíduos.

Segundo Gadet e Hak:

A linguagem (ou jogo, ou a ordem do signo, ou o discurso) não é entendida como uma origem, ou como algo que encobre uma verdade existente independentemente dela própria, mas sim como exterior a qualquer falante, o que define precisamente a posição do sujeito, de todo sujeito possível. Mas isto define o sujeito como posição, e não como uma coisa em si mesma, como uma substância. (GADET; HAK, 1993, p. 29).

Nesta perspectiva a AD trata das instâncias de enunciação em termos de “lugares”, posições. Cada um alcança sua identidade a partir e no interior de um sistema de lugares que o ultrapassa, o que nos leva a encaminhar esta discussão para o entendimento do conceito de ideologia. Nesse sentido, Orlandi (1999, p. 17) cita Pêcheux, para o qual “Não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido”, e, nesse âmbito, reafirma-se a noção do sujeito não intencional, interpelado pela ideologia. Vale ressaltar a aproximação à tese althusseriana, a “teoria das ideologias”, a qual postula que “a ideologia interpela os indivíduos enquanto sujeitos” (Althusser, 1985, p. 93). Se a interpelação do indivíduo em sujeito se dá pela ideologia e se para que o sujeito seja sujeito é necessário que ele se submeta à língua, é preciso que a língua se inscreva na história para significar. Essa é a característica da materialidade discursiva, linguístico-histórica. O autor salienta também que “só há ideologia pelo sujeito e para o sujeito. Ou seja, a ideologia existe para os sujeitos concretos, e esta destinação da ideologia só é possível pelo sujeito: isto é, pela *categoria de sujeito* e de seu funcionamento.” (Althusser, 1985, p. 93)

Para Pêcheux, as ciências sociais são essencialmente técnicas e tem uma ligação crucial com a prática e com as ideologias desenvolvidas em contato com a prática política, cujo instrumento é o discurso. Nessa perspectiva, as teses althusserianas sobre aparelhos ideológicos e o assujeitamento propõem um sujeito atravessado pela ideologia e pelo inconsciente. Paul Henry (1993), ao dissertar sobre as teorias de Althusser acrescenta que não

existe prática senão sob uma ideologia. Em outras palavras, todo sujeito humano, isto é, social, só pode ser agente de uma prática social enquanto sujeito.

Em uma análise mais profunda sobre a questão ideológica, Pêcheux e Fuchs apontam:

A modalidade particular do funcionamento da instância ideológica quanto à reprodução das relações de produção consiste no que se convencionou chamar *interpelação*, ou assujeitamento do sujeito como sujeito ideológico, de tal modo que cada um seja *conduzido*, sem se dar conta, e tendo a impressão de estar exercendo sua livre vontade, a *ocupar seu lugar*, em uma ou outra das duas classes sociais antagonistas do modo de produção (ou naquela categoria, camada ou fração de classe ligada a uma delas). Esta reprodução contínua das relações de classe (econômica, mas também, como acabamos de ver, não-econômica) é assegurada materialmente pela existência de realidades complexas designadas por Althusser como “aparelhos ideológicos do Estado”, e que se caracterizam pelo fato de colocarem em jogo práticas associadas a lugares ou a relações de lugares que remetem às relações de classes sem, no entanto, decalcá-las exatamente. (PÊCHEUX, FUCHS, 1993, p. 165-166)

De acordo com Althusser (1985), Marx considera ideologia como sendo um sistema de ideias, de representações que dominam o espírito de um homem ou de um grupo social. Segundo Marx, as ideologias “nascem” das classes sociais em luta, de suas condições de existência, de suas práticas, de suas experiências de luta, etc.

No âmbito das discussões sobre ideologia, Courtine pontua a distinção entre processos discursivos e língua: “se os processos discursivos constituem a fonte da produção dos efeitos de sentido no discurso, a língua, pensada como uma instância relativamente autônoma é o lugar material onde se realizam os efeitos de sentido” (Courtine, 2009, p. 32). A materialidade do discurso se faz nessa relação do linguístico com o ideológico. Segundo Orlandi (1999, p. 96), a ideologia é um conceito fundamental nesta nova perspectiva teórica, “Não a tratamos como visão de mundo, nem como ocultamento da realidade, mas como mecanismo estruturante do processo de significação.”

A primeira fase dos trabalhos da AD predominou um caráter mais metodológico. Com a Análise Automática do Discurso (AAD), em 69, a decalagem entre teoria e método se inverte em 71 sob influência Althusseriana, e também pela referência teórica ao conceito de FD. É preciso dissociar esses dois planos para tentar precisar suas relações no estado atual dos trabalhos de Pêcheux. É sobre a modalidade do que se conhece como assujeitamento ou interpelação (na perspectiva Althusseriana) do sujeito como sujeito ideológico que a instância ideológica contribui para a reprodução das relações sociais e é pelos Aparelhos Ideológicos de Estado que essa reprodução é assegurada. Ou seja, a ideologia se concretiza na prática. Trata-

se de realidades complexas e contraditórias, que numa conjuntura dada, as relações antagonistas de classe determinam o confronto no seio desses aparelhos.

3.1.3 Formação discursiva

Para Foucault (1972), uma FD pode ser circunscrita quando é possível definir em um determinado conjunto de enunciados, uma regularidade, uma ordem, posições e funcionamentos, transformações entre os objetos, os tipos de enunciação, as escolhas temáticas, etc. O que mostra é o sistema de regras que teve que ocorrer para que tal objeto se transforme, tal enunciação nova apareça, tal conceito se elabore, metamorfoseado ou importado, tal estratégia seja modificada sem deixar de pertencer a esse mesmo discurso”; constituindo assim um novo objeto, “suscitando uma nova estratégia, dando lugar a novas enunciações ou a novos conceitos. Uma formação discursiva determina uma regularidade própria a processos temporais; coloca o princípio de articulação entre uma série de acontecimentos discursivos e outras séries de acontecimentos, de transformações, de mutações e de processos. Não uma forma intemporal, mas um esquema de correspondência entre diversas séries temporais”. (FOUCAULT, 1972, p.92)

Courtine expõe a noção de condições de produção⁵¹ atrelada à FD. Este teórico pontua que o termo CP possui as *definições teóricas*, que se opõem às *definições empíricas*, e não se situam na continuidade das origens da noção e sim aparece desde 1971 em AD com o termo “formação discursiva”.

No entanto, segundo Courtine (2009, p. 49)

A noção de CP conhece sua primeira definição empírica geral nos trabalhos de Pêcheux (1969, p.16-29). Encontra-se nele definida, no quadro do esquema transformacional de comunicação de R. JAKOBSON (1963, p.214), a partir de ‘lugares determinados na estrutura de uma formação social, lugares cujo feixe de traços objetivos a sociologia pode descrever’. (...) As relações entre esses lugares objetivamente definíveis encontram-se representadas no discurso por uma série de ‘formações imaginárias’ que designam o lugar que o remetente e o destinatário atribuem a si e ao outro.”.

Este teórico pontua também que

⁵¹ Doravante CP

O caráter heterogêneo e instável da noção de CP de um discurso faz dela, nessa perspectiva, o lugar onde se opera uma psicologização espontânea das determinações propriamente históricas do discurso (o estado das contradições de classe de uma conjuntura determinada, a existência de relações de lugar a partir das quais o discurso é considerado, no centro de um aparelho, o que remete a situações de classe) que ameaça continuamente transformar essas determinações em simples circunstâncias em que interajam os “sujeitos do discurso”.(Courtine, 2009, p. 51-52),

Isso leva, ao mesmo tempo, a situar no ‘sujeito do discurso’ a fonte de relações das quais ele é apenas o portador ou efeito. Essas considerações desembocam na necessidade de uma redefinição da noção que reordene à análise histórica das contradições ideológicas no conceito de FD.

A determinação das CP em uma sequência discursiva não deveria efetuar-se nesse quadro de definição que constitui o conceito de FD, a não ser a partir do interdiscurso da FD que domina essa sequência, como “conjunto complexo imbricado de FD e FI”. (Courtine, 2009, p. 76). O conceito de FD, segundo este autor, parece ligar contraditoriamente *dois níveis distintos: o interdiscurso ao intradiscurso*.

Segundo Courtine (2009), o termo Formação Discursiva aparece primeiramente em 1969, com a *Arqueologia do Saber*, no exterior do domínio da AD, nos trabalhos de Foucault, em meio a uma vasta e fecunda interrogação sobre as condições, históricas e discursivas, nas quais se constituem os sistemas de saber. Apesar de se caracterizar como paralela, parece nos aproximar indefinidamente de objetos, como o discurso, o sujeito, a ideologia, sem jamais atingi-lo completamente. É da “*d’Arqueologia*, que Michel Pêcheux extrairá o termo FD, do qual a AD se apropriará, submetendo alguns de seus elementos conceituais a um trabalho específico.” (COURTINE, 2009, p. 69-70). Ou seja, aproveitar a teoria de Foucault, mas trazê-lo para o quadro marxista, materialista.

O termo *formação ideológica* (FI) é usado para

caracterizar um elemento susceptível de intervir como uma força confrontada a outras forças na conjuntura ideológica característica de uma formação social em determinado momento.(...) cada formação ideológica constitui assim um conjunto complexo de atitudes e representações que não são nem individuais, nem universais, mas que se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito umas em relação às outras. (Haroche et al.,1971, p. 102, *in*: Courtine, 2009, p. 71-72).

Nessa perspectiva, trata-se de grupos, de classes. É nesse sentido que a relação das ideologias com o discurso é encarada, se a ideologia tem uma existência material, o discurso será considerado como um dos aspectos materiais. Assim, as formações ideológicas:

(...) comportam necessariamente, como um de seus componentes, uma ou várias formações discursivas interligadas que determinam o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma harença, de um sermão, de um panfleto, de um relatório, de um programa, etc.), a partir de uma dada posição em uma conjuntura, em outras palavras, em uma certa relação de lugares interna a um aparelho ideológico e inscrita numa relação de classes. Diremos assim que toda FD diz respeito a Condições de Produção específicas, identificáveis a partir do que acabamos de designar. (PÊCHEUX e FUCHS, 1975, p. 11, *in*: COURTINE, 2009, p. 72)

Courtine explicita a seguir algumas proposições que articulam a relação das FI às FD. A primeira delas é que a instância ideológica realiza uma combinação complexa de elementos, dos quais um é a FI. As FIs possuem um caráter “regional” ou específico e comportam posições de classe. É o que explica o fato de ser possível, a partir de FIs antagonistas, falar dos mesmos objetos e falar diferentemente, “as palavras mudam de sentido em função das posições daqueles que as empregam”. (HAROCHE et al., 1971, p. 84, *in*: COURTINE, 2009, p. 72). A segunda proposição é que as FDs são componentes interligados das FIs. É assim que as FDs que dependem de FIs antagonistas entretem entre si relações contraditórias, que se inscrevem na realidade dessas FDs, em sua materialidade linguística.

Se uma FD é o que, em uma dada FI e em uma conjuntura, determina ‘*o que pode e deve ser dito*’ (o que equivale a dizer que as palavras, expressões, proposições, recebem seu sentido da FD na qual são produzidas); convém acrescentar que *essa característica não é isolada* das relações contraditórias que uma FD estabelece com outra FD. (COURTINE, 2009, p. 73).

A última proposição é a de que é no interior de uma FD que se realiza o ‘assujeitamento’ do sujeito (ideológico) do discurso. E, nesse sentido, o autor designa **Processo discursivo** como sistema de relações de substituição, paráfrase, sinonímia, etc. que funcionam entre os elementos linguísticos, que aparece como a matriz de constituição do sentido para um sujeito que fala no interior de uma FD. A FI se materializa na FD que por sua vez, se materializa na estrutura (língua / materialidade). Podemos observar, na imagem 2, a seguir, essa relação da FI que se materializa na FD, e a questão da posição sujeito presentes

em uma dada FD. O exemplo é um texto, publicado no *site* de conteúdo jornalístico, *www.g1.globo.com*, que se diz prezar pela neutralidade, pela imparcialidade. No entanto, podemos perceber que há um enunciador ou melhor, um sujeito que ocupa uma posição inserida em uma FD e que tem como sistema de regras ser contrário à candidata Luizianne Lins, ou seja, ocupando uma posição contra a candidata, interpelado pela ideologia que rege sua FD.



Imagem 2 – “No blog do filho, Ciro aponta ‘censura’ à campanha de Patrícia”

Esse funcionamento discursivo pode ser vislumbrado pela forma como o texto foi publicado que, em sua maior parte, evidencia somente um lado da história, ou seja, a posição de um dos lados da disputa ocorrida em Fortaleza. Vale a pena ressaltar que o enunciador deu voz a Ciro Gomes, apoiador da adversária de Luizianne, para salientar palavras como “*censura*”, “*perseguição*”, entre outros termos usados para atacar a candidata. Somente no

final da matéria, colocou-se que a coligação de Luizianne não quis comentar o assunto. Além disso, o fato de o enunciador ter publicado os termos citados acima acaba por vincular a imagem de Luizianne a um já dito, à memórias sobre os tempos de ditadura, o que de certa forma é um tanto contraditório, pois não combinam com o partido de esquerda, como é o caso desta candidata.

Quanto ao interdiscurso, conforme explicitaremos mais adiante, trata-se do todo complexo⁵² dominante da FD. Então, é preciso admitir que o estudo de um processo discursivo no seio de uma FD dada não é dissociável do estudo da determinação desse processo discursivo por seu interdiscurso. “o próprio de toda FD é dissimular, na transparência do sentido que nela se forma, (...) o fato de que ‘isso fala’ sempre antes, em outro lugar ou independentemente”, isto é, sob a dependência do interdiscurso. (PÊCHEUX, 1975, p. 147, *in*: COURTINE, 2009, p. 73).

Nesta perspectiva, torna-se relevante buscar a caracterização do interdiscurso de uma FD presente nas sequências discursivas do *corpus*. No caso de nossa pesquisa, uma das questões colocadas foi saber quais memórias são acionadas no discurso midiático sobre a mulher política candidata nas eleições de 2008.

Maingueneau (2008b), trata a noção de FD de uma maneira mais específica. O autor a entende como sendo um sistema de restrições de boa formação semântica, o que nos ajudou a pensar as diversas posições discursivas presentes nas FD's, por nós analisadas. Assim, este teórico apresenta “*A polêmica como interincompreensão*”, onde o sistema de interincompreensão se dá na rede de interação semântica, e constitui a própria condição de possibilidade das diversas posições enunciativas. A questão aqui é enunciar em conformidade com as regras de sua própria FD e não compreender o sentido dos enunciados do Outro. Há um desentendimento recíproco. Temos em cada discurso, de um lado, semas positivos, que são os reivindicados, pelo próprio discurso, e de outro os semas negativos, que são os rejeitados,

A cada posição discursiva se associa um dispositivo que a faz interpretar os enunciados de seu Outro traduzindo-os nas categorias do registro negativo de seu próprio sistema. Em outras palavras, esses enunciados do Outro só são ‘compreendidos’ no interior do fechamento semântico do intérprete; para constituir e preservar sua identidade no espaço discursivo, o discurso não pode haver-se com o Outro como tal, mas somente como simulacro que dele constrói. (MAINGUENEAU, 2008b, p. 99-100)

⁵² De forma complexa, nem sempre de aliança, podendo ser um mais forte que o outro, enfim.

Nesse sentido, “a formação discursiva não define somente um universo de sentido próprio, ela define igualmente seu modo de coexistência com outros discursos”. (Maingueneau, 2008b, p. 106). A relação com o Outro é função da relação consigo mesmo, ou seja, é constitutiva; é um aspecto do funcionamento da FD. É a semântica global dos discursos que comanda a maneira pela qual os eles polemizam, em seu sentido estrito. A polêmica aqui não é somente uma controvérsia violenta, esse só um dos aspectos de um fenômeno mais geral, que é o das relações explícitas entre duas FDs. A polêmica introduz o Outro em seu recinto para melhor conjurar sua ameaça, mas esse Outro só entra anulado enquanto tal, como simulacro, traduzida. Essa noção faz-se importante, pois pode ser reveladora de uma interincompreensão radical, “(...) poderíamos dizer que a polêmica é necessária porque, sem essa relação com o Outro, sem essa falta que torna possível sua própria completude, a identidade do discurso correria o risco de desfazer-se.” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 113). Em meio à polêmica, o autor chama a atenção para o Terceiro Neutro (que é a História, a mesma que suscita a polêmica). Se a história não interviesse teríamos apenas um jogo de espelhos, onde cada um veria no Outro sua imagem invertida e, para o autor, não se pode sair da polêmica sem a intervenção deste terceiro, o que julga.

Maingueneau (2008b) pondera que, quando há a passagem de um discurso a outro, esse discurso é acompanhado de uma mudança na estrutura e no funcionamento dos grupos que gerem esses discursos. Essa divergência pode ser analisada por meio do sistema de restrições semânticas (SRS) que visa definir operadores de individualização. É um filtro que fixa os critérios em virtude dos quais certos textos se distinguem de outros como pertencendo a uma Formação Discursiva determinada. O SRS vai filtrar, delimitar o dizível de um campo discursivo dado. O tratamento dado a esses textos por um discurso dado são governados por um SRS único, que deve ser concebido como “competência discursiva” (a competência discursiva governa o sistema de restrições de um discurso). Salientamos que, para o autor, competência discursiva⁵³ não se relaciona com os pressupostos chomiskyanos, e sim procura representar operações de tratamento dos enunciados (produção / interpretação) por sujeitos engajados em atividades discursivas.

A noção de competência deve levar-nos à ideia de um campo anônimo, cuja configuração define o lugar possível dos sujeitos falantes, uma função vazia que pode ser preenchida por indivíduos até certo ponto indiferentes quando formulam um enunciado. O sujeito produz enunciados derivados desse ou daquele discurso. Ele pode dominar o sistema

⁵³ O conceito de competência discursiva é tratado aqui para dar conta das regularidades interdiscursivas historicamente definidas.

de regras que os torna possíveis (são as regras de uma formação que se impõem no próprio discurso a todos os indivíduos que tentam falar neste campo discursivo). Cada discurso constitui um universo semântico específico, ou seja, há uma certa regularidade, e o modo pelo qual um discurso se inscreve em uma conjuntura depende de sua natureza, das instituições que o sustentam, etc. As FDs são de fato acessíveis por outros critérios além dos textuais, em particular por sua incidência histórica. Qualquer que seja o campo semântico com o qual possa confrontar, o enunciador dispõe de um sistema simples e muito fortemente estruturado. É conveniente ver nesse sistema, o esquema de processamento do sentido. Maingueneau (2008b) salienta que o sistema de restrições é uma estrutura de organização semântica que possui uma significação em si mesma, mas cada discurso explora de maneira específica.

A qualificação dos enunciadores depende da FD de que se trata e nesse sentido, a FD determina o que é necessário possuir para enunciar legitimamente. Os enunciadores definem seu “estatuto” e seu “modo de enunciação” inscrevendo-se, e com eles seus enunciatários, numa certa posição social. Ele enuncia de acordo com o modo de enunciação de sua FD. Quanto à prática discursiva, Maingueneau se alia a Foucault, que utiliza o termo para referir-se aos “sistemas de relações” que para um discurso dado, regula as localizações institucionais das diversas posições que o sujeito do enunciado pode ocupar.

Com relação ao discurso “mesmo”, em oposição ao “Outro”, para Maingueneau, nunca é o mesmo discurso, pela sua emergência histórica, pelo espaço discursivo, pelas instituições que se desenvolveu.

(...) no espaço enunciativo, o Mesmo se constitui no Outro, o fora investindo o dentro, pelo próprio gesto de expulsá-lo, e porque, através de seu sistema de restrições, o discurso se encontra engajado em uma reversibilidade essencial com grupos, instituições, e igualmente, com outros campos. (Maingueneau, 2008b, p. 178).

Os discursos se entrecruzam em todos os sentidos, multiplicam-se indefinidamente em várias dimensões, cada qual com sua FD (ou melhor, uma interação entre duas FD's), suas regras de formação, etc.

Essas reflexões nos remetem ao nosso *corpus* de análise, em que, foi possível chegar ao interdiscurso de uma FD sob a forma de relações de repetição, refutação, transformação, redefinição, que se estabelecem entre enunciados que relevam FD's distintas, a partir de posições ideológicas dadas. Courtine propõe que “é no interdiscurso de uma FD, como articulação contraditória de FD e formações ideológicas, que se constitui o domínio de saber

próprio a esta FD. A contradição é exclusiva, constitutiva das FD: os objetos, ou elementos do saber aí se formam”. (COURTINE, 2009, p. 99).

Courtine (2009, p. 100) conceberá então, o enunciado “como uma forma ou um esquema geral que governa a repetibilidade no seio de uma *rede de formulações*”. Nesse sentido, uma rede de formulações consiste em um conjunto estratificado ou desnivelado de formulações, que constituem outras tantas reformulações possíveis de enunciados. Isso nos remete à dimensão interdiscursiva de um enunciado como rede de formulações. E, assim, “a partir da reunião de um conjunto de formulações em rede que se poderá tentar levantar os elementos do saber próprio a uma FD”. (Courtine, 2009, p. 101)

3.1.4. Relações interdiscursivas

Pensando nessa interação entre os discursos, que o dizer é fruto das relações com outros discursos, da constitutividade, do entrelaçamento de um discurso em outro, Maingueneau (2008b) faz referência ao primado do interdiscurso sobre o discurso, considerando também aspectos, como a historicidade, por exemplo, é anterior ao discurso, porém reatualizado por ele. Assim, ao tratar as relações interdiscursivas Maingueneau propôs - apesar de que já haviam contornos de teorias sobre a memória e o interdiscurso em Pêcheux, do qual falaremos mais adiante - uma reflexão sobre o “*O primado do Interdiscurso*”, tendo o interdiscurso precedência sobre o discurso. Nessa perspectiva, a unidade de análise não é o discurso, mas o espaço de troca entre vários discursos. O interdiscurso está como um espaço de regularidade pertinente, onde esses outros discursos não se constituem independentemente, mas se formam de maneira regulada no interior do interdiscurso. É na relação interdiscursiva que estruturaria a identidade.

Nos anos 60, a AD visava revelar a identidade de cada FD consigo mesma, graças à construção de núcleos de invariância em torno de alguns pontos privilegiados do discurso. O interdiscurso era um conjunto de relações entre diversos “intradiscursos” compactos. Em 1975, começava-se a olhar a FD não mais como um bloco homogêneo, e sim heterogêneo. Nesse sentido, Maingueneau procura trazer o interdiscurso para dentro da FD, considerando que o Outro é constitutivo de um discurso. Desse modo, objetivando uma melhor precisão na noção de interdiscurso, este teórico substitui o termo pela tríade “*Universo Discursivo*” (conjunto finito de FD’s de todos os tipos que interagem numa conjuntura dada), que se relaciona com os termos “*Espaços discursivos*”, que são subconjuntos de FD’s que o analista

julga relevante para seu propósito colocar em relação, o eu e o outro apresentando oposição ou aliança a partir de um sistema de restrições semânticas estabelecidas, por exemplo, o discurso machista em oposição ao feminista, e o “*Campo discursivo*”, que são domínios susceptíveis de ser estudados, construídos a partir de universo discursivo, ou seja, um conjunto de FD’s que se encontram em concorrência, confronto ou aliança, delimitando-se reciprocamente em uma região determinada do universo discursivo. É no interior de um campo discursivo que se constitui um discurso o que pode deixar-se descrever em termos de operações regulares sobre FD’s já existentes.

No primado do interdiscurso, a definição da rede semântica que circunscreve a especificidade de um discurso coincide com a definição das relações desse discurso com seu Outro, que se encontra na raiz do Mesmo sempre já descentrado em relação a si próprio, caráter dialógico de todo enunciado do discurso. O Outro é aquela parte de sentido que foi necessário o discurso sacrificar para constituir a própria identidade.

Essa imbricação do Outro⁵⁴ no mesmo, retira a coerência semântica das FD’s qualquer caráter de essência, ou seja, não é da essência que a FD retira o princípio de unidade, mas de um conflito regulado. A FD, ao delimitar a zona do dizível legítimo, atribuiria por isso mesmo ao Outro a zona do interdito, do dizível faltoso. Entre o mesmo e o Outro as estruturas semânticas são correspondentes. Mas há um momento em que o sistema que funda a FD se desfaz, desaparecendo qualquer laço com o Outro.

3.1.5. Memória discursiva, interdiscurso, silêncio.

Tomando as relações interdiscursivas discutidas anteriormente, faz-se importante delinear mais pontualmente o conceito de interdiscurso, por ser este produtivo em nossas análises. A noção de interdiscurso é estabelecida por Michel Pêcheux, que a define como a memória discursiva, pressupondo a existência de um já-dito, um já-lá, que sustenta a possibilidade mesma de todo dizer, o que é de suma importância para se compreender o funcionamento do discurso, sua relação com os sujeitos e com a ideologia. Os estudos de Orlandi (1999) retomam esta ideia e deixam nítida a diferença entre a memória individual, empírica, e uma memória discursiva:

⁵⁴ Vale lembrar que estamos considerando aqui o Outro discursivo, ou seja, o outro do espaço discursivo que representa intervenção de um conjunto textual historicamente definível, o qual se encontra no mesmo palco que o discurso.

A memória, por sua vez, tem suas características, quando pensada em relação ao discurso. E, nessa perspectiva, ela é tratada como interdiscurso. Este é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, (...) independentemente. Ou seja, é o que chamamos de memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada. (ORLANDI, 1999, p. 31)

Segundo Orlandi (1999, p. 33),

(...) é o interdiscurso que especifica, como diz M. Pêcheux (1983), as condições nas quais um acontecimento histórico (elemento histórico descontínuo e exterior) é suscetível de vir a inscrever-se na continuidade interna, no espaço potencial de coerência próprio a uma memória.

Nesta perspectiva, consideramos que *memória discursiva* é um dos aspectos mais importantes neste estudo, pois ela é justamente a possibilidade de dizeres que se inscrevem e se atualizam no momento da enunciação, como efeito de um esquecimento correspondente a um processo de deslocamento da memória, como virtualidade de significações. Ela faz parte de um processo histórico resultante de uma disputa de interpretações para os acontecimentos presentes ou já ocorridos.

Achard (2007) sublinha que devemos nos afastar de interpretações psicológicas da memória em termos de “realmente-já-ouvido”, memória “fono-magnética” ou “registro mecânico”. Trabalhando com os implícitos, o autor mostra que, para evitar o psicologismo, é preciso relacioná-lo com a circulação dos discursos, verificar as regularidades enunciativas, mesmo porque não se pode comprová-lo. Neste âmbito, os operadores linguageiros imersos em uma dada situação, que condicionam o exercício de uma regularidade enunciativa, que recairá sobre aquilo que é repetido, possibilitando o estabelecimento de deslocamentos, comparações, o que fornecerá novos contextos, contribuindo para a construção do sentido.

Os enunciados se inserem em uma rede de outros enunciados e relacionam-se com outros anteriores, com retomadas, deslocamentos; e também a enunciados ulteriores, inserindo-se, portanto, em um contexto de atualidade que não deixa de convocar um espaço de memória.

A noção de memória discursiva diz respeito à *existência histórica do enunciado* no interior de práticas discursivas regradas por aparelhos ideológicos; ela visa o que Foucault (1971, p. 24) levanta a propósito dos textos religiosos, jurídicos, literários, científicos, “discursos que originam um certo número de novos atos, de palavras que os retomam, os transformam ou falam deles, enfim, os discursos que indefinidamente, para além de sua formulação, são ditos, permanecem ditos e estão ainda por dizer”. (COURTINE, 2009, p. 105-106)

Este autor, considerando as reflexões acerca da memória, propõe uma organização das sequências discursivas em torno das SDR's (Sequências Discursivas de Referência) em domínios de objetos que ele chama de domínio de memória, domínio de atualidade (que seria o conjunto de sequências discursivas que coexistem com a SDR), e domínio de antecipação (são as sequências discursivas que sucedem à sdr). **O domínio de memória**⁵⁵,

(...) é constituído por um conjunto de sequências discursivas que preexistem à sdr, no sentido de que algumas formulações determináveis na sequencialização intradiscursiva que a sdr realiza (que nomearemos “formulações de referência”) entram com formulações que aparecem nas sequências discursivas do domínio de memória, em redes de formulações a partir das quais serão analisados os efeitos que a enunciação de uma sdr determinada produz no interior de um processo discursivo (efeitos de lembranças, de redefinição, de transformação, mas também efeitos de esquecimento, de ruptura, de denegação, do já dito). (COURTINE, 2009, p.111-112)

É a partir do domínio da memória que se é possível apreender os funcionamentos discursivos de encaixamento do pré-construído e da articulação de enunciados. Nesta perspectiva, no interior do domínio de memória, há a possibilidade de delimitar um *domínio de formulações-origem*, o que não significa atribuir um começo ao processo discursivo, mas estabelecer o lugar onde se pode descobrir a emergência de enunciados que figuram como elementos de saber próprio de uma FD, num processo discursivo.

A partir da articulação do discurso com a língua, Courtine apresenta o conceito de pré-construído, introduzido primeiramente por Paul Henry, como sendo “uma construção anterior, exterior, independente por oposição ao que é construído na enunciação. Ele marca a existência de um descompasso entre o interdiscurso, como lugar de construção do pré-construído, e o intradiscorso, como lugar da enunciação por um sujeito”. (COURTINE, 2009, p. 74). Nesse sentido, este autor prefere situar essa relação como efeito discursivo, onde “um elemento do interdiscurso nominaliza-se e inscreve-se no intradiscorso sob forma de pré-construído, isto é,

⁵⁵ Que dentre os três conceitos supracitados, é o que se enquadra melhor, no tratamento com nosso *corpus* de pesquisa.

como se esse elemento já se encontrasse ali. (...) evidências pelas quais o sujeito se vê atribuir os objetos de seu discurso.” (COURTINE, 2009, p. 74). Quanto ao esquecimento,

As formulações-origem, derivam assim em um trajeto na espessura estratificada dos discursos, trajeto em cujo curso elas se transformam, (...) truncam-se, escondem-se para reaparecer mais a frente, atenuam-se ou desaparecem, misturando inextricavelmente memória e esquecimento. (COURTINE, 1999, p. 19)

Outro aspecto importante nessa reflexão sobre a noção de memória é evidenciado por Courtine (2008), que traz à tona discussões sobre o fato de considerarmos o funcionamento das imagens e a sua relação com o discurso, não limitando-nos somente aos enunciados verbais. Desta forma, este autor trabalha com a noção de “Intericonicidade”, que seria uma espécie de memória das imagens, tão importante quanto às noções de memória desenvolvidas anteriormente.

A noção de memória foi e permanece ainda aqui um investimento interpretativo de grande alcance, tanto no que concerne às palavras quanto às imagens: seu funcionamento no estado líquido se fundamenta na volatilidade, na efemeridade, na descontinuidade e no esquecimento. (Courtine, 2008, p. 17)

NAVARRO (2003, p. 118), ao dissertar sobre a relação entre imagem e história, pontua que “o funcionamento da eficácia simbólica e semântica da imagem faz com que ela funcione como um operador da memória social, o que lhe possibilita, de uma certa maneira, agregar uma comunidade de olhares.”. Isso implica em dizer que as imagens disponibilizadas em um site jornalístico, ou em uma charge eletrônica, por exemplo, possibilitam gestos de leituras, vinculadas à história, evocando assim, a memória.

Considerar o aspecto imagético fez-se muito importante para nós, pelo fato de que analisamos, neste trabalho, discursos veiculados na internet, que tem em si características muito próprias, dentre elas uma imensidão de imagens, fixas ou em movimento, sob a forma de textos, vídeos, propagandas, charges, etc.

Ao refletirmos sobre a memória discursiva e o interdiscurso, percebemos que essa noção é riquíssima para as nossas investigações, se tomarmos os discursos que já foram produzidos e os que são produzidos sobre a mulher, em especial a mulher política. Mas, essa questão coloca uma problemática que nos leva a outro conceito, o do silenciamento, pois da

mesma forma que visualizamos certas ‘memórias’ sobre a mulher, sentimos que há também o silenciamento.

Segundo Pêcheux (2007), há uma certa fragilidade, uma relação contraditória no processo de inscrição do acontecimento no espaço da memória, pelo fato de que ele pode nem chegar a se inscrever, pode escapar à inscrição, como se não tivesse acontecido. Seguindo esta perspectiva, ao dissertar sobre memória, Orlandi a entrelaça à noção de silenciamento. Segundo a autora, “Falando de história e de política, não há como não considerar o fato de que a memória é feita de esquecimentos, de silêncios. De sentidos não ditos, de sentidos a não dizer, de silêncios e de silenciamentos.” (Orlandi, 2007, p. 59). Orlandi retoma Pêcheux, para mostrar que ele

(...) procura compreender, junto a lingüistas, semioticistas e historiadores, a fragilidade no processo de inscrição do acontecimento no espaço da memória que, segundo ele, joga em uma dupla forma: a. o acontecimento que escapa à inscrição, que não chega a inscrever-se, e b. o acontecimento que é absorvido na memória como se não tivesse ocorrido. (ORLANDI, 2007, p. 60)

Em outra ocasião, Orlandi (1995, p. 44) afirma que “o silêncio não fala, ele significa”. E, assim, “como o sentido é produzido sempre em algum lugar, a partir de uma posição do sujeito – ao dizer, ele estará necessariamente, não dizendo ‘outros’ sentidos. Isto produz um recorte necessário no sentido. Dizer e silenciar andam juntos.” (Orlandi, 1995, p. 55). A política do silêncio é definida então pelo fato de que quando se diz algo, necessariamente são apagados ou silenciados outros sentidos possíveis.

Orlandi (1995, p. 12) ressalta também que “há uma dimensão do silêncio que remete ao caráter de incompletude da linguagem: todo dizer é uma relação fundamental com o não-dizer”. E, assim, todo dito tem uma relação com o não-dito. Nesta perspectiva, a política do silêncio, isto é, o silenciamento, é delimitado por Orlandi (1995, p. 31) nos seguintes termos “Aí entra toda a questão do ‘tomar’ a palavra, obrigar a dizer, fazer calar, silenciar, etc.”. Esta autora salienta que “falar é esquecer. Esquecer para que surjam novos sentidos, mas também esquecer apagando os novos sentidos que já foram possíveis mas foram estancados em um processo histórico-político silenciador. São sentidos que são evitados, de-significados” (Orlandi, 2007, p. 62), ou seja, deixam de existir na memória, de possuir significado. Quanto à falta, ela “impede que certos sentidos hoje possam fazer (outros) sentidos. Como a memória é, ela mesma, condição do dizível, esses sentidos não podem ser lidos.” (Orlandi, 2007, p. 66). Essas faltas seriam os lugares em que os sentidos faltam por interdição.

Faz-se importante pensar as noções de interdiscurso, memória discursiva e silêncio, considerando também os processos de constituição, formulação e circulação dos sentidos⁵⁶, uma vez que estes se situam na relação entre o já-dito e o que se está dizendo, entre o interdiscurso e o intradiscurso. Orlandi (1999) pontua três momentos inerentes à produção de sentidos, a tricotomia: constituição, formulação e circulação dos sentidos.

(...) há uma relação entre o já-dito e o que se está dizendo que é a que existe entre o interdiscurso e o intradiscurso ou, em outras palavras, entre a constituição do sentido e sua formulação. Courtine (1984) explicita essa diferença considerando a constituição – o que estamos chamando de interdiscurso – representada como um eixo vertical onde teríamos todos os dizeres já ditos – e esquecidos – em uma estratificação de enunciados que, em seu conjunto, representa o dizível. E teríamos o eixo horizontal – o intradiscurso – que seria o eixo da formulação, isto é, aquilo que estamos dizendo naquele momento dado, em condições dadas. (ORLANDI, 1999, p. 32-33)

Segundo Orlandi, um enunciado é composto por sua formulação e também “pela sua historicidade, o saber discursivo que foi se constituindo ao longo da história e foi produzindo dizeres; a memória que tornou possível esse dizer para esses sujeitos num determinado momento e que representa o eixo de sua constituição (interdiscurso).” (Orlandi, 1999, p. 33)

Nessa perspectiva, percebe-se que os três elementos, constituição, formulação e circulação são inseparáveis. A formulação está determinada pela relação estabelecida com o interdiscurso, com o já-dito, com a constituição, ou seja, só podemos dizer se nos colocamos na perspectiva do dizível, do interdiscurso. Orlandi (1999, p. 33) salienta ainda que “todo dizer, na realidade, se encontra na confluência de dois eixos: o da memória (constituição) e o da atualidade (formulação). E é desse jogo que tiram seus sentidos.” Dessa forma, tomando os processos de formulação, que se relaciona com a constituição, com o interdiscurso, consideramos produtivo mobilizar o conceito de designação, desenvolvido por Guimarães, para o qual

As designações têm, em geral, um papel muito importante que não se reduz ao papel de indicar a existência de algo em algum lugar, nem mesmo ao de servir de rótulo para alguma coisa. Um nome, ao designar, funciona como elemento das relações sociais que ajuda a construir e das quais passa a fazer parte. (GUIMARAES, 2003, p. 54)

⁵⁶ Noções que foram muito produtivas no desenvolvimento de nossa pesquisa.

Esta noção se faz importante, na medida em que os processos de designação estão ligados aos modos como os sentidos se constituem. Guimarães considera a designação como sendo a

(...) a significação de um nome enquanto sua relação com outros nomes e com o mundo recortado historicamente pelo nome. A designação não é algo abstrato, mas lingüístico e histórico. Ou seja, é uma relação lingüística (simbólica) remetida ao real, exposta ao real. (GUIMARÃES, 2003, p. 54)

Trata-se, portanto, de uma relação com a exterioridade produzida pela linguagem, “mas não se reduz ao que se fala, pois é objetivada pelo confronto de discursos”. (Guimarães, 1995, 74). Neste âmbito, Guimarães (2002) pontua também que a designação é “relação entre enunciações, entre acontecimentos de linguagem. Num acontecimento em que um certo nome funciona, a nomeação é recortada como memorável por temporalidades específicas” (Guimarães, 2002, p. 27). Diríamos que quando a designação é mobilizada, possibilita sentidos, a partir da relação com outros discursos e do acionamento da memória discursiva.

Salientamos, ainda, quanto à tricotomia constituição/formulação/circulação, que trabalhando nessa perspectiva discursiva em nosso arquivo, fez-se importante considerar esses processos, sobretudo a *circulação* dos discursos sobre a mulher política candidata, na mídia *on-line*, o que nos levou a refletir sobre outros conceitos como, por exemplo, o boato, que está basicamente entre o que se diz e o que não se diz e, a partir disso, um boato pode transformar-se em notícia, tendo a possibilidade de tornar-se um acontecimento discursivo. Orlandi, em seus estudos sobre o boato, relaciona-o à dimensão da ausência, conceito desenvolvido quando refletimos anteriormente nas discussões sobre o silêncio. “O boato é um fato relevante para se observar essa faixa do dizer que está entre o atestado e o possível. Margem opaca onde o dizer não está estabelecido em sua positividade e nem por isso deixa de existir, de fazer sentir seus efeitos. Sob sutis modos de ausência.” (Orlandi, 2001, p. 131)

Esta autora apresenta uma definição discursiva de boato, que além da ideia geral de burburinho, de excitação geral da palavra, ela o caracteriza também como sendo “notícias que se expandem, se alastram.” (...) “O boato é um modo de dizer em que há sempre uma diferença à significar, um ruído (protesto ou falta de verdade).” (Orlandi, 2001, p. 134)

Segundo a autora, os boatos são feitos de silêncios, de não-ditos, que são colocados no percurso ou na circulação da palavra para fixar um entre outros sentidos possíveis. Orlandi ressalta também que “o boato produz um efeito de verdade a partir de palavras não-asseveradas.” (Orlandi, 2001, p. 136), como, por exemplo, o burburinho.

No caso do boato, há texto, mas a função autor permanece no anonimato. Não há pois um responsável do dizer, mas uma figura fantasmática que toma o lugar de sua responsabilidade. Desde que se manifesta um autor socialmente visível, o boato não é mais boato, e o comentário se torna palavra autor-izada. Por esse mecanismo o boato evita o confronto direto. Chegamos aí a um outro modo de presença do silêncio: o do autor que permanece no anonimato (Op. cit. p. 137)

Nessa perspectiva, segundo Orlandi (2001), controlar a formulação e a circulação de boatos é, de certa forma, um meio de estabelecer uma forma de poder e nesse âmbito podemos incluir também o processo de constituição, pelo acionamento do interdiscurso, de certas memórias em detrimento de outras.

Outro conceito também envolvido na *circulação* dos discursos é o processo de *sobreasseveração* conforme definida por Maingueneau (2008a), que a concebe como o trabalho de um enunciador que condensa uma mensagem forte, induzindo uma tomada de posição. Trata-se de um procedimento que evidencia um enunciado que foi dito por um outro enunciador, caracterizando, de certa forma, uma tomada de posição no interior de um conflito de interpretações.

Segundo Maingueneau (2008a, p. 82), a *sobreasseveração* caracteriza um enunciado

- relativamente breve, de estrutura pregnante no plano do significado e/ou do significante;
- em posição relevante no texto ou em uma passagem do texto, de modo a lhe atribuir o estatuto de um condensado semântico, o produto de uma espécie de sedimentação da realização do discurso;
- tal que sua temática deve estar em relação com o intuito do gênero de discurso, do texto em questão: trata-se de uma tomada de posição no interior de um conflito de valores;

Essa noção de sobreasseveração foi utilizada em nossas investigações, pois, em nosso *corpus* de análise, na circulação dos discursos sobre as candidatas, houve a ocorrência deste fenômeno, como é o caso de Marta Suplicy, por exemplo. Em torno dos discursos sobre uma peça publicitária divulgada pela equipe da mesma, foi destacado uma parte do texto da propaganda – a mais polêmica – conforme apontada na página 135, do capítulo analítico, reafirmando os sentidos, sobreasseverando.

Salientamos também aqui a questão do papel da mídia, que seria a instância material de transmissão dos discursos e que, como dissemos no capítulo anterior, se julga imparcial, no

entanto, na utilização de mecanismos como sobreasseveração ou mesmo o boato, de certa forma, tem o poder de direcionar os sentidos.

Almejando compreender a forma como ocorreram os deslocamentos nas redes de memória, o acionamento do interdiscurso produzindo efeitos de sentidos nos enunciados que compõem nosso *corpus* de análise, consideramos importante a ocorrência de acontecimentos discursivos, noção esta que pontuaremos melhor a seguir, que de certa forma estiveram relacionados aos já-ditos, que deram suporte a esses acontecimentos discursivos.

3.1.6. Acontecimento discursivo

Eis outro conceito que consideramos de suma importância para a Análise do Discurso: a noção de acontecimento discursivo, que, por sua vez, relaciona-se com outros dois termos: história e memória, considerando-o “no ponto de encontro de uma atualidade e uma memória”, ou seja, um acontecimento sempre remete ao que se está acontecendo (um fato importante, um evento, etc) e ao mesmo tempo a algo que já aconteceu, resgatando assim a história, a memória. (PÊCHEUX, 2008, p. 17)

Segundo Guilhaumou e Maldidier (1997), faz-se importante diferenciarmos acontecimento discursivo da notícia propriamente dita:

O acontecimento discursivo não se confunde nem com a notícia, nem com o fato designado pelo poder, nem mesmo com o acontecimento construído pelo historiador. Ele é apreendido na consciência de enunciados que se entrecruzam em um momento dado. (GUILHAUMOU; MALDIDIER, p. 166)

Ainda sobre acontecimento discursivo, Possenti sublinha que:

Pode-se caracterizar o acontecimento como o que foge à estrutura, ou a uma rede causal. Em um sentido, ele é único (talvez inesperado, embora se explique até facilmente *a posteriori*). (POSSENTI, 2004, p. 378)

A história da AD é marcada pela construção e reconstrução, revisões, releituras em torno de sua teoria. Um exemplo desse fenômeno pode ser observado na obra “O Discurso: Estrutura e Acontecimento” quando Pêcheux propõe uma perspectiva que coloca o discurso como sendo da ordem da estrutura e do acontecimento. A proposta é não fazer distinção ou separação estrita entre estrutura e acontecimento, relacionando a linguagem e sua

exterioridade e, assim, fazer intervir a noção de acontecimento junto à estrutura. Ao analisar o enunciado “*On a gagné*” (ganhamos) que ‘pegou’ e permeou a França na eleição do presidente François Mitterrand, em 10 de maio de 1968, o autor se coloca em uma postura de descrever e interpretar a estrutura e o acontecimento, mostrando que o enunciado foi falado, comentado, discutido, além do fato de ter acionado memórias de outro campo que não o político. Nesse ponto, Pêcheux chama a atenção também para a materialidade discursiva, pois o ritmo, a melodia constitui uma retomada, no espaço do acontecimento político, “do grito coletivo dos torcedores de uma partida esportiva cuja equipe acabava de ganhar”, (Pêcheux, 2008, p. 21). Houve, assim, um deslizamento de sentidos do esportivo, para o político. O autor nos mostra que o enunciado “ganhamos”, em sua estrutura, deixa lacunas, espaços vazios quando se questiona: quem de fato ganhou? Ganhou o quê? Isso nos aponta para o acontecimento atualizado, não repetível, e que os efeitos de sentidos se dão na consideração do conjunto: estrutura e acontecimento. As lacunas na estrutura fizeram emergir uma rede de associações implícitas, reclamando a consideração do acontecimento, das condições de produção, do processo sócio-histórico do acontecimento. Como afirma Pêcheux:

Não se trata de pretender aqui que todo discurso seria como um aerólito miraculoso, independente das redes de memória e dos trajetos sociais nos quais ele irrompe, mas de sublinhar que, só por sua existência, todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetos: todo discurso é um índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação (...) (PÊCHEUX, 1990a, p. 56).

Nessa perspectiva, ao considerar na noção de discurso, a estrutura e o acontecimento, o discurso como instância histórico e social, ele não só rompe com o “narcisismo da estrutura” como inscreve aí a relação com a memória e a história, reconhece assim o discurso como uma série de acontecimentos. Nesse sentido, o conceito de acontecimento discursivo se faz importante por reunir ou conter em si o caráter histórico de um evento que não se repete, que marca uma ruptura, sai do nível da “normalidade”. Além do fato de que, a partir dele, surgem outros discursos, para reafirmar, refutar, deslocar os sentidos. Para nós, esta noção é muito pertinente, primeiro porque há em nosso *corpus* enunciados que fogem à “normalidade”, à estrutura. Em segundo lugar, porque em alguns casos se trata de enunciados que só foram possíveis em decorrência de outro “acontecimento”, ou seja, consequência de outro acontecimento discursivo, porém com um funcionamento discursivo diferente, produzindo outros efeitos de sentido, os quais, detalharemos melhor no capítulo analítico.

Há que se considerar também que a noção de acontecimento discursivo é importante na medida em que nos permitiu, para além das estruturas, compreender os discursos sobre as candidatas femininas analisadas em nosso trabalho. Permitiu-nos também vislumbrar nesse âmbito, o funcionamento desses discursos, as memórias acionadas e também a forma em que se deu sua circulação e os efeitos de sentidos produzidos.

3.1.7. O *corpus*

Todas essas reflexões relacionam-se, de certa forma, com a questão da constituição do *corpus*⁵⁷ que, segundo Courtine (2009), deve ser estruturado segundo a hipótese e os objetivos da pesquisa. Este teórico reflete sobre o trabalho do analista, desde o momento da coleta de materiais discursivos, que serão em seguida organizados em vista de um tratamento de AD. É por extração, fora do “*universal do discurso*” (entendendo por este termo o conjunto potencial dos discursos que poderiam ser objeto de um tratamento), de sequências discursivas com certa forma que começa essa operação. Partindo desse princípio, é preciso delimitar, dentro do *universal discursivo*, um *campo discursivo* de referência (um discurso que revela de uma fonte particular no interior do campo do discurso), que impõe aos materiais uma série sucessiva de restrições que os homogeneízam. “A definição das CP do discurso garante a legitimidade dessas homogeneizações sucessivas que conduzem a uma restrição do campo discursivo de referência” (Courtine, 2009, p. 54), pois essa definição vai agir em relação às Sequências Discursivas que comporão o *corpus*. Assim, a CP filtrará os Enunciados do *corpus*, extrairá dele um universal discursivo, um campo discursivo de referência, para em seguida chegar-se ao isolamento de sequências discursivas que serão objeto de análise.

Ao falar sobre as contradições, o autor observa que qualquer conjunto de discursos deve ser pensado como uma *unidade dividida*, numa heterogeneidade em relação a ela mesma, cujo traço cabe a AD observar.

Por conta de alguns problemas teóricos, Courtine aponta uma insuficiência da noção de CP, o que reclama uma redefinição. Por isso o autor tenta fazê-lo através do conceito de formação discursiva,

⁵⁷ Em nosso trabalho, estamos operando com o conceito de *corpus* sublinhado por Courtine (2009), “Definiremos um *corpus discursivo* como um conjunto de sequências discursivas, estruturado segundo um plano definido em relação a um certo estado das CP do discurso.” (Courtine, 2009, p.54)

(...) a fim de delimitar uma forma de *corpus* que preserve, em AD político, a possibilidade de identificar, através das produções e das mudanças discursivas, o efeito inscrito das contradições ideológicas de classe na materialidade dos discursos. (COURTINE, 2009, p. 68)

Diante do acima exposto, pensamos que as teorias refletidas nesse trabalho nos ajudaram a compreender os discursos, os saberes, as memórias que permearam a mídia sobre a mulher política, respondendo às nossas primeiras inquietações.

Finalizamos este capítulo cientes de que este trabalho não esgota todas as possibilidades. Acreditamos que alguns conceitos, como o discurso e sujeito, além de variar, em função de suas filiações teóricas, também varia devido às suas propostas e às problemáticas em que se inserem. Pensamos, assim, que uma teoria não é melhor ou se sobrepõe à outra, mas uma serve de base ou de norte para a outra, para aprimorar ou mesmo refutar, e assim evoluir, surgindo novas teorias.

4. ANÁLISE DA DISCURSIVIZAÇÃO DAS CANDIDATAS

4.1 Considerações metodológicas

Antes de partirmos para a análise propriamente dita, é importante explicitar o percurso metodológico trilhado, para melhor compreensão da dimensão e das dificuldades que encontramos, haja vista trata-se de um arquivo extenso e complexo. Esclarecemos aqui que estamos tomando o termo arquivo à maneira de Pêcheux (1997) “entendido no sentido amplo de ‘campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão’” (p.57). Assim, em nosso trabalho, o arquivo se caracterizou como o conjunto de enunciados, que agrupamos em um primeiro momento a partir de nossas primeiras inquietações, sobre a mulher na política. A partir desses enunciados, selecionamos o *corpus*, para assim chegarmos às Sequências Discursivas de Referência (SDR’s), que analisaremos mais adiante.

Considerando nosso objetivo geral, que é investigar como a mulher política é discursivizada pela mídia *on-line*, e como se configura essa relação gênero e política nos discursos sobre as candidatas, deparamo-nos com nossa primeira atividade com relação à pesquisa, pois, para responder ao questionamento inicial, pensamos em como reunir, organizar e elaborar critérios para respondê-la. Como pontua Orlandi (1999, p. 63), “A dificuldade está em que não há um contato inaugural com o discurso (ou discursos), com o material que é nosso objeto de análise. Isto porque ele não se dá como algo já discernido e posto. Em grande medida o *corpus* resulta de uma construção do próprio analista.”

Nessa perspectiva, tomaremos a noção de *Corpus* discursivo à maneira de Courtine que o define como sendo “um conjunto de sequências discursivas, estruturado segundo um plano definido em relação a um certo estado das CP do discurso.” (Courtine, 2009, p. 54). Assim, ele é composto por sequências discursivas, estruturadas conforme os objetivos da pesquisa, organizado conforme as “hipóteses emitidas na definição dos objetivos de uma pesquisa”. Seguindo a linha de Courtine, “a definição das CP do discurso age, portanto, no que se refere às sequências discursivas que compõem o *corpus* discursivo à maneira de um funil, ou melhor, de um *filtro* que opera por extrações sucessivas: extração de um campo discursivo de referência” (Op. cit. p. 54-55). Nesse sentido, foi preciso delimitar, dentro do *universal discursivo*, um *campo discursivo* de referência, definir as CP do discurso para garantir assim a legitimidade dos recortes feitos no *corpus*, na escolha e no isolamento das Sequências Discursivas que serão objeto de análise.

Assim, tomamos como ponto de partida para a construção do arquivo, o objetivo geral de nossa pesquisa, de investigar como a mulher política é discursivizada pela mídia *on-line*. Delimitamos a mídia *on-line*, para ser analisada, por ser este um espaço que abrange novas formas de circulação dos discursos, sendo uma nova materialidade na qual o campo político contemporâneo também está inserido. Foi necessário também delimitar um período específico para a coleta de dados. A escolha do período eleitoral⁵⁸ se deu em primeiro lugar pelo fato de que uma de nossas inquietações era investigar justamente a mulher política “candidata”, inserida no período eleitoral, período assinalado por Rubim (2000, p. 22) como sendo um ritual característico da política moderna e “caracteriza-se por ser um grande fórum público de disputa de poder”, e é nessa disputa que muitas vezes afloram-se os mais diversos discursos, ideologias, etc. Outro motivo por analisar as mulheres políticas em período eleitoral reside no fato de ser sabido que as questões de gênero permeiam o campo político ainda em nossos dias, mas nosso intuito era justamente saber se esse fator ocorre no período eleitoral, época em que o âmbito político dos candidatos poderiam ser explorados.

Segundo dados do TSE, de um total de 15.488 candidatos registrados em todo Brasil, o número de candidatas femininas concorrendo ao cargo de prefeita foi de 1720 mulheres⁵⁹. Assim, foi necessário selecionar algumas dessas candidatas para nossa investigação, optamos por aquelas que já tinham uma certa trajetória política, com visibilidade nas capitais brasileiras, que apresentam maior densidade eleitoral e, assim, chegamos aos sujeitos políticos femininos: Luizianne Lins (PT-Fortaleza), Marta Suplicy (PT- São Paulo) e Gleisi Hoffmann (PT-Curitiba), as quais concorreram ao cargo de prefeita nas eleições de 2008, em suas respectivas cidades. Concentramos, na sequência, nosso trabalho em resgatar o que foi produzido pela mídia *on-line*, a respeito do gênero feminino na política (representadas nessas três candidatas) para posterior investigação dos seguintes questionamentos: Qual temática prevaleceria no agendamento midiático dessas candidatas, a política ou a de caráter genérico ou pessoal? E ainda, que recursos linguísticos discursivos a mídia *on-line* poderia utilizar-se para produção de efeitos de sentidos na representação dessas mulheres políticas?

A coleta

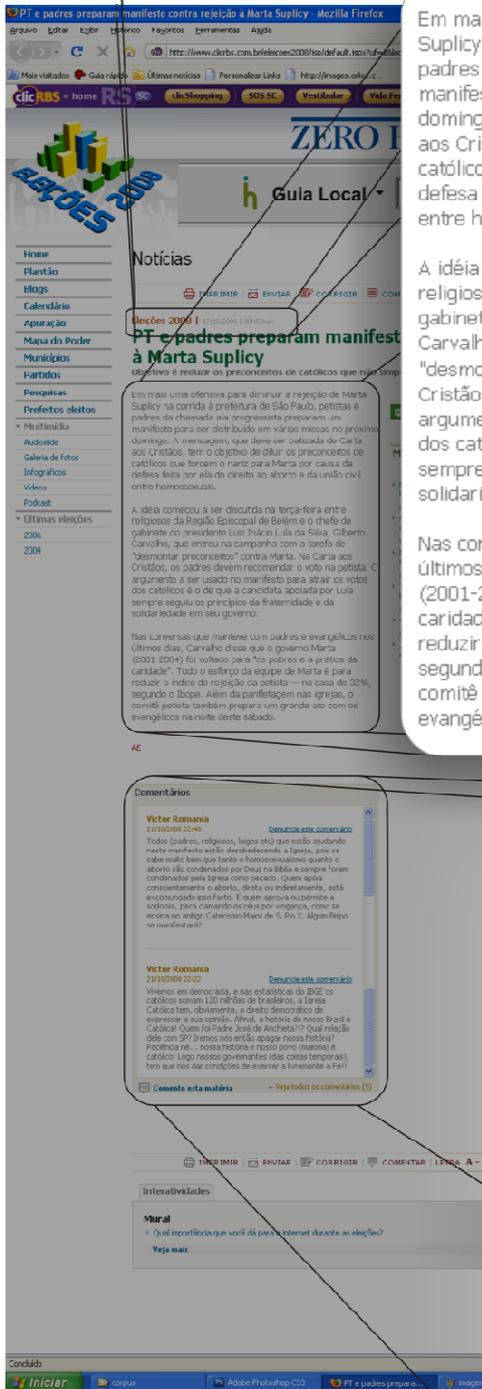
⁵⁸ Compreendendo assim o intervalo de julho a dezembro de 2008

⁵⁹ Este é um dado que justifica a importância de se estudar a participação da mulher na política e como a mídia discursiviza essas mulheres que “ousam” entrar na disputa por um cargo eletivo.

Delimitados os objetivos da pesquisa, passamos para a fase de construção do arquivo. Fizemos primeiramente um levantamento de enunciados veiculados na mídia *on-line*⁶⁰ que diziam respeito às três candidatas. Em princípio, utilizamos como recurso inicial e mestre o *web-site* de buscas Google, conduzindo a busca sob as palavras-chave: mulher + política, mulher + política + mídia, mulher + mídia, candidatas + prefeitura, eleições 2008, Gleisi Hoffmann, Luisianne Lins, e Marta Suplicy. Essas palavras-chave nortearam a pesquisa e nos levaram a outros *web-sites* como: O site oficial das candidatas, site de notícias, como Folha-UOL, Yahoo, Site de relacionamentos, como Orkut, entre outros. Privilegiamos os dez primeiros sites que apareceram (a cada nova busca) e, assim, repetimos com as outras palavras-chave, todos os dias. É importante ressaltar que houve dias em que só apareceram sites repetidos, ou seja, que já havíamos coletado em dias anteriores, sendo desnecessária uma nova coleta. Os sites foram armazenados em formato de imagens, e organizados por sujeito, em ordem cronológica. Finalizamos o trabalho da coleta em dezembro de 2008, totalizando 317 imagens, que doravante chamaremos de páginas por se tratar de imagens de páginas da internet, como mostra a figura a seguir. Trata-se do *website* www.clibcrbs.com.br, que pertence ao Jornal Zero Hora, e que, em 17/10/2008, postou um texto referindo-se à uma carta preparada por padres da ala progressista para ser entregue em várias missas a fim de diminuir o preconceito contra Marta Suplicy, por ela apoiar a legalização do aborto e a união homossexual no Brasil. Quanto à estrutura da página, apresenta, na parte superior, a data e a hora da postagem do texto em questão. Geralmente, quando se tem um texto retirado de outro *website* ou outro veículo de comunicação, a origem é evidenciada próximo à data de postagem. Além do texto publicado pelo enunciador proprietário do site ou autorizado por ele, em alguns sites como este, há um espaço específico de interação com os internautas, que se manifestam por meio de comentários sobre a notícia ou texto publicado na página, ou seja, há abertura a outra instância comunicativa, a recepção, como podemos visualizar na imagem que segue.

⁶⁰ Esse levantamento de enunciados é já um recorte dos discursos veiculados na mídia *on-line* sobre essas candidatas, pois reconhecemos a impossibilidade de se coletar “tudo” o que se publicou na internet sobre as mesmas.

Eleições 2008 | 17/10/2008 | 08h53min
DT e padres nreana



Em mais uma ofensiva para diminuir a rejeição de Marta Suplicy na corrida à prefeitura de São Paulo, petistas e padres da chamada ala progressista preparam um manifesto para ser distribuído em várias missas no próximo domingo. A mensagem, que deve ser batizada de Carta aos Cristãos, tem o objetivo de diluir os preconceitos de católicos que torcem o nariz para Marta por causa da defesa feita por ela do direito ao aborto e da união civil entre homossexuais.

A idéia começou a ser discutida na terça-feira entre religiosos da Região Episcopal de Belém e o chefe de gabinete do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Gilberto Carvalho, que entrou na campanha com a tarefa de "desmontar preconceitos" contra Marta. Na Carta aos Cristãos, os padres devem recomendar o voto na petista. O argumento a ser usado no manifesto para atrair os votos dos católicos é o de que a candidata apoiada por Lula sempre seguiu os princípios da fraternidade e da solidariedade em seu governo.

Nas conversas que manteve com padres e evangélicos nos últimos dias, Carvalho disse que o governo Marta (2001-2004) foi voltado para "os pobres e a prática da caridade". Todo o esforço da equipe de Marta é para reduzir o índice de rejeição da petista — na casa de 32%, segundo o Ibope. Além da panfletagem nas igrejas, o comitê petista também prepara um grande ato com os evangélicos na noite deste sábado.

PT e padres preparam manifesto à Marta Suplicy

O objetivo é reduzir os preconceitos de católicos que não sempre...

A idéia começou a ser discutida na terça-feira entre religiosos da Região Episcopal de Belém e o chefe de gabinete do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Gilberto Carvalho, que entrou na campanha com a tarefa de "desmontar preconceitos" contra Marta. Na Carta aos Cristãos, os padres devem recomendar o voto na petista. O argumento a ser usado no manifesto para atrair os votos dos católicos é o de que a candidata apoiada por Lula sempre seguiu os princípios da fraternidade e da solidariedade em seu governo.

Nas conversas que manteve com padres e evangélicos nos últimos dias, Carvalho disse que o governo Marta (2001-2004) foi voltado para "os pobres e a prática da caridade". Todo o esforço da equipe de Marta é para reduzir o índice de rejeição da petista — na casa de 32%, segundo o Ibope. Além da panfletagem nas igrejas, o comitê petista também prepara um grande ato com os evangélicos na noite deste sábado.

Comentários

- Victor Romania** 21/10/2008 22:49 [Denuncie este comentário](#)
 Todos (padres, religiosos, leigos etc) que estão ajudando nesta campanha estão desobedecendo a Igreja, pois se sabe muito bem que tanto o homossexualismo quanto o aborto são condenados por Deus na Bíblia e sempre foram condenados pela Igreja como pecado. Quem apoia conscientemente o aborto, direta ou indiretamente, está excomungado ipso facto. E quem aprova ou permite a sodomia, peccá clamando os céus por vingança, como se ensina no antigo Catecismo Maior de S. Pio X. Algum Bispo se manifestará?
- Victor Romania** 21/10/2008 22:22 [Denuncie este comentário](#)
 Vivemos em democracia, e nas estatísticas do IBGE os católicos somam 120 milhões de brasileiros, a Igreja Católica tem, obviamente, o direito democrático de expressar a sua opinião. Afinal, a história de nosso Brasil é Católica! Quem foi Padre José de Anchieta?! Qual relação dele com SP? Temos nós então apagar nossa história? Paciência né... nossa história e nosso povo (maioria) é católico! Logo nossos governantes (das coisas temporais), tem que nos dar condições de exercer a liberdade a Fé!!

Comentários

Victor Romania 21/10/2008 22:49 [Denuncie este comentário](#)
 Todos (padres, religiosos, leigos etc) que estão ajudando neste manifesto estão desobedecendo a Igreja, pois se sabe muito bem que tanto o homossexualismo quanto o aborto são condenados por Deus na Bíblia e sempre foram condenados pela Igreja como pecado. Quem apoia conscientemente o aborto, direta ou indiretamente, está excomungado ipso facto. E quem aprova ou permite a sodomia, peccá clamando os céus por vingança, como se ensina no antigo Catecismo Maior de S. Pio X. Algum Bispo se manifestará?

Victor Romania 21/10/2008 22:22 [Denuncie este comentário](#)
 Vivemos em democracia, e nas estatísticas do IBGE os católicos somam 120 milhões de brasileiros, a Igreja Católica tem, obviamente, o direito democrático de expressar a sua opinião. Afinal, a história de nosso Brasil é Católica! Quem foi Padre José de Anchieta?! Qual relação dele com SP? Temos nós então apagar nossa história? Paciência né... nossa história e nosso povo (maioria) é católico! Logo nossos governantes (das coisas temporais), tem que nos dar condições de exercer a liberdade a Fé!!

Imagem 3 – PT e Padres preparam manifesto contra rejeição de Marta Suplicy

Trabalho com o arquivo

Nossas investigações desenvolveram-se em dois distintos e importantes momentos. O primeiro deles foi a fase de sistematização do arquivo, em que procedemos primeiramente uma leitura geral desse material. Em seguida passamos para a sistematização, isto é, a análise quantitativa das variáveis que propusemo-nos a trabalhar, quais sejam: a temática, os sujeitos políticos/adversários, posicionamento, gênero discursivo e acontecimento discursivo.

Como dissemos anteriormente, o arquivo compõe-se de 317 enunciados que versam de forma direta ou indireta sobre a mulher política. Desse total, 66 versavam sobre Luisianne Lins, 47 sobre Gleisi Hoffmann, 138 enunciados sobre a candidata Marta Suplicy e ainda 66 páginas se referiam à mulher, suas lutas e conquistas, incluindo no campo político e que não diziam respeito às três candidatas. Assim, sobre as candidatas efetivamente eram 251 páginas.

A delimitação do *corpus* discursivo

Voltemos aos nossos objetivos de pesquisa, ou à pergunta inicial: Como a mulher candidata é discursivizada pela mídia *on-line*?

Em uma primeira leitura do arquivo, observamos alguns dados relevantes. O primeiro deles diz respeito a uma regularidade, uma recorrência significativa no tocante à questão de gênero. Grande parte dos textos com relação à temática, de uma forma ou de outra, desembocava em questões pessoais e de gênero.

Esse fator nos reportou a ideia de que ainda hoje há indícios de que a mulher no cenário político não é vista somente no âmbito político, como sujeito político feminino, em vez disso, ela seria inserida em outros campos, outras esferas, como a familiar, a doméstica, etc. Mas pensamos que a mídia poderia agendar a mulher política, ao menos no período eleitoral, privilegiando seus aspectos positivos ou negativos, mas no âmbito político. Tomando como uma regularidade significativa essa questão de gênero, utilizamos este fator como critério de delimitação do *corpus* de análise e, assim, de 251 enunciados que versavam sobre as candidatas, chegamos a um recorte de 122 enunciados⁶¹. Desses 122 páginas, somente 22% remeteram somente à questões políticas e 78% remeteram ao âmbito pessoal e à questões de gênero, o que significa que em média, mais da metade dos enunciados que constituem nosso arquivo ainda vincularia a mulher política a questões pessoais e de gênero.

⁶¹ Destes 122 enunciados, 36 versavam sobre Luizianne Lins, 15 de Gleisi Hoffmann, e 71 de Marta Suplicy.

Quanto aos enunciados que foram “descartados” na delimitação do *corpus*, reiteramos que isso não significa que não fossem interessantes. No entanto, do ponto de vista da temática, referiam-se somente ao âmbito político, ao passo que os enunciados que recortamos para o *corpus* tratavam especificamente de questões que permeavam a esfera pessoal e de gênero.

Delimitado o *corpus*, partimos para uma leitura mais apurada deste, aprofundando-nos na quantificação e interpretação dos dados, tarefa pouco fácil, visto tratar-se de um *corpus* extenso e complexo, abrangendo ainda as instâncias comunicativas da produção e da recepção, além do fato dessas páginas terem uma natureza heterogênea, com diferentes materialidades discursivas, como textos verbais, imagens, vídeos. Assim, para compreender o funcionamento desses enunciados e os efeitos de sentido possíveis em torno das três candidatas, optamos por trabalhar com algumas variáveis, como posicionamento; gêneros textuais; sujeitos políticos/adversários políticos; temática e acontecimento discursivo.

Para explorarmos o posicionamento da mídia, emprestamos a noção de valência, utilizada pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), que seria a proporção de matérias positivas, negativas ou “neutras”, na cobertura da mídia aos candidatos. A classificação dessas valências é realizada de acordo com o efeito potencial para a candidatura em questão, se ela beneficia ou prejudica o candidato. Quanto ao posicionamento *positivo* ou a *favor*, seriam as páginas que contém matéria sobre o candidato reproduzindo programa de governo; propostas; declarações do candidato ou de terceiros (pessoas ou entidades) favoráveis (contendo avaliação de ordem moral, política ou pessoal) ao candidato; reprodução de ataques do candidato a concorrentes, resultados de pesquisas ou comentários favoráveis. Em contrapartida, o posicionamento *negativo* ou *contra* são matérias reproduzindo ressalvas, críticas ou ataques (contendo avaliação de ordem moral, política ou pessoal) do autor da matéria, de candidatos concorrentes ou de terceiros a algum candidato, resultados de pesquisas ou comentários desfavoráveis. Quanto ao posicionamento “*neutro*”⁶², são páginas contendo enunciados que tratam da agenda do candidato, matéria sem avaliação moral, política ou pessoal do candidato.

Assim, o posicionamento pode ser a favor, “neutro” ou contra a candidata em questão. Esta variável se desdobra, em alguns casos, em suas duas instâncias comunicativas: a

⁶² O fato de falarmos em posicionamento “neutro” da mídia, não está implicando aqui o estatuto da imparcialidade e neutralidade, como a própria mídia se rotula. Dada a extensão do arquivo, que dificultou uma análise minuciosa de cada página, optamos por trabalhar, em um primeiro momento, com a noção bastante genérica e quantitativa utilizada na área da comunicação que classifica o posicionamento como favorável, contrário e “neutro”, embora para nós da Análise do Discurso, se fossemos adentrar nas minúcias teóricas, correríamos o risco de cair em uma visão conteudística da área da comunicação. No entanto, nesta fase de delimitação do objeto de análise, esta noção, nos foi produtiva.

produção e a recepção⁶³ (quando há comentários). Quanto à instância comunicativa de *produção*, são os enunciadores da página da internet, no caso dos *blogs*, os proprietários e/ou usuários autorizados que fazem a postagem de textos que podem ser restritos ou de livre acesso a qualquer internauta. O mesmo ocorre com *websites* de notícias, etc. Com relação à instância comunicativa de *Recepção*, diferentemente da produção, aqui temos os leitores/internautas, ou melhor, *e*-leitores, que fazem a leitura dos conteúdos do *website* e encontram um espaço para interagir exprimindo suas opiniões. Um fator interessante, nesse sentido, é que esses internautas tanto podem interagir com o enunciador quanto com os demais internautas comentadores, ampliando ainda mais este espaço de discussões. Para a classificação do posicionamento dos comentários, assinalamos a predominância de comentários favoráveis ou contrários, assim, por exemplo, uma das páginas apresentou 19 comentários contra e somente um a favor, assinalamos, então, a predominância de comentários contra.

Vale lembrar que nem sempre esses posicionamentos coincidem, podendo a produção ter um posicionamento a favor, mas os comentários serem predominantemente contra. Notamos que na maioria das vezes, se a instância de produção é favorável a uma candidata, a tendência dos comentários da recepção é ter também um posicionamento favorável, com algumas exceções. Outro dado importante neste contexto diz respeito ao enunciador que, enquanto sujeito interpelado pela ideologia pode ou não filtrar tais comentários. Ele detém a decisão de abrir ou não a interação para comentários e ainda se abrir, pode ainda vetar possíveis comentários de posicionamento ideológico contrário ao seu, direcionando a produção de efeitos de sentidos. Assim, no caso de coincidir o posicionamento da recepção com a produção não significa necessariamente que ninguém se opôs, mas pode ter havido uma filtragem por parte do proprietário do *site*, por exemplo.

Outra variável ou aspecto trabalhado foi a questão dos *Gêneros textuais*. Procuramos identificar a tipologia do texto em si, pois como salientamos anteriormente, nosso *corpus* é composto por páginas que se configuram de forma heterogênea. Trata-se então de classificar se estamos trabalhando com um *site* de notícias, ou um *blog* pessoal, *site* de pesquisas eleitorais, ou mesmo de *sites* de relacionamentos. Esta classificação se faz pertinente em nossa pesquisa visto que, cada tipologia citada tem uma forma específica de funcionamento, o que corrobora para a produção de efeitos de sentidos diferentes. Percebemos no desenvolvimento do trabalho que cada gênero do discurso significou de maneira diferente. Os

⁶³ Salientamos que nem todas as páginas apresentaram esse espaço para comentários, ou apresentaram e não houve comentários sobre a notícia ou texto.

sites jornalísticos, por exemplo, mantém uma linguagem mais formal, apesar de “vazar”, em alguns momentos, questões genéricas e pessoais. Além disso, em alguns deles havia espaço para comentários, e a linguagem destes também era diferente, mais coloquial, com o posicionamento ideológico mais marcado. Já nos *blogs*, diferente dos textos jornalísticos, há uma liberdade maior quanto à linguagem, quanto ao conteúdo a ser publicado e o posicionamento do sujeito. Assim percebemos que houve diferença nas representações discursivas sobre a mulher política conforme o gênero em que foram produzidas e /ou veiculadas, sobre a forma deste ou daquele gênero, produzindo efeitos de sentidos diferentes, e neste sentido, os gêneros que mais depreciaram a imagem da mulher política foram os *blogs*, Orkut, onde o internauta tem mais liberdade para expor suas opiniões e seus posicionamentos.

Quanto à variável *Sujeitos políticos / Adversários políticos*, procuramos identificar o sujeito político feminino em questão e seus respectivos adversários, inserindo neste âmbito a reflexão da questão do gênero, considerando se a oposição é masculino *versus* feminino, ou feminino *versus* feminino, analisando como ocorreu esta disputa e se a discursivização pela mídia *on-line* se deu de maneira diversa, nas diferentes situações.

Com relação à temática, procuramos identificar as que foram discutidas ou remetidas nas páginas pertencentes ao *corpus* (tanto da produção como da recepção), classificando-as no âmbito *político*, na questão de *gênero*, e na esfera *pessoal*. Consideramos como política a temática que se limitou a questões políticas como, por exemplo, as pesquisas, matérias contendo as propostas, debates e até mesmo textos sobre a mulher política, temas que não avançaram para o âmbito pessoal ou de gênero. Com relação à temática de âmbito pessoal, são os enunciados que ultrapassaram o limite das questões políticas, invadindo assim a esfera pessoal, remetendo a assuntos da vida privada das candidatas, vida amorosa, familiar, religiosa, etc. E, por fim, na temática do gênero, foram classificados os enunciados que de uma forma ou de outra remeteram a questões de gênero, acionando memórias sobre a mulher no mercado de trabalho, na política.

Por fim, a última variável, *acontecimentos discursivos*, em que procuramos verificar se houve acontecimentos discursivos em torno das três candidatas e como estes funcionaram para a produção de sentidos.

A análise de todas essas variáveis foram produtivas para as investigações, pois cada uma em sua esfera corroborou para a compreensão dos discursos do *corpus*. Ao analisá-las,

notamos que as mais evidentes foram: *temática e acontecimento discursivo*⁶⁴, em um percurso que se deu a partir da ocorrência de fatos políticos, que possibilitaram a emergência de discursos que caracterizaram acontecimentos discursivos, desembocando, assim, no desenvolvimento de temáticas que se desdobraram no âmbito político, pessoal e em questões de gênero. Vejamos a quantificação (número de enunciados classificados por tema e a ocorrência de acontecimento discursivo) dessas variáveis, separadas por candidata⁶⁵:

Tabela 1 - Quantificação de acontecimentos discursivos e temática por candidata

Sujeito político	Acontecimentos discursivos	Temática		
		Político	Pessoal	Gênero
Luizianne Lins	02	12	09	18
Gleisi Hoffmann	01	04	01	11
Marta Suplicy	02	12	42	29

Notamos, como mostra a tabela acima, que no caso de Gleisi Hoffmann houve a ocorrência de um acontecimento discursivo e a incidência das temáticas: política, pessoal e de gênero. As candidatas Luizianne Lins e Marta Suplicy, apresentaram dois acontecimentos discursivos e, além das temáticas política e gênero, o âmbito pessoal foi bem marcado. No entanto, o índice mais relevante, se tomarmos esses resultados, está no fato de que nas três candidatas houve uma incidência significativa de temáticas do âmbito pessoal e de gênero. A maioria dos enunciados, apresentava marcas que nos remetiam à questão do gênero ou ao âmbito pessoal. No caso de Luizianne Lins, 50% dos textos remeteram a questões de gênero, 25% no âmbito pessoal. Com relação à Gleisi, 73,33% dos textos remeteram à questões de gênero e sobre Marta Suplicy 40,84%, remeteram à questão de gênero e 59,15% entraram no âmbito pessoal. Constatamos então a presença de questões de gênero como uma regularidade nas discursivizações das três candidatas. A análise quantitativa apresentou um número significativo de enunciados vinculados a esta temática, derrubando assim, nossa expectativa de que, ao menos nesse período isso não ocorresse, por ser este um momento singular, em que interessa o agendamento político dos candidatos e não questões genéricas ou pessoais⁶⁶. Por

⁶⁴ A noção de Acontecimento Discursivo ficou mais explícita no caso da candidata Marta Suplicy, pois houve dois grandes acontecimentos em sua campanha, que acabou gerando ou possibilitando o surgimento de discursos classificados em sua maioria na temática de Gênero ou no âmbito pessoal.

⁶⁵ Essa quantificação será melhor explicitada mais adiante no detalhamento de cada candidata.

⁶⁶ Salientamos que 78% dos enunciados remeteram a questões de gênero e pessoal, no entanto 22% remeteram à questões políticas, assim, não podemos dizer que todos os discursos sobre as candidatas vincularam a estereótipos negativos, um pequena parcela desses enunciados agendaram a mulher política no âmbito político.

outro lado, se a questão do gênero permanece, como ocorreu esse agendamento midiático? De que maneira essas questões afloraram nos discursos sobre as candidatas? Quais recursos linguísticos-discursivos foram utilizados por esta mídia para produzir tais representações dessas candidatas?

Essas questões nos encaminharam ao segundo momento de nossas investigações: a análise qualitativa desses dados com a exemplificação e/ou demonstração desses fatores, que também serviram como critério para a definição das Sequências Discursivas de Referência (doravante SDRs) de análise. Assim, tomamos o *corpus* como produto para descrever os processos que tornaram possíveis a produção destes discursos, considerando a sua organização e circulação, bem como os efeitos de sentido produzidos por esses enunciados.

Após apresentarmos metodologicamente nossas escolhas, a definição das sequências discursivas (SD), explicitaremos a análise dessas SDs, privilegiando um percurso analítico que contemplou a constituição, a formulação e a circulação dos discursos, buscando compreender os sentidos possibilitados, em cada candidata, a partir dos recortes realizados.

Para a compreensão da discussão e análise que iremos desenvolver, faz-se necessário explicitar as Condições de Produção, em sua relação sócio-histórica, que permearam as eleições 2008 com relação às três candidatas. Reiteramos que nossa análise terá como eixo central a problemática do gênero. No entanto, a maneira de trabalhar esta questão ocorreu de forma diferente em cada candidata, por se tratar de situações também diferentes, com características específicas. Procuramos, por critério, selecionar os recursos discursivos que mais se fizeram presentes nos processos discursivos da mídia em relação a cada candidata e, assim, encontrar um ponto em comum a todas. Este ponto foi a ocorrência de acontecimentos discursivos e, a partir deles, observamos outros aspectos particulares a cada uma delas. Para a candidata Gleisi Hoffmann, a análise privilegiará as formas de designações da candidata, o modo como a mídia *on-line* a designou, bem como os efeitos de sentidos produzidos. No caso de Luizianne Lins, nortearmos a análise com relação à disputa da imagem de políticos (coincidentemente todos do sexo masculino), que possibilitou a ocorrência de acontecimentos discursivos e a identificação de mais de uma formação discursiva presente ali. E por fim, para a candidata Marta Suplicy desenvolveremos a análise privilegiando os acontecimentos discursivos, visto que estes, desembocaram de forma mais expressiva, entre outras temáticas, na questão do gênero, além de estratégias discursivas, como a sobreasseveração, entre outros.

4.2. Os modos de discursivização de Luizianne Lins

*“Hoje com todas as conquistas, com a mulher na esfera pública, no trabalho, batalhando, ainda somos vítimas de um preconceito brutal. (...) Isso é histórico.”
(Luizianne Lins)⁶⁷*

Iniciemos pelo sujeito político feminino Luizianne Lins (doravante LL), uma política de renome na região do Ceará, pelas suas lutas e sua ideologia de esquerda. Nascida em 1968, milita nos movimentos de esquerda desde 1987, filiando-se ao Partido dos Trabalhadores em 1989. Jornalista, formada pelo curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Ceará (UFC), sempre envolvida com a militância no Movimento estudantil, credencia-se para o cargo de secretária estadual de *Juventude do PT*. É professora concursada do Curso de Comunicação Social da UFC. Foi a vereadora mais votada do Partido dos Trabalhadores (PT) em 1996, eleita com 5.336 votos e, em 2000, reeleita. Na Câmara Municipal, ocupou o cargo de presidente da Comissão de Educação, Cultura e Desporto e de presidente da Comissão de Defesa da Mulher, da Juventude e da Criança, criada na Câmara Municipal a partir de um projeto de sua autoria. Em 2002, foi eleita deputada estadual, tendo sido a quarta mais votada no Ceará e a mulher mais votada entre todas, com 60.821 votos. Em outubro de 2004, foi eleita prefeita de Fortaleza, obtendo 620.174 votos.

A eleição de 2008, em Fortaleza, foi marcada pela efervescência, por um clima de “guerra” na acepção da palavra. Concorreram ao cargo de prefeito de Fortaleza os candidatos: Luizianne Lins – PT; Moroni B. Torgan – DEM; Patrícia Saboya – PDT; Renato Roseno de Oliveira – PSOL; Florêncio Nunes Neto - PSC; José Ribamar Aguiar Júnior – PTC; Sérgio Braga Barbosa – PPS; Abahil Barreto Barbosa – PR e José Carlos Vasconcelos – PCB⁶⁸.

O cenário político eleitoral nesta disputa se apresentou de forma bem marcada. As pesquisas apontavam desde o início da campanha até o final das eleições (com a vitória de LL no primeiro turno) em 1º lugar a candidata LL, em 2º Moroni, e em 3º Patrícia Sabóia (doravante PS). No entanto, a mídia discursivizou mais a disputa entre PS (do PDT) *versus* LL, ao invés de LL *versus* Moroni⁶⁹ que estava em segundo lugar nas pesquisas. Apesar da

⁶⁷ A propósito das comemorações pelo Dia Internacional da Mulher, em entrevista concedida ao programa televisivo Tarde Livre, publicado no site www.diariodonordeste.com. Acesso em 08/03/2010.

⁶⁸ Informações disponibilizadas no *website* do Tribunal Superior Eleitoral: www.tse.gov.br, acesso em: 19/03/2010.

⁶⁹ Talvez isso tenha ocorrido pelo fato de as duas candidatas terem disputado, durante toda a corrida eleitoral, o apoio de três sujeitos políticos masculinos.

liderança nas pesquisas estar entre os candidatos LL e Moroni, a briga maior se deu entre Luizianne x Patrícia Saboya, que estava em 3º lugar nas pesquisas. Embora a disputa esteja mais marcada entre o gênero Feminino x Feminino, as candidatas, durante toda a campanha, lutaram pelo apoio de políticos do gênero masculino (Lula, Ciro Gomes, Cid Gomes, Moroni...), ainda que a busca por aliados políticos em campanha eleitoral seja uma prática comum, uma particularidade deste caso, reside justamente no fato de que as candidatas são mulheres e os aliados almejados são todos homens. Talvez como forma de legitimação, a partir da imagem de um político do sexo masculino.

É importante ressaltar que esta disputa se deu no primeiro turno, mas já visando também apoios para o segundo turno. Isso implica observar também outra particularidade a ser considerada, quanto ao posicionamento, pois como a disputa se dá entre duas candidatas do sexo feminino, quando o enunciado é contra LL, são usadas estratégias argumentativas que muitas vezes acabam recaindo sobre a questão do gênero. No entanto, o mesmo ocorre quando são a favor, pois sua maior adversária na campanha era também do sexo feminino. Como a disputa se deu na maior parte entre as candidatas LL e PS, ressaltamos que, de forma geral, a candidata LL optou por uma postura mais propositiva, sem grandes ataques, ou seja, mais na linha defensiva. Ao contrário, PS (e seus apoiadores), optaram por uma postura com ataques e críticas à candidata LL e à sua gestão, uma vez que esta estava concorrendo à reeleição de Fortaleza.

Quanto ao posicionamento da mídia nas páginas referentes à candidata LL, observamos em um gesto interpretativo que, com relação às 36 páginas sobre a candidata LL, na instância de produção, 13 páginas eram contra, 11 eram “neutras” e 12 posicionam-se a favor de LL. Com relação à instância comunicativa de recepção, quantitativamente falando, encontramos 02 comentários contra, nenhum “neutro”, e 04 a favor da candidata LL. Esses índices nos mostram que, de maneira geral, o posicionamento da mídia se deu de forma equilibrada. Na produção, há pouca diferença, predominando o posicionamento contra, já na recepção a maior parte dos comentários eram a favor de LL.

Outro aspecto interessante é a temática que, em geral, é a eleição. Porém identificamos ainda algumas subdivisões, com três grupos bem marcados: quanto à política em si⁷⁰, quanto ao âmbito pessoal⁷¹, e quanto ao gênero⁷², como demonstra a tabela a seguir, que apresenta as temáticas, em suas instâncias de produção e de recepção:

⁷⁰ Relacionadas às eleições 2008; pesquisas, ou sobre a gestão de LL.

⁷¹ Com relação ao comportamento de LL, remetendo à ideia de que ela não seria íntegra, capaz e trabalhadora, experiente, séria, equilibrada; ou à vinculação da imagem da candidata de ser ‘baladeira’, ou ainda com relação

Tabela 2 - Demonstrativo das temáticas desenvolvidas em cada página da Internet (Luizianne Lins)

Página	TEMÁTICAS					
	Produção			Recepção		
	Político	Pessoal	Gênero	Político	Pessoal	Gênero
1	X			X	X	X
2	X					
3			X			
4		X				
5	X					
6	X		X			
7	X		X			
8	X	X				
9	X					
10	X					
11			X			
12	X					
13	X			X		
14	X					
15			X			
16			X	X		
17			X			
18			X			
19			X			
20			X			
21			X			
22	X					
23	X					
24	X					
25			X	X		
26			X			
27			X			
28	X				X	X
29	X	X				
30	X					
31	X					
32			X			
33	X	X	X			
34	X	X	X			
35	X	X	X			
36		X	X	X		

Salientamos que dos três campos temáticos acima, tanto na produção como na recepção, somente o político foi quantificado separadamente, para que pudéssemos visualizar a quantidade de enunciados que falavam somente, ou exclusivamente, no âmbito político, os que apresentaram, além da temática política, a de gênero ou pessoal, foram quantificados em seus respectivos campos, sendo excluídos do campo político. Sendo assim, em alguns enunciados dos campos pessoal e de gênero pode ter ocorrido a recorrência a outras esferas⁷³. A tabela 2 nos mostra que, na produção, das 36 páginas, *somente relacionado a questões políticas* foram 14 enunciados, relacionado à instância pessoal 07, e relacionado à questões de

às suas características físicas, que estaria fora do peso, etc., aspectos da vida pessoal da candidata, que extrapolaram o âmbito político.

⁷² Classificamos aqui enunciados que explícita ou implicitamente deixam transparecer a questão do gênero permeando esses discursos.

⁷³ Como podemos notar na tabela 2 acima, referindo-se à página de internet nº 33 que, na produção, houve referência aos três campos, sendo contabilizados nos campos pessoal e de gênero, simultaneamente, e não no político. Na página da internet nº 22, houve a recorrência *somente* no campo político, sendo assim contabilizado neste.

gênero 19 enunciados. Esse dado numérico é bem relevante visto que em mais de 50% dos enunciados foram encontradas marcas da questão de gênero. Na recepção, 04 das 06 páginas que continham comentários situavam-se *somente no campo político*, no âmbito pessoal 02 páginas, e quanto ao gênero 02 páginas.

Por se tratar de uma disputa que girou em torno de alguns fatos polêmicos, como a disputa pelo apoio de sujeitos políticos masculinos, mobilizamos a noção de acontecimento discursivo, pois foi a partir desses fatos políticos polêmicos, que tomaram proporções de acontecimentos discursivos que possibilitaram a emergência de enunciados com várias temáticas como a problemática do gênero. O acontecimento discursivo foi possível a partir da polêmica que girou em torno da disputa das candidatas LL e PS pelo apoio de sujeitos políticos masculinos. Este fato possibilitou o surgimento de inúmeros enunciados, descrevendo, comentando ou refutando a luta das duas candidatas, desembocando nas temáticas: política, de gênero e pessoal.

Levando em consideração os dados apresentados anteriormente, passaremos então ao gesto descritivo-interpretativo de alguns enunciados, as SDR's selecionadas do *corpus*, objetivando chegar aos efeitos de sentido produzidos a partir de tais recortes.

Um dos aspectos que observamos, diz respeito ao modo de designação das candidatas LL e de sua adversária PS. A primeira sequência discursiva a ser apresentada, é o exemplo L1, um recorte do site de notícias www.g1.globo.com, que é o portal de notícias da Rede Globo, publicado em 25/08/08, (acessado em 06/09/2008.), em que um enunciador não-identificado, ou melhor, identificado como sendo “G1 em São Paulo”, publica um texto situando o leitor sobre a questão do veto do uso da imagem de Lula e Ciro na campanha de Patrícia Saboya e que Ciro Gomes estaria usando o *blog* do filho apontando ‘censura’, para o ato de LL. Nesta notícia, há uma citação da fala de Ciro Gomes, que defende Patrícia Saboya contra Luizianne.

Ex.L1: “*Ela tem direito de contar essa história e os coronelzin de saia ou de botina vão ter que engolir isso aí*”.

Este enunciado primeiramente refere-se à candidata PS, quando usa o pronome “**Ela** tem direito...”, e à candidata LL ao dizer “**os coronelzin** de saia ou de botina **vão** ...” que apesar de o adjetivo estar no plural, indica na verdade um ser no singular, de forma depreciativa, que nos remete à ideia da vinculação da candidata aos coronéis, às ditaduras, vinculando-a ao gênero masculino, visto que em tempos de ditadura, a mulher não tinha o

espaço ou o mesmo status que os coronéis (pensando hierarquicamente, não havia coronéis do sexo feminino). Além disso, o fato de Ciro ter enunciado “vão ter que engolir isso aí”, nos leva ao acionamento da memória discursiva, pois se trata de um enunciado já dito em outro momento histórico. Em 1997, o então treinador da seleção brasileira de futebol, Zagallo, depois da vitória na Copa América, pronunciou a célebre frase: “Vocês vão ter que me engolir”, referindo-se a críticas que a imprensa fez a ele durante o desenrolar da competição. A retomada deste enunciado por Ciro Gomes produz efeitos de sentidos que vinculam a imagem de LL à imprensa, que aqui trabalhou no sentido de interditar o uso da imagem de Lula e Ciro na campanha de PS. Em contrapartida, PS é vinculada à figura de Zagallo, que foi “vítima”. Em um gesto interpretativo, podemos dizer que o efeito deste enunciado de Ciro direciona o sentido para uma possível vitória de PS.

Quem enunciou “*coronelzim de saia ou de botina*”, de fato, não foi o enunciador do *site* em questão, mas ele trouxe a fala de Ciro talvez para eximir-se de qualquer culpa, afinal quem disse foi Ciro. No entanto, uma vez que discursivizou, ou melhor, trouxe essa discursivização por meio de Ciro, designando LL como “coronelzin de saia ou de botina”, e pelo contexto em que tal designação foi inserida, marca desde já o posicionamento do *site* enunciador, pois fala de uma posição-sujeito contrária à LL. Essa designação não se deu por vínculos de parentescos de LL com coronéis, mas pelo fato de que a candidata conseguiu na justiça a proibição da imagem de Lula e Ciro Gomes pela candidata PS, por esses políticos pertencerem a partidos da coligação que apoiou LL. Essa Sequência Discursiva (SD) resgata uma memória discursiva de autoritarismo, dos coronéis do Nordeste e, assim, poderíamos pensar que o exemplo acima produziu sentidos que levam à desconstrução da imagem de LL que, por ter uma identidade forte de esquerda, filiada ao PT, a ideia do coronelismo seria contraditória, ou seja, estaria havendo uma deriva de sentidos negativos a essa candidata. É importante observarmos o papel da mídia ao destacar, sobreasseverar, como neste caso, ao citar a fala de Ciro, o que produz efeitos de sentidos diferentes do produzido pelo próprio jornalista se falasse sem especificar a origem do enunciado. Além disso, podemos dizer que esse recurso usado atribui também um efeito de verdade sobre a notícia.

Ainda permeando esse acontecimento discursivo, pois esse fato político foi discursivizado ao extremo pela mídia *on-line*, o recorte a seguir fala também da proibição da imagem de Lula. Notamos que a notícia⁷⁴ privilegia argumentos de PS, colocando-a como vítima e LL como vilã. Porém, ao argumentar a favor de Patrícia, o enunciador reforça:

⁷⁴ veiculada no site de notícias www.G1.globo.com, acesso em 06/09/2008.

“*Patrícia é ex-mulher de Ciro*”, como podemos observar na imagem a seguir. Trata-se aqui de um texto, publicado em 25/08/08, também pelo site www.g1.globo.com, mas a fonte é indicada logo após o título, que vem da agência de notícias “Reuters”. Assim, percebe-se a contradição que permeia essa notícia, pois o enunciador é a favor de Patrícia, no entanto, vincula sua imagem a Ciro Gomes, seu ex-marido, inserindo-a numa FD Familiar, típica do patriarcalismo, e de conceitos sobre a política nordestina, do coronelismo patriarcal.

Decisão atende a recurso da coligação da prefeita Luizianne Lins. Advogado de Patricia recorre e diz que decisão é 'nova lei da mordça'.

Da Reuters Tamanã

Outro lado
A assessoria jurídica da campanha de Patrícia Saboya já protocolou recurso à decisão, qualificada pelo advogado Carlos Monteiro como "uma nova lei da mordça".

Patrícia é ex-mulher de Ciro e foi vice-líder do governo federal no Senado.
No programa eleitoral veiculado na tarde desta segunda-feira (25), na foto apresentada de Patrícia e Lula, a imagem do presidente foi levemente distorcida.
Isabel Mota, assessora jurídica da coligação de Luizianne Lins, afirmou que o recurso utilizado pela concorrente representa um descumprimento da decisão do juiz. Ela adiantou que o fato será comunicado à Justiça Eleitoral.

Imagem 4 – Justiça proíbe imagem de Lula em propaganda de Patrícia

Apesar de ser aparentemente uma notícia “neutra”, por apresentar as duas versões da briga pelo uso da imagem dos sujeitos citados, podemos perceber um posicionamento contra a candidata LL. A posição em que os argumentos são apresentados também significa e, nessa perspectiva, logo abaixo do título temos os dizeres “*Decisão atende a recurso da coligação da prefeita Luizianne Lins. Advogado de Patrícia recorre e diz que decisão é ‘nova lei da mordaca’*”. É possível dizer que os sentidos estão sendo tecidos confluindo para reprovação da atitude de LL, sustentando sua identidade como a de “mandona”, autoritária, resgatando memórias do tempo da ditadura, da censura, etc. Observamos, também, que o acontecimento discursivo, em torno do uso da imagem de Lula e Ciro, gerou polêmica nos processos de designação, não só dos sujeitos – que discutiremos mais adiante – mas também do acontecimento, onde se tem PS de um lado e LL de outro, e cada lado designa o acontecimento de forma diferente, fala a partir de uma posição-sujeito diferente, como mostra a tabela a seguir:

Tabela 3 - Posicionamento nas discursivizações de LL

Posicionamento	Designações do Acontecimento em torno da disputa pelo uso da imagem de Lula e Ciro Gomes.
Favorável à LL	Cumprimento das leis eleitorais vigentes.
Favorável à PS	“nova lei da mordaca”

Diríamos que houve, nos termos de Maingueneau, um processo de interincompreensão regrada, pois a coligação de LL usa em seu discurso os termos “cumprimento das leis eleitorais”, como sema positivo de seu sistema de restrições semânticas. Já a coligação de PS, traduz o enunciado “cumprimento das leis eleitorais”, como sema negativo, isto é, traduz por meio de simulacro, designando a mesma ação, como “nova lei da mordaca”, o seu sema positivo e, conseqüentemente, o sema negativo da coligação de LL. E ainda podemos identificar aqui, duas Formações discursivas, uma delas, FD_x, que compreende o acontecimento como “cumprimento das leis eleitorais, e a FD_y, que ao contrário a vê como a “nova lei da mordaca”.

Ressaltamos que a posição visual em que foram dispostas essas designações também significam. A designação do acontecimento como “nova lei da mordaca” é colocada em destaque, logo abaixo do título, e reforçado durante o texto da notícia. Quando coloca a designação como cumprimento das leis, como cumprimento ou “descumprimento da decisão do juiz”, é situado no final da notícia, lugar em que muitas vezes o leitor nem chega a ler.

Sublinhamos também que, quando o enunciador designa o acontecimento como sendo “**nova** lei da mordaza”, pode estar sugerindo uma ressignificação ou uma nova forma de censura.

Nota-se que a questão de gênero também permeia este discurso, colocando o gênero feminino atrelado ao masculino, o que pode ser apreendido pelo enunciado: “*Patrícia é **ex-mulher de Ciro Gomes** e foi vice-líder do governo federal no Senado*”. Mesmo sendo este um enunciado em que o sujeito tenta argumentar a favor de PS. Essa relação que se estabelece entre o gênero feminino e o masculino ocorre também nos exemplos L3, L4, L5 e L6 em que há um processo de designação à Patrícia Saboya, sempre veiculando-a à figura de políticos, como seu ex-marido Ciro Gomes, seu ex-cunhado Cid Gomes, além de situá-la em um âmbito familiar (neta, mãe, esposa...).

No exemplo L3, trata-se de uma notícia⁷⁵, publicada em 30/09/08, que tem na instância da produção, como enunciador, Kamila Fernandes, da agência Folha em Fortaleza. Este texto traz reflexões sobre as coligações, alianças e acaba tocando na questão do veto do apoio de Ciro na campanha de PS. Ao informar sobre as questões políticas e alianças das candidatas, o enunciador, ao citar Cid Gomes (que apóia LL), o faz explicando que ele é irmão do ex-marido de PS. Vejamos os recortes feitos a partir da página em questão:

Ex.L3:

a- “*Cid Gomes (PSDB), irmão do **ex-marido de Patrícia**, tem apoiado com empenho a reeleição da prefeita, aparecendo diversas vezes na propaganda eleitoral dela.*”

b- “*ele não pôde aparecer no programa eleitoral da **ex-mulher**, mesmo a apoiando.*”

c- “*No rádio, quem tem falado em nome de Ciro para anunciar publicamente o apoio à Patrícia, é a **irmã dele**, Lya, **mulher do marqueteiro** da campanha da pedetista Einhart Jacome. Ainda participam dessa **frente familiar os filhos de Patrícia e Ciro, Livia e Ciro Saboya.***” (...) “*Já Ciro Saboya, tem um blog que é usado para o **pai falar em prol da ex-mulher.***”

Percebemos, novamente, a retomada dos processos de designação vinculando PS a Ciro Gomes, quando ela é designada por “**ex-mulher**” dele. O âmbito familiar também é destacado neste exemplo, sobretudo no recorte ‘c’, em que a irmã de Ciro intervém, para falar em nome dele a favor de PS, já que o mesmo estava proibido pela justiça. Vale ressaltar que ela, além de irmã de Ciro, é ex-cunhada de PS e esposa do marqueteiro da campanha da candidata e, também, fala dos filhos de PS, que a apóiam na campanha.

⁷⁵ Veiculada no site: folha on-line.com, acesso em 17/10/2008.

O mesmo fenômeno ocorre no exemplo a seguir, escrito por Santana Lima e publicado em 05/10/08, pelo site da UOL eleições 2008⁷⁶, para este site. A enunciadora apresenta algumas falas de Ciro Gomes, que usou também as seguintes designações:

Ex.L4:

a- “O deputado federal Ciro Gomes (PDB) admitiu neste domingo (5), logo após votar, que, se sua **ex-mulher Patrícia Saboya (PDT)** não for para o segundo turno, ele será derrotado. “Se ela for derrotada, eu também serei””.

b- - “Ciro votou na manhã deste domingo pouco depois de sua **ex-mulher a candidata a prefeitura de Fortaleza Patrícia Saboya (PDT)**.”

c- “Ciro ainda negou que as críticas que fez a Luizianne, durante a campanha, fossem de cunho pessoal. E que uma única menção que fez foi ao ‘trato autoritária de Luizianne’. O parlamentar se referia ao fato de ter chamado a petista de ‘Stalin de Saias’. Irônico, o deputado disse ainda que a prefeita. **‘é muito novinha e precisa aprender algumas coisas’.**”

Neste exemplo, temos o recorte ‘a’ e ‘b’ contendo designações à PS, vinculadas a Ciro Gomes. No recorte ‘c’, mesmo negando ser pessoal, ele reafirma a ideia de que LL seria autoritária e lembra que a chamou de “Stalin de Saias”. Somado a isso, há outro aspecto neste recorte que corrobora para a desconstrução da imagem de LL, quando ele ressalta que ela é “muito novinha” e que “precisa aprender algumas coisas” remetendo à ideia de que ela não sabe o que faz, ou que pela própria natureza da juventude ela seria imatura, adjetivos que desqualificam a candidata. A sequência discursiva a seguir engendra os exemplos L5 e L6, que no processo designativo, situa a candidata PS ao âmbito familiar, como podemos observar nos recortes e na Imagem 5, a seguir.

Ex. L5: É uma Notícia⁷⁷, do site Wikipédia, uma enciclopédia livre, e que nesta página apresenta a biografia de PS. Percebemos também alguns pontos que mostram a filiação à questão de gênero:

-“É **neto** do já falecido e também senador Plínio Pompeo e **ex-esposa** de Ciro Gomes, seu aliado político, ao lado de quem foi **primeira-dama** do estado e da capital cearense.”

Ex.L6: Trata-se aqui neste exemplo, de um *blog*⁷⁸, que é uma página da internet, mas que tem características específicas, diferente de um site de notícias, uma vez que qualquer cidadão pode fazer um *blog* e postar ali textos de diversos temas, e de posicionamentos de acordo com a sua posição ideológica.

a -“isso é censura, ressaltando que tal postura é típica de **‘coronel’**”

b - “O que diz a revista VEJA: ‘A senadora Patrícia Saboya Gomes nasceu **com tudo pra ser mulher de político. Filha da elite cearense, bonita e mimada, foi criada tal e qual uma princesa do agreste – nunca precisou fazer a própria cama e até mal sabe fritar um ovo.**”

⁷⁶ Notícia veiculada no site www.elicoes.uol.com.br, acesso em: 06/10/2008.

⁷⁷ Notícia veiculada no site www.wikipedia.org, acessado em: 01/10/2008.

⁷⁸ Texto postado no blog.desabafopais.com.br. Acesso: 07/09/2008.



DESESPERO **Ciro parte para o ataque e chama gestão Luizianne de "fuleiragem"**

O deputado federal **Ciro Gomes (PSB)** fez duros ataques à candidata

Luizianne Lins durante entrevista concedida ontem (25) ao blog de seu filho, o estudante de cinema **Ciro Saboya**. Mais uma vez **Ciro** demonstra que não é **equilibrado emocionalmente**, motivo pelo qual é rejeitado nas Regiões Sul e Sudeste. **Ciro** não rompeu os laços políticos com o Coronel de Asfalto, **Tasso Jereissati**, grande inimigo do Presidente **Lula** e do Partido dos Trabalhadores. Ao criticar a Administração do PT em Fortaleza, por tabela ofende o Presidente **Lula**, chamando a Estrela(Lula) maior de "fuleiragem". Não é de estranhar a aproximação de **Ciro Gomes** do governador **Aécio Neves**, levado pelo tucano e coronel **Tasso**.

Indagado sobre o questionamento que a coligação de **Luizianne** fez na justiça a respeito do uso da imagem de **Ciro** e do presidente **Lula** na propaganda de **Patricia**(ambos não pertencem a partidos da coligação da senadora), o deputado afirmou que isso é censura, ressaltando que tal postura é típica de "coronel", de gente que "quando está por baixo é contra a censura e os poderosos", mas quando "se lambuzo no poder", muda de opinião. Segundo o deputado, seu apoio a **Patricia** não tem relação com o fato dela ser mãe de seus filhos, mas pela percepção de que Fortaleza "precisa mudar", uma vez que, na opinião de **Ciro**, a atual gestão é "**fuleiragem**".

A entrevista pode ser conferida no endereço:

<http://www.luzcameraleicao.blogspot.com/>



Imagem 5 - **Ciro parte para ataque e chama gestão Luizianne de "fuleiragem"**



O que diz a revista **VEJA**: "A senadora Patrícia Saboya Gomes nasceu com tudo para ser mulher de político. Filha da elite cearense, bonita e mimada, foi criada tal e qual uma princesa do agreste – nunca precisou fazer a própria cama e até hoje mal sabe fritar um ovo."



Concordo com os companheiros do blog Mundo Progressista, que a Senadora Patrícia Saboya (ex-PSDB, ex-PPS, ex-PSB e no momento no PDT) está fazendo um esforço que beira o cômico na tentativa de mostrar-se como a "candidata de Lula em Fortaleza" (risos...). Por que Patrícia esconde da TV e de encontros políticos, o seu vice, o tucano Antenor Naspolini envolvido em diversos escândalos? E também esconde dos eleitores de Fortaleza, o coronel de asfalto, **Tasso Jereissati**, um dos maiores perseguidores do Presidente Lula e do PT? Tasso é o político mais rejeitado em Fortaleza. Por que Patrícia critica a administração do PT de Fortaleza, partido político do Presidente Lula?



Imagem 5 – Continuação ...

Este *blog*, como podemos perceber, aponta para um posicionamento contra PS, pois há vários enunciados que a desabonam, como, por exemplo, o fato de apresentar uma foto do casamento de PS e Ciro Gomes, (desnecessário reforçar a união dos dois) e logo abaixo importou um texto da revista VEJA, dizendo: “*O que diz a revista VEJA: ‘A senadora Patrícia Saboya Gomes nasceu com tudo pra ser mulher de político. Filha da elite cearense, bonita e mimada, foi criada tal e qual uma princesa do agreste – nunca precisou fazer a própria cama e até mal sabe fritar um ovo’*”. Devemos considerar, também, a circulação desses enunciados, que se manifestam em diferentes gêneros ou instâncias de produção. O exemplo L5 trata-se de um *site* que é uma espécie de enciclopédia livre⁷⁹, que traz uma nota biográfica sobre a candidata PS. As páginas de conteúdo jornalísticos, por sua vez, apresentam notícias, reportagens, poucos abrem espaços para comentário e, por fim, os *blogs*, que são uma espécie de *site* pessoal, em que a própria estrutura permite a postagem de textos, artigos, discussões, podendo ou não abrir espaço para comentários. Em detrimento dos outros citados anteriormente, uma especificidade dos *blogs* é que eles têm, na maioria das vezes, um posicionamento ideológico bem marcado, no caso da política, com tom militante, com posição política bem definida. A consideração dessas especificidades de cada gênero se faz importante, pois a veiculação em um ou em outro produz efeitos de sentidos diferentes.

A partir do exemplo anterior, podemos elencar alguns vestígios de um discurso machista. Primeiro pela foto colocada antes do texto da VEJA, do casamento, da união conjugal entre PS e Ciro, depois pelo texto desta revista exibir PS pertencendo à FD familiar, com poder aquisitivo, mimada, uma verdadeira “princesa do agreste” e, assim, casada com Ciro, continuaria cercada de mimos, sem precisar “fritar um ovo”, ou cozinhar, etc. O enunciado nos remete à ideia de que, apesar dela não precisar fazer trabalhos domésticos, o discurso marcado neste enunciado é de que PS está enraizada no âmbito familiar, de que este é seu espaço. E mais. Se ela está vinculada à elite cearense, teoricamente, não conheceria de perto a realidade e as necessidades do povo de Fortaleza, ao contrário de LL proveniente de uma família humilde, e que sempre militou ao lado das minorias. Diante disso, o *blog* apresentou uma postura positiva ou a favor de LL, pois, ao que nos parece, mesmo quando inseriu o recorte da fala de Ciro, é possível perceber o retorno à designação autoritária sobre LL, evidenciada no enunciado: “*isso é censura, ressaltando que tal postura é típica de ‘coronel’*”. Ainda assim, a matéria é constituída de forma a colocar Ciro como

⁷⁹ O *site* www.wikipedia.com.br possui características próprias como, por exemplo, os textos postados, escritos de forma colaborativa, por várias pessoas do mundo. Quando alguém escreve um artigo, outra pessoa pode expandir - indicando fontes - ou modificar esses textos.

“desequilibrado”, como ofensivo à candidata LL, ou seja, apresentando esta como sendo a vítima da história.

Observamos também outros recortes onde se ressalta o fato de que Luizianne quando não é designada como candidata, ou prefeita, é referida de forma depreciativa, conforme também apontou o exemplo anterior com as designações: “*stalim de saias*”, ou “*coronelzin de saia ou de botina*”, em ambos os casos não são representações femininas aceitas ou formuladas pelo enunciador do *blog*, mas por um outro enunciador que, inclusive no Ex.L6, essa voz do enunciador é desacreditada, como mostra a Imagem 6, quando usa os termos “Desespero, Ciro parte para o ataque (...)”, vulgarizando a imagem da mesma, evidenciando que ela é muito nova, muito o que aprender, é inexperiente, ou até outras designações pejorativas conforme mostra os exemplos L7, L8 e L9 a seguir.

Ex.L7:

a- “Odeio Luizianne Lins.”

b- “Vamos todos dizer um basta pra essa riponga traíra”

Este recorte⁸⁰, Ex.L7, tem uma característica diferente por ser ele uma página de uma rede social, em que é possível agrupar o que se chama de comunidades e a comunidade em que se insere o enunciado a seguir intitula-se: “Odeio Luizianne Lins”. Nela, há críticas à gestão de LL, de supostas alianças que a mesma teria feito com as elites em sua administração, e acusações de que a mesma teria traído a ideologia de esquerda, etc. Mas o que nos chamou a atenção foi quando o enunciador, ao descrever a comunidade, enuncia: “*Vamos todos dizer um basta pra essa riponga traíra*”. Quando o enunciador se vale do adjetivo “riponga” trata-se de uma forma depreciativa do substantivo “*hippie*”, um movimento que se iniciou nos anos 60 nos EUA e teve grande efervescência no Brasil. Além da divulgação da célebre máxima “paz e amor”, o movimento discutia e defendia, entre outras ideias, a liberdade sexual. Isso nos permite dizer, que esse enunciado, de certa forma, estabelece uma relação com a fala de Ciro Gomes que no intuito de atacar LL, disse: “Fortaleza é um puteiro a céu aberto”.

Na mesma página (inicial) tem se os tópicos (ou títulos) de fóruns, onde se pode acessar e discutir sobre variados assuntos e um deles intitulava-se: “Ceará elegeu a **baleiane** com a força do Cid”. Neste enunciado postado por uma internauta participante da comunidade, vemos o sintagma “baleiane” para caracterizar a candidata LL, que estaria acima

⁸⁰ Notícia veiculada no site de relacionamento www.orkut.com.br, na comunidade: “Odeio Luizianne”, acesso em: 06/10/2008.

do peso. Por isso a comparação com uma baleia. Novamente, há a depreciação do sujeito político feminino LL.

O próximo exemplo trata-se também de um fórum que pertence à comunidade citada acima: “Odeio Luizianne Lins”. Este texto⁸¹ é na verdade um tópico do fórum de discussões, intitulado: “Ela Ganhou!!!!!!!!!!” e abre uma discussão entre os internautas sobre a vitória de LL. Dentre os comentários, recortamos:

Ex.L8:

a- *“mais uma vez a grande parcela de gays, sapatões não que eu tenha preconceito...Ganhou essa gorda Luizianne só ganhou por causa das namoradas que ela já teve ... Além, de ser drogada, ser mau educada...só fez prometer as coisas!”*

b- *“Luizianne é uma MERDA, e todo mundo que votou nela são F.D.P. ...!!! Ou são analfabetos, ou gays (sem preconceito)!!!”*

No recorte ‘a’, o internauta afirma que LL seria homossexual, e que teve muitas namoradas. Daí a quantidade de adeptos que culminou, segundo ele, na vitória de LL. Apesar do enunciador ter dito que não tem preconceito, seu enunciado funciona de forma a emergir um posicionamento preconceituoso com relação ao homossexualismo, como se isso fosse algo que desabonasse LL. No recorte ‘b’, o mesmo enunciador chama os eleitores de Luizianne de “F.D.P.”, ou “analfabetos” ou “gays”, como uma forma de rebaixá-los, ou diminuí-los. Além de designar LL como sendo uma “MERDA”.

Essa depreciação com relação à candidata LL também pode ser percebida depois das eleições, como é possível observar na página a seguir, publicada em 17/03/09. Este exemplo é um *blog*⁸² em que seu proprietário, ou melhor, o enunciador assina uma matéria ou texto fazendo uma reflexão, criticando o jornalismo que age exageradamente colocando em sites comentário de leitores, de cunho ofensivo, depreciativo, em nome da interatividade, e cita o que ocorreu com Luizianne, quando estava internada na UTI e os leitores de um jornal *on-line* deixaram alguns comentários como:

Ex.L9:

a- *“sai uma loura gelada.”*

b- *“Esse diabo já vai é tarde...”*

⁸¹ Texto veiculado no site de relacionamento www.orkut.com, na comunidade: “Ela ganhou!”, acesso em 03/10/08.

⁸² Texto veiculado no blog [capaverde](http://capaverde.com), acesso em: 04/03/09.

Como podemos ver, essas designações estão inscritas na ordem do discurso, em uma rede de discursos que permite tanto acionar o interdiscurso, a memória, e também se projetar a discursos futuros, ou possibilitar esses discursos. Vale ressaltar também que essas designações mais agressivas geralmente ocorrem na instância de recepção, talvez por um processo estratégico para eximir de certa forma a responsabilidade do proprietário pelo *site*. No entanto, é sabido que ele tem a possibilidade de filtrar ou não esses comentários. Isso posto, antes de nos aprofundarmos na disputa entre as candidatas, atentamo-nos primeiramente para as diferenças existentes entre as instâncias comunicativas de produção e recepção. Percebe-se que há uma grande diferença nos estilos de enunciação entre essas instâncias. Na produção, geralmente, a linguagem é mais formal e as questões ou temáticas sobre gênero ou sobre a esfera pessoal não são tão explícitas como na recepção, além da utilização de um vocabulário mais coloquial e, às vezes, depreciativo, como apontou o exemplo acima.

Faz-se necessário evidenciar que, quando falamos na disputa entre as candidatas LL e PS, pelo apoio dos sujeitos políticos masculinos, Ciro Gomes, Cid Gomes e Lula, salientamos em primeiro lugar que, no caso de Ciro Gomes, trata-se de uma figura política conhecida no Ceará (e no Brasil) já foi prefeito de Fortaleza. Além desses aspectos citados, ele é ex-marido de PS e pertence à coligação que apóia LL. Porém ele se recusa a apoiar LL, apoiando indiretamente PS, o que gerou grande confusão, culminando com a entrada na justiça por parte de LL para vetar o apoio de Ciro a PS, pois ele deveria, pela lei, apoiar LL. Cid Gomes também está entre os políticos de renome do Ceará, ocupando na época, e até a presente data, o cargo de governador do Ceará, e portanto, seu apoio teria peso nas eleições para prefeitura de Fortaleza. O detalhe é que Cid é irmão de Ciro, é ex-cunhado de PS e também pertence à coligação que apóia LL, mas, diferentemente de Ciro, Cid apóia de fato LL, o que gerou indignação por parte de PS que questionava o fato de que ele já teve laços familiares com ela, foi seu ex-cunhado e estava apoiando sua adversária. Parece-nos que neste caso há indícios do confronto entre duas FD's, a familiar, requisitada por PS e a FD política requerida por LL. Por fim, temos a figura do presidente Lula que, além de ocupar o mais alto cargo de poder no país, vem se consolidando em uma boa fase política, apesar de ter enfrentado muitas crises, e não ter sido atingido de forma a desestabilizar sua carreira política. No caso dele, preferiu manter-se “neutro”, apesar de pertencer ao mesmo partido que LL. Podemos observar que há várias FD's permeando essa disputa, materializada nos discursos e, além das citadas anteriormente. Observamos no caso de Ciro e Cid Gomes, FD familiar (sobretudo no exemplo L3, em que é ressaltado os filhos de PS e Ciro, e no exemplo L5, quando coloca PS na posição de neta, ex-esposa de Ciro...) permeando os discursos, PS fala de uma posição sujeito, inserida nesta FD,

reivindicando o apoio de Ciro e Cid por conta dos laços familiares que há entre eles. Por sua vez, a candidata LL fala de uma posição sujeito inserida na FD jurídica, reivindicando o apoio dos sujeitos citados acima, por meio das leis eleitorais vigentes.

Na leitura discursiva dos enunciados sobre LL, percebemos que o processo de designação das candidatas relaciona-se diretamente com a questão da identidade, ou a construção da identidade das candidatas. Na sequência, descreveremos esse processo mais detalhadamente, salientando algumas designações mencionadas nos exemplos precedentes.

Tabela 4 - Modos de designação em LL

Designação	Memórias	Efeito de sentido
- “Coronelzin de saia ou de botina”	- Sobre o coronelismo, autoritarismo - A juventude muitas vezes não sabe como agir;	- Negativo à candidata LL, pois remete à ideia de que ela é autoritária; - Inexperiência;
- “Stalin de saias” - “é muito novinha e precisa aprender algumas coisas” - “coronel”		
- “riponga traíra”	- Pertencimento à movimentos como o Hippy, - Traição de uma ideologia.	- Não confiar em LL, pois ela pode te trair.
- sobre quem votou em LL: “Gays, sapatões...”	- Vinculação às minorias	Efeito de sentido negativo a LL, pois cita as minorias, no sentido pejorativo.
- “Gorda, drogada, mal-educada...” - “baleiane”	- Discussões sobre o corpo, na obsessão pelo corpo belo, esbelto, magro, quadro em que LL não se enquadra daí o efeito pejorativo.	Pejorativo com relação à LL.

Tabela 5 - Modos de designação em PS

Designação	Memórias	Efeito de sentido
“Patrícia ex-mulher de Ciro...” “Cid Gomes (...) irmão do ex-marido de Patrícia... ” “ Ex-mulher de Ciro...” “Ciro, ex-marido de Patrícia...” “ ex-mulher de Ciro candidata a prefeitura...” “ neta do já falecido...” “ ex-esposa de Ciro (...) ao lado de quem foi primeira-dama ”	- Vinculação de PS enquanto mãe, neta, esposa. (FD familiar).	Negativo à PS, pois evidencia sua posição-sujeito esposa, mãe, neta, e silencia sua posição política.
“filha da elite cearense”	- Vinculação aos que tem dinheiro e poder.	- positivos, no sentido de que o dinheiro e o poder podem influenciar nas tomadas de decisões; ou melhor, quem tem dinheiro e poder tem mais influências no meio político, etc. Ou negativos se pensarmos que se

		PS tem dinheiro, poderia não saber o que é passar dificuldades, não saberia olhar para a necessidade do povo, etc.
“bonita, mimada, (...) princesa do agreste, nunca precisou fazer a própria cama e até mal sabe fritar um ovo”	- relaciona a imagem de PS ao âmbito da beleza.	- negativo, se pensarmos que este enunciado soa como machista, vincula a candidata a outros campos diferente da política; e positivos quando se pensa que a mulher pós-moderna, pode exercer suas funções profissionais e também manter se preocupar com a aparência.

Considerando que entre as SDR's de análise da candidata LL haviam imagens, textos não-verbais, charges, faz-se importante pensar na identidade visual das candidatas, o que observamos a partir das inúmeras charges que compõem o *corpus* de análise. Os exemplos a seguir (L10 e L11) são charges, veiculadas no site O Povo *on-line*⁸³, no auge da disputa por apoios políticos, alianças, etc. Trata-se de um site de notícias e tem em uma sessão que contempla as charges, e a temática quase sempre é a política.



Imagem 6 - Charges postadas no site www.opovoonline.com.br

Primeiramente, diríamos que é possível notar que se trata dos candidatos LL, PS e Moroni, pelas características físicas, mesmo estes estando caricaturados. Além disso, no exemplo L11, está escrito nas camisetas dos candidatos o número de sua candidatura. No caso de LL, além da aparência física ser muito próxima (assim como PS), há o uso da cor predominante do PT, o vermelho, e também um brinco em forma de estrela vermelha, que é o maior símbolo do PT. Outro aspecto que depreendemos destes enunciados é que, no exemplo L10, Moroni se une a Patrícia, mas, ainda assim, quem está vencendo a brincadeira de

⁸³ Disponível em: www.opovo.com.br, acesso em: 25/09/08.

gangorra é LL, remetendo a um duplo sentido: a ideia de que ela seria mais forte politicamente, ou ainda que ela por estar acima do peso venceu esta brincadeira, ou seja, LL como sendo a ‘candidata de peso’ literalmente. No caso do exemplo L11, foi construído, ali, um cenário em que os candidatos estariam participando de uma corrida e, nesta, apesar dos candidatos Moroni e PS estarem presos (por seus cadarços de tênis), LL está à frente, ecoando o que as pesquisas já haviam demonstrado.

Podemos notar pelos exemplos algumas regularidades imagéticas nesses enunciados. Em LL, por exemplo, é ressaltado o fato de que ela estaria acima do peso, em oposição à Patrícia que está sempre em forma, dentro dos padrões de beleza. Podemos dizer, também, que, nos exemplos L10 e L11, há a reiteração ou a retomada da questão da formação de alianças e apoios políticos, da disputa das candidatas pelo apoio de políticos masculinos que, no caso dos exemplos acima, trata-se do também candidato Moroni (caso houvesse segundo turno). De certa forma, esses enunciados retomam outros como, por exemplo L12, (assinados pelo mesmo sujeito), veiculado em 2007. Assim, os exemplos L10 e L11, publicados na campanha eleitoral em 2008, é um retorno do exemplo L12 que, além de retomar esse aspecto visual das candidatas (reforçando sua identidade visual), destaca o aspecto de intrigas entre elas.

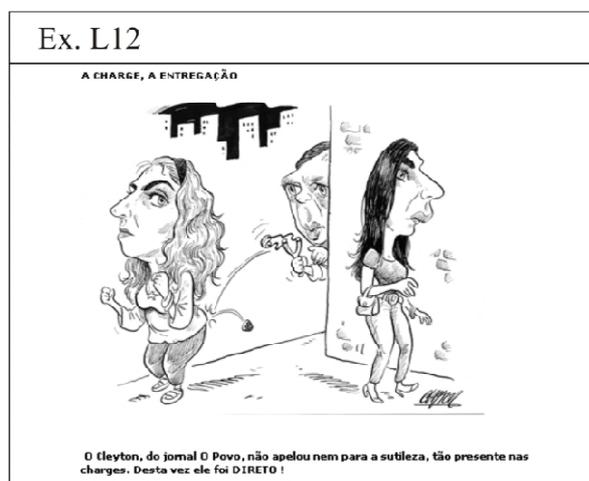


Imagem 7 – Charge postadas no blog coureausiara.blogspot.com. Acesso: 21/11/08.

Devemos considerar as condições de produção desta charge, que foi publicada em 2007, época em que, para viabilizar sua candidatura à prefeitura em 2008, Patrícia Saboya deixou o PSB (que apoiaria LL) e filia-se ao PDT. Quando PS cogitou a ideia de trocar de partido para concorrer à prefeitura junto à LL, esta em entrevista afirmou que tal candidatura estava sendo “orquestrada pelo senador Tasso Jereissati” do PSDB, partido que inclusive se ofereceu para acolher a senadora em seu partido.

Este exemplo foi evocado, como dissemos, para explicar as retomadas que os discursos dos exemplos L10 e L11 trouxeram para nós. No exemplo L12, há indícios que nos remetem à ideia de que esta charge reforça os discursos que circularam sobre a disputa das duas candidatas, mesmo antes das eleições, pois a mesma mostra um homem, que pela aparência visual, e pelas condições de produção, parece ser o político Tasso Jereissati, escondido, atirando uma pedra com um estilingue em LL, que não o vê e pensa ser PS a autora da intriga. Podemos dizer que LL é representada como nervosa, briguenta, ou como a que julga sem saber a verdade, etc. Em contrapartida, PS ocupa uma posição de vítima.

Diante dos discursos que versavam sobre as candidatas LL e PS (na mídia *on-line*), podemos dizer que os processos discursivos, em sua maioria, funcionaram de maneira a fixar representações negativas de mulher política, no acionamento de memórias por meio de processos designativos em PS, como sendo dependente da uma figura masculina no campo político. No caso de LL, de forma pejorativa sobre sua forma física, discursivizaram-na também como sendo autoritária, ou ainda vinculando-a de forma ofensiva e depreciativa à população *gay*. Assim, mesmo quando se quis atacar LL, reforçando certas memórias de PS, o processo acabou por surtir efeitos de sentidos negativos à própria PS.

4.3. Os modos de discursivização de Gleisi Hoffmann

“Sou sim, muito dura, cercada de homens meigos”. (Dilma Rousseff)⁸⁴

O segundo sujeito político feminino a ser analisado é a candidata do Partido dos Trabalhadores (PT) Gleisi Hoffmann (doravante GH). Uma política bastante conhecida no Paraná por já ter se candidatado a vários cargos eletivos e vem se consolidando como uma política de visibilidade no Estado. Nasceu em 1965, casada com Paulo Bernardo, atual ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, e mãe de dois filhos. Advogada, especialista em Gestão de Organizações Públicas e Administração Financeira. GH já foi secretária de Estado no Mato Grosso do Sul e secretária de Gestão Pública em Londrina no Paraná. Gleisi

⁸⁴ Esta é uma citação da fala da própria Dilma Rousseff, no seminário ‘mais mulheres no poder: uma questão de democracia’, em que a mesma ministrou uma palestra: “-“A ministra diz que ainda há muito preconceito contra a mulher, principalmente quando ela deixa o espaço doméstico ou subalterno para assumir posições importantes e de mando. ‘Aí ela passa a ser pintada como a figura da mulher dura, inflexível, autoritária’. E completou: ‘Sou sim, muito dura, cercada de homens meigos’, ironizou.”.

também integrou, em 2002, a equipe de transição de governo do presidente Lula, ao lado da ministra Dilma Rousseff e do ex-ministro Antonio Palocci. Com a vitória de Lula à Presidência da República em 2002, foi indicada ao cargo de diretora financeira da Itaipu Binacional, onde aprimorou os seus conhecimentos em gestão pública. Em 2006, foi candidata do PT ao Senado Federal pelo Paraná, porém não venceu por uma pequena diferença com relação ao seu concorrente. Em 2008, candidatou-se pelo PT à prefeitura de Curitiba.

Concorreram às eleições de 2008 os candidatos: Beto Richa (PSDB); Bruno Meirinho (PSOL); Fábio Camargo (PTB); Gleisi Hoffmann (PT); Lauro Rodrigues (PT do B); Maurício Furtado (PV); Reitor Moreira (PMDB) e Ricardo Gomyde (PC do B).

A eleição se firmou praticamente com o quadro: Beto Richa em primeiro lugar e GH em segundo. As pesquisas apresentadas durante a campanha já mostravam Richa na liderança e em seguida GH e este quadro foi confirmado com uma vitória nas urnas definida no primeiro turno, com 77% dos votos válidos para Beto Richa e 18,17%⁸⁵ para GH.

A disputa dos prefeituráveis durante a campanha se deu entre sujeitos do gênero masculino x feminino. Notamos que a questão do gênero é sempre determinante neste caso também, pois, apesar de aparentemente “não haver mais preconceito contra a mulher”, notamos que Gleisi, mesmo sendo uma mulher de visibilidade, o gênero masculino sempre aparece, mesmo que nas entrelinhas, o que se nota pelas designações feitas a ela. No caso da análise dos recortes sobre a candidata, percebemos que não houve muitos fatos polêmicos⁸⁶ ou de maior relevância durante a campanha. O que foi mais relevante no caso de Gleisi foram os modos de designação da candidata. Vale ressaltar que a disputa entre Gleisi e Richa foi (entre uma alfinetada e outra) nada muito agressiva. GH manteve sua postura séria, distinta, (diferente da candidata anterior LL que tem uma história de luta pelas minorias, por reivindicações de seus direitos, uma postura mais polêmica), e firme em suas proposições, com o intuito de ser a primeira prefeita “mulher” que Curitiba teria. Quanto a Beto Richa, é um candidato de renome no Paraná, filho de José Richa, ex-governador do Paraná, Beto Richa, foi duas vezes deputado estadual, foi prefeito de Londrina e Senador, ou seja, possui uma história política forte e nestas eleições disputa a reeleição.

Nessa conjuntura, o que para nós foi relevante foram os modos de designação com relação à candidata, na maioria das vezes, vinculada a uma figura masculina como, por exemplo, a designação “a mulher do ministro”.

⁸⁵ Fonte: divulgação do TSE pelo site www.tse.gov.br, acesso em 06/10/2010.

⁸⁶ Talvez pelo fato de que a candidata tem a fama de ser uma pessoa séria, distinta.

Quanto ao posicionamento das páginas referentes à candidata GH, na instância comunicativa de produção, notamos que com relação às 15 páginas, 04 são contra, 01 “neutra” e 10 posicionam-se a favor de GH. Na recepção, houve somente uma página com abertura para comentários com predominância a favor da candidata. Isto significa que, de maneira geral, os comentários positivos, ou a favor de GH, predominaram nos discursos que circularam na mídia *on-line* sobre a mesma.

Assim como na candidata LL, aqui também a temática geral é a eleição. Com relação ao âmbito pessoal, não foi bem explorado nestas eleições, porém identificamos, dois grupos bem marcados. Um deles se dá na esfera política, e o outro quanto à questão do gênero, como mostra a tabela abaixo:

Tabela 6 - Demonstrativo das temáticas desenvolvidas em cada página da Internet (Gleisi Hoffmman)

Item	TEMÁTICAS					
	Produção			Recepção		
	Político	Pessoal	Gênero	Político	Pessoal	Gênero
1			X	X		
2	X					
3			X			
4			X			
5			X			
6			X			
7			X			
8	X					
9	X					
10			X			
11	X					
12			X			
13			X			
14			X			
15			X			

Constatamos que das 15 páginas, na instância comunicativa de produção, 04 são relacionados *somente* a questões políticas e 11 foram classificados vinculados à questão de gênero, ou seja, enunciados que deixam transparecer a questão do gênero. Esses índices demonstram que, apesar de não classificarmos discursos com a temática no âmbito pessoal, a questão do gênero predominou nos enunciados sobre GH.

No caso específico de GH, apesar de não ter havido muita polêmica em torno dela, podemos dizer que houve um acontecimento discursivo em torno desta candidata, que foram os discursos que se referiam à discussão de que Beto Richa (seu principal adversário) governaria somente até 2010, ao contrário de GH que governaria até o fim do mandato. A candidata acusando o adversário, este se defendendo, negando, mas acabou assumindo posteriormente que era este mesmo seu plano. Os discursos em torno desta problemática possibilitaram as temáticas citadas anteriormente e desembocaram no que achamos mais relevante nesta candidata: os processos de designação de GH.

O exemplo a seguir trata-se de um texto publicado em um site de notícias⁸⁷, vinculado ao site UOL, em uma sessão intitulada “Eleições 2008”. Primeiramente, o texto inicia dizendo que GH preferiu se manter em silêncio ao tomar conhecimento de sua ascensão de cinco pontos na pesquisa do dia 01/10/08. Mais adiante, traz outro texto intitulado: “A culpa é do marido”, no qual diz que nos corredores, “nos bastidores da campanha, a petista Gleisi Hoffmann já começa a encontrar ‘culpados’ para o fraco desempenho nas eleições.” O texto relata que “**Gleisi teria comentado com um de seus assessores** que torce para chegar aos 30%...”

Ex. G13:

- “*A culpa é do marido*”

“nos corredores ela reclama muito da agenda, (...) e lamenta que o marido e ministro do planejamento, Paulo Bernardo, não tenha conseguido exercer sua influência para convencer o presidente Lula a participar de sua campanha, conforme havia sido anunciado.”

Partamos primeiramente das Condições de Produção que permeiam este enunciado. Todas as pesquisas feitas durante a campanha apontavam Beto Richa bem à frente de GH e, às vésperas das eleições, no dia primeiro de outubro, foi divulgado o resultado de uma pesquisa feita pela Datafolha, em que a candidata teve uma ascensão de 5 pontos, passando de 15% para 20%, e o declínio de Beto Richa, que desceu quatro pontos, passando de 72% para 68%. Diante disso, o jornalista desta instituição escreve este texto, mantém uma posição-sujeito contrária à GH. Vejamos que, no início do texto, ele diz que GH preferiu não comentar sobre o resultado da pesquisa, pois foi dito que GH “manteve-se em silêncio...” e reforçado nos seguintes termos “o silêncio da candidata...”. Assim, o texto nos remete ao universo do boato. Pois o enunciador não afirma que GH disse, que ela fez as afirmações enunciadas neste texto. Isso pode ser comprovado pela escolha lexical utilizada pelo autor nos bastidores, nos corredores e até mesmo na modalização que ele faz como no enunciado: “Gleise **teria** comentado...”, ou seja, por que não: Gleisi comentou, e sim Gleisi teria comentado? Essas modalizações nos indica, primeiramente, uma fonte não segura.

Outro aspecto é que essa contradição em que foi colocada GH, de silenciar, mas, depois, comentar (ainda que nos bastidores), a colocou em uma situação de fofoca, de comentários, o disse-me-disse, etc., ou, como diria o discurso patriarcal, coisas de comadres. Além do fato de que ela teria creditado a culpa ao marido pelo pouco sucesso na campanha, pois mesmo com sua influência, não conseguiu trazer Lula para sua campanha mais

⁸⁷ Notícia veiculada no site www.uol.com.br. Acesso em: 03/10/08.

efetivamente. O exemplo G13 nos remete à idéia de que GH precisava da influência de seu marido para que Lula a apoiasse. Essa afirmação marca uma posição-sujeito, inserido em uma FD machista, pois a vinculou ao marido.

Gleisi não comenta ascensão no Datafolha - 01/10/2008 - UOL Eleições 2008 - Curitiba - Mozilla Firefox

http://eleicoes.uol.com.br/2008/ubnoti Curitiba/2008/10/01/..#501461.#htm

A candidata do PT à prefeitura de Curitiba, Gleisi Hoffmann, manteve-se em silêncio sobre o resultado da pesquisa Datafolha, divulgado nesta quarta-feira (1º), que mostra a ascensão de cinco pontos da petista - de 15% para 20% - e a oscilação negativa de quatro pontos de Beto Richa (PSDB) - de 72% para 68%.

O silêncio da candidata, no entanto, não se estendeu aos coordenadores da campanha. O vereador e presidente municipal do PT, André Passos, distribuiu nota conclamando a militância a ir para as ruas nos últimos dias que antecedem a eleição. "A nossa campanha está indo muito bem e agora os institutos vão ter que ser curvar, porque, no domingo, veremos o resultado nas urnas e Gleisi no segundo turno", afirmou o petista, demonstrando otimismo, apesar dos 48 pontos percentuais de vantagem que Richa mantém sobre Gleisi.

De acordo com o diretor do Datafolha, Marcos Paulino, como esta é a primeira vez que Richa fica abaixo dos 70% na pesquisa estimulada - nas quatro pesquisas anteriores do instituto anotou 70%, 71%, 71% e 72% -, a conclusão é a de que Gleisi atraiu eleitores do tucano.

O diretor da Paraná Pesquisas, Murilo Hidalgo disse que o crescimento da petista, ainda que tardio, pode indicar uma tendência às vésperas do primeiro turno. "Tudo vai depender das pesquisas que serão divulgadas até o fim de semana", afirmou.

Hidalgo não acredita, no entanto, em uma reação que possa levar a disputa a um segundo turno. "O que os institutos de pesquisas afirmam até agora é a realidade das eleições. É claro que o choro é livre, mas os números não devem fugir do que foi divulgado até agora", concluiu.

A culpa é do marido

Nos bastidores da campanha, a petista Gleisi Hoffmann já começa a encontrar "culpados" para o fraco desempenho nas eleições. Nesta quarta-feira (1º) ao saber do crescimento de cinco pontos no Datafolha, Gleisi teria comentado com um de seus assessores que torce para chegar aos 30%, o que lhe garantiria a vaga para disputar o Senado em 2010.

Nos corredores, ela reclama muito da agenda que a obrigou a comparecer no lançamento de candidaturas de vereadores do partido e lamenta que o marido e ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, não tenha conseguido exercer sua influência para convencer o presidente Lula a participar de sua campanha, conforme havia sido anunciado.

Gleisi considerou pouco o depoimento de Lula levado ao ar no programa eleitoral e a mensagem telefônica do presidente usada pelo serviço de telemarketing da campanha. Segundo ela, "aquilo" mais atrapalhou do que ajudou.

A assessoria da candidata contesta as informações e diz que "a coordenação da campanha de Gleisi se sentiu muito prestigiada pelo presidente, já que foi a única, além de Marta Suplicy, que teve uma mensagem de telemarketing gravada pelo presidente". Em relação à agenda da candidata, a assessoria diz que "Gleisi se disponibilizou a incentivar e apoiar as candidaturas dos vereadores da coligação sempre que possível, participando de todos os eventos que pôde".

Imagem 8 – Gleisi não comenta ascensão no Datafolha

O próximo exemplo, G14, é um recorte de um texto⁸⁸, publicado na página, UOL eleições 2008, publicada em 14/09/08. Nesta matéria a temática são as questões políticas, vida política de GH, seus projetos, propostas, etc. Embora o texto esteja falando positivamente a respeito da candidata, resgatando fatos positivos de sua vida política, o enunciador inicia o texto falando de GH e, vinculando-a de ante-mão à figura de seu marido, como mostra o recorte abaixo:

Ex. G14:

- *“Única mulher a disputar a Prefeitura de Curitiba, a petista Gleisi Hoffmann, advogada, é casada com o bancário Paulo Bernardo, Ministro do planejamento...”*

Neste outro exemplo, publicado em 26/06/08, no site G1, pertencente à Rede Globo⁸⁹, o enunciador fala a respeito do apoio do PSC à candidatura de Gleisi, inclusive da desistência da candidatura de Ratinho Junior, para apoiá-la. Um dado interessante deu-se no fato de que foi registrado logo após o título: “PSC anuncia apoio a Gleisi Hoffmann, do PT, em Curitiba”, vinha à inscrição: *“Mulher do ministro Paulo Bernardo já conta com cinco partidos”*. Vejamos os recortes:

Ex. G15:

a - *“Mulher do ministro Paulo Bernardo já conta com cinco partidos”*

b- *“O Partido Social Cristão (PSC) anunciou nesta quinta feira (26) apoio à candidatura de Gleisi Hoffman (PT), mulher do ministro do planejamento, Paulo Bernardo, à prefeitura de Curitiba.”*

Nota-se que, neste exemplo, no recorte ‘a’, o enunciador nem mesmo citou o nome de Gleisi, simplesmente substituiu pela designação “mulher do ministro Paulo Bernardo”. Em seguida, como mostra o recorte ‘b’, ele cita o nome de Gleisi e logo após, apresenta a designação “mulher do ministro do planejamento”.

O mesmo fenômeno também ocorre no exemplo a seguir, um recorte de um texto publicado em 02/09/08, no *blog* Infinitopositivo. Este texto⁹⁰ trata da situação da disputa eleitoral entre GH e Beto Richa, mais precisamente, o texto critica as estratégias usadas por GH na campanha, posicionando-se a favor de Richa. Percebemos durante o texto, marcas que produzem sentidos negativos com relação à GH, como no recorte ‘a’, em que uma das possibilidades de produção de sentidos é a de que GH não foi muito inteligente ao afirmar

⁸⁸ veiculada no site www.uol.com.br, acesso em: 03/10/08.

⁸⁹ veiculada no site www.g1.globo.com, acesso em: 03/10/08.

⁹⁰ veiculada no *blog*: infinitopositivo, acesso em: 12/07/08.

que ‘não era contra o prefeito, era a favor de Curitiba’, pois, pela lógica, se Curitiba está a favor de Beto, então GH também estaria. Uma noção parecida com esta pode ser depreendida em outro trecho, quando fala do transporte, como mostra o recorte G16.b ao enfatizar que quanto ao transporte, suas propostas foram “desprovidas de criatividade”. Por fim, o recorte ‘c’ traz uma nota de rodapé explicando quem é a candidata GH, onde novamente sua figura atrelada ao marido.

Ex. G16:

a- *“a campanha começou no surrado estilo ‘paz e amor’. Gleisi dizia nas primeiras inserções da propaganda no rádio e na TV que ‘não era contra o prefeito, era a favor de Curitiba’. Quando a ficha da lógica caiu na cabeça dos marketeiros, eles devem ter concluído o óbvio. Se 70% aprovam a candidatura de Richa, significa que entendem que sua administração é boa para o município e, neste panorama, a candidata frisar que é ‘a favor da cidade’ é concordar com a maioria que quer eleger Beto.”*

b- *“desprovida de criatividade, ela ataca o serviço. Não promete melhorias através de mudanças estruturais, mas redução de tarifa. Perceberam? Hoje o serviço não presta, todavia, num eventual governo do PT, apenas com a tarifa menor (???), passará a ser ‘modelo’.”*

c- *“Gleisi Hoffman é **mulher** do ministro do Planejamento Paulo Bernardo (PT – PR) e trabalhou no governo de Mato Grosso do Sul e na Binacional Itaipu.”*

Por fim, o último exemplo trata-se de uma notícia⁹¹, que faz parte, na verdade, de um texto do *corpus* da candidata Luizianne Lins, porém, como em um dos textos desta mesma página, citava o nome de Gleisi, decidimos situá-la aqui. Esta página é na verdade um recorte de uma notícia do jornal O Globo sobre a mulher na política, dentre elas, Patrícia Saboya, Luizianne, Gleisi. A notícia intitula-se: “Mulheres entram na arena eleitoral dispostas a driblar preconceito”. O enunciador inicia o texto refletindo sobre o preconceito que as mulheres políticas têm enfrentado e exemplifica com os casos de LL e PS, em Fortaleza. Em seguida começa a discursivizar sobre GH e afirma:

Ex. G18:

- *“apelidada pelos adversários de ‘Barbie do PT’ pela loirice e pela beleza, a economista Gleisi Hoffmann, em Curitiba enfrenta o mesmo preconceito, por ser **mulher do ministro do planejamento, Paulo Bernardo**. Além de provar que não é só um rosto bonito ou que se aproveite da influência do marido, ela terá que bater o espetacular índice de aprovação, do atual prefeito, Beto Richa, do PSDB, acima dos 60%.”*

⁹¹Trata-se aqui de um documento em formato PDF disponível no endereço: http://aurora.proderj.rj.gov.br/resenha/resenha-imagens/2008-06-29_00071_page00001.pdf. Acesso em: 03/10/08.

Vislumbra-se aqui a retomada dos discursos citados anteriormente sobre a questão de GH ser bonita e loira, o que resultou na designação pelos seus adversários de ‘Barbie do PT’, evocando a ideia de que a mesma é bonita, mas serve somente para enfeite, etc. Nota-se nesta designação marcas de preconceito alheio, na voz do outro, trazida aqui pelo enunciador do *site*. Observamos também, uma espécie de resposta às insistentes designações feitas à ela sobre ser casada com o ministro do planejamento, o que segundo a notícia, tem seus pontos positivos, mas também os negativos, como aponta o recorte com a fala de GH: “*Ser mulher do ministro ajuda e atrapalha. Vou ter que me esforçar muito.*”

Nesses exemplos, assim como ocorreu com Patrícia Saboya (adversária de LL), a maioria das designações referentes à GH a vincularam à figura do marido, o ministro do planejamento Paulo Bernardo. Além disso, o exemplo G13, além de apresentar designações que a vinculam ao marido, traz comentários de que a própria candidata lamenta que o marido não tenha conseguido exercer sua influência para ter o apoio de Lula em sua campanha, outra figura masculina de grande influência, como ressaltado anteriormente. Nessa perspectiva, é como se a candidata precisasse necessariamente ter o apoio de uma figura masculina para legitimar sua candidatura. Poderíamos assinalar, também, que a candidata GH estaria inserida em uma Formação Discursiva familiar, assim como pôde ser evidenciado pelos exemplos anteriores desta candidata, no qual ela enquanto sujeito, fala, a partir desta posição, de forma mais séria, mais recatada, diríamos até um tanto patriarcalista, pois, apesar de ser a candidata uma mulher que trabalha fora, que luta pelos ideais das mulheres, com características da mulher pós-moderna, ao mesmo tempo a mídia ainda a representa atrelada aos laços familiares, patriarcal, pois vincula seu nome ao marido. Concluímos as análises dessa candidata pontuando que os fatores supracitados podem ser melhor evidenciados observando-se a tabela 7 a seguir, que apresenta a síntese de algumas das designações relativas a candidata GH.

Tabela 7 - Modos de designação de GH

Designação	Memórias	Efeito de sentido
“mulher do ministro”	- Vinculação de GH enquanto esposa. (FD familiar).	Negativo à PS, pois evidencia sua posição-sujeito esposa, e silencia sua posição política.
“é casada com o bancário Paulo Bernardo, ministro do planejamento...”		
“a mulher do ministro...”		
“desprovida de criatividade”	- Inferiorizando a capacidade intelectual da candidata	- negativo pois remete à incapacidade de governança.
“Barbie do PT...”	- relaciona a imagem de PS ao âmbito da beleza.	- negativo, se pensarmos que este enunciado soa como machista, vincula a candidata a outros campos diferente da política; e positivos quando se pensa que a mulher pós-moderna, pode exercer suas funções profissionais e também manter se preocupar com a aparência.

4.4. Os modos de discursivização de Marta Suplicy

“Se a mulher é gentil e doce, classificam de incompetente. Se é firme e forte, chamam de arrogante. Se tem poder então vira insuportável.”(Marta Suplicy)⁹²

O terceiro sujeito a ser analisado é Marta Suplicy (doravante MS), candidata pelo Partido dos Trabalhadores (PT- São Paulo). Nascida em 1945, filha de Luís Afonso Smith de Vasconcelos (filho do terceiro barão de Vasconcelos e neto do industrial Alessandro Siciliano) e de Noemia Fracalanza, casou-se em 1964 com Eduardo Matarazzo Suplicy (bisneto de Francesco Matarazzo e pertencente a tradicional família Matarazzo). Tem três filhos, João, André e Eduardo (o cantor Supla). Divorciou-se em 2001, mas manteve o sobrenome com o qual se tornou conhecida. Casou-se em 2003 com o franco-argentino Luis Favre, separando-se, em fevereiro de 2009. MS teve marcada atuação na política estudantil, notadamente contra o governo militar. Formada em Psicologia na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, fez pós-graduação na Universidade de Stanford em 1973. Na década

⁹² Frase retirada de uma entrevista de Marta concedida à Revista Veja, e que posteriormente foi publicado no blog www.blogdofavre.ig.com.br, acesso em: 05/11/2008.

de 1980, ancorou um quadro sobre sexualidade no programa TV Mulher, da Rede Globo, momento em que, após a ditadura militar, era possível falar no assunto, até então banido da mídia. Mesmo assim, o programa provocou polêmica e reações por parte de setores conservadores.

Em sua carreira política filiou-se ao PT em 1983, de 1995 a 1998 foi deputada federal em São Paulo. No Legislativo, foi autora de vários projetos de lei, como a Parceria Civil Registrada entre pessoas do mesmo sexo, a obrigatoriedade da cota mínima de 25% de mulheres na lista de candidatos às eleições que obedecerem ao sistema proporcional. Em 2000, foi eleita prefeita da cidade de São Paulo pelo PT, em 2004 disputa a reeleição à prefeitura de São Paulo, mas é derrotada por José Serra. Em 2007, assume o cargo de ministra do Turismo no segundo mandato do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Em 2008, deixa o ministério do Turismo para concorrer à prefeitura de São Paulo.

A corrida eleitoral em São Paulo também foi bem movimentada, assim como em Fortaleza, porém o clima foi um pouco mais ‘caloroso’, que o percorrido durante o primeiro e segundo turno. Os candidatos inscritos foram: Anai Caproni - PCO ; Ciro Moura - PTC; Edmilson Costa - PCB; Geraldo Alkmin (PSDB – PTB – PSL – PSDC – PHS); Gilberto Kassab (DEM – PMDB – PR – PV – PSC – PRP); Ivan Valente (PSOL-PSTU); Levi Fidelix (PRTB), Marta Suplicy (PT – PCdoB – PSB – PDT – PRB – PTN); Paulo Maluf (PP); Renato Reichmann – PMN; e Soninha (PPS). Tivemos três mulheres prefeituráveis em São Paulo. O resultado do primeiro turno levou os Candidatos Gilberto Kassab, que obteve 33,61% dos votos válidos, e MS, com a obtenção de 32,79% dos votos para o segundo turno. As alianças políticas firmadas para esta nova etapa foram: apoiaram Gilberto Kassab os partidos PR, PMDB, PRP, DEM, PV, PSC, e Marta Suplicy teve o apoio dos partidos PT, PCdoB, PDT, PTN, PRB, PSB.

Observa-se que em São Paulo, a disputa maior se deu entre MS e Gilberto Kassab, respectivamente, *feminino* contra *masculino*, e que as questões pessoais e de gênero foram a maioria (de maneira geral, as polêmicas em torno da candidata MS se deu no segundo turno). A disputa foi para o segundo turno, período este em que afloraram ainda mais a invasão para outras esferas que não a política. Nota-se, entretanto, que diferentemente de LL, o que ficou mais evidente na campanha de MS, até mesmo por ser mais discursivizada pela mídia, foi a questão dos acontecimentos discursivos surgidos a partir de fatos políticos que possibilitaram discursos com as temáticas citadas anteriormente, permeadas pelo interdiscurso, além de se tratar de outra realidade, com situações diferentes, adversários do gênero masculino. Antes da análise em si, apresentaremos, conforme feito ao tratar as candidatas anteriores, alguns dados

quantitativos do *corpus* da candidata Marta, para assim chegarmos às sequências discursivas de referência (SDR's), que serão analisadas efetivamente.

Com relação ao posicionamento da mídia quanto à instância comunicativa de produção, notamos, em um gesto interpretativo que, com relação às 71 páginas da internet que fazem parte do *corpus* de MS, 19 são “neutros”, 17 posicionam-se a favor da candidata e 35 são contra, um número elevado para quem está concorrendo a uma eleição. Com relação à instância comunicativa de recepção, por se tratar de uma candidata polêmica, e que nesta instância de comunicação os leitores/internautas interagem exprimindo suas opiniões, sem muitas regras ou limites, inclusive de identificação de quem comenta, notamos que a maioria dos comentários era contra MS e apresentavam um tom agressivo, pejorativo com relação à candidata. Na leitura discursiva dos comentários, de 13 páginas que continham comentários, 09 eram predominantemente contra, nenhum “neutro” e 04 a favor da candidata MS. Esses índices nos mostram que a predominância do posicionamento da mídia *on-line* tanto na produção quanto na recepção, é negativa contra a candidata. Com relação à temática, identificamos nos enunciados sobre MS três grupos bem marcados: quanto à política em si⁹³, quanto ao âmbito pessoal e quanto ao gênero⁹⁴, conforme demonstra a tabela a seguir:

Tabela 8 - Demonstrativo das temáticas desenvolvidas em cada página da Internet (Marta Suplicy)

Item	TEMÁTICAS					
	Produção			Recepção		
	Político	Pessoal	Gênero	Político	Pessoal	Gênero
1			X			
2			X			
3			X			
4		X				
5		X				
6		X				
7		X				
8		X				
9		X				
10	X				X	X
11		X				
12	X					X
13			X			
14	X					
15			X			
16			X			
17		X				
18			X			
19	X					
20	X					
21			X			
22		X				
23		X	X		X	X
24		X				X
25		X				X

⁹³ Relacionadas às eleições 2008; pesquisas ou sobre a vida política de MS.

⁹⁴ Classificamos aqui enunciados que deixam transparecer, de uma forma ou de outra, a questão do gênero permeando esses discursos.

Tabela 8 - Continuação

Item	TEMÁTICAS					
	Produção			Recepção		
	Político	Pessoal	Gênero	Político	Pessoal	Gênero
26		X				
27		X				
28		X	X			
29		X				
30		X				
31		X				
32		X				
33		X	X			
34		X	X			
35		X				
36		X			X	X
37			X			
38		X	X			
39		X				
40		X				
41	X			X		
42		X				
43		X				
44		X				
45		X				
46		X				
47		X				
48			X			
49			X			
50		X			X	X
51		X			X	X
52	X			X		
53		X	X			
54	X					
55			X			
56	X					
57			X			
58	X					
59		X				
60			X			
61	X					
62		X	X			
63		X	X		X	X
64		X	X		X	X
65			X			
66		X	X			
67			X			
68	X	X				
69		X	X			
70			X			
71			X			X

Salientamos que, assim como nas candidatas precedentes, dos três campos acima, tanto na produção como na recepção, somente o político foi tomado separadamente, (para que pudéssemos ter uma visão de como essas candidatas seriam discursivizadas, se só no âmbito político ou se em alguma outra esfera). Sendo assim, em alguns enunciados dos campos pessoal e de gênero, pode ter havido a recorrência a outras esferas simultaneamente. A tabela acima nos mostra que, na produção, das 71 páginas, somente relacionados a questões políticas, foram 11 enunciados. Quanto à instância pessoal, foram 42 e relacionados a questões de gênero, 29 enunciados. Com relação à recepção, das 12 páginas que continham comentários, apenas 02 situavam-se *somente no campo político*, 08 no campo do

acontecimento discursivo/ âmbito pessoal, e 12 páginas relacionadas à questão do gênero. Isso significa que a discursivização desta candidata, assim como nas outras já analisadas, ainda ocorre com a vinculação desta a outros campos, pois, como pudemos observar, a quantidade de páginas que continham a temática somente no âmbito político era mínima, o que ocorreu na maioria das páginas foi a vinculação às esferas pessoais e a questões de gênero.

O fio condutor de nossas investigações é a questão do gênero. Nesta candidata também houve fatos políticos desencadeando acontecimentos discursivos, possibilitando discursos classificados, dentre outras temáticas, na de gênero. Desta forma, torna-se produtiva uma reflexão sobre a ocorrência desse fenômeno e a produção de sentidos possibilitada a partir dele.

Particularmente no caso de MS, os enunciados que remeteram à questão do gênero foram mais numerosos que os do âmbito político. Porém, os relacionados ao âmbito pessoal, gerando acontecimentos discursivos, se sobressaíram pelo fato destes terem possibilitado a produção de sentidos negativos com relação à candidata MS. Diante do exposto, percebemos a importância da noção de acontecimento discursivo na compreensão do funcionamento desses discursos e seus efeitos de sentido. Um fato político que ocorreu durante a campanha, que possibilitou um grande número de enunciados a partir dele, foi a produção e veiculação de uma peça publicitária, feita pela equipe de MS, na qual haviam vários questionamentos sobre o candidato concorrente, Gilberto Kassab, e no final da mesma perguntava-se: “É casado? Tem filhos?”. Este fato foi muito discutido, noticiado, criticado, discursivizado pela mídia, tomando proporções de acontecimento discursivo. Esse processo de discursivizar o fato foi permeado pelo interdiscurso, trazendo à tona memórias sobre a candidata Marta, com deslocamentos, filiadas a outros campos, que demonstraremos mais adiante. Primeiramente, se faz necessário analisar a peça publicitária, visto fazer parte do *corpus*, também, e ter a mesma desencadeado inúmeros outros enunciados.

A propaganda em questão é uma espécie de vídeo⁹⁵, em que há um locutor, que se dirige aos espectadores/eleitores, fazendo-lhes nove perguntas relacionadas ao candidato adversário de Marta, Gilberto Kassab:

⁹⁵ Vídeo postado no *website Youtube* em 13 de outubro de 2008. A peça completa pode ser vista neste mesmo site até a presente data.

- 1- *“Você sabe mesmo quem é o Kassab?”*
- 2- *Sabe de onde ele veio?*
- 3- *Qual a história de seu partido?*
- 4- *De quem foi secretário e braço direito?*
- 5- *De quem esteve sempre ao lado, desde que começou na política? Se já teve problemas com a justiça?*
- 6- *Se melhorou de vida depois da política?*
- 7- *É casado?*
- 8- *Tem filhos?*
- 9- *Já que ele não informa nada, não é mais prudente se informar sobre ele? Para decidir certo, é preciso conhecer bem.”*

Podemos notar já na primeira pergunta certo tom de ironia. A impressão é de que o locutor supõe que o eleitor “acha” que conhece a vida do candidato Gilberto Kassab, daí a pergunta “*you know **Mesmo** ...*”. Em outras palavras: será que o eleitor sabe mesmo quem é Kassab? Temos aí uma cena enunciativa em que o locutor tenta instigar no eleitor a dúvida, a vontade de saber mais sobre a vida de Kassab.

No plano visual, durante a exposição das questões, temos a imagem de Kassab inicialmente apresentada por uma perspectiva muito próxima, impedindo a identificação de um rosto e de que este rosto é de Kassab, como mostra o *frame 1* da Imagem 10⁹⁶ a seguir:

Entretanto, na medida em que as perguntas são feitas pelo locutor, a imagem vai tomando uma distância, até se colocar em uma posição tal que possibilita o reconhecimento da imagem do candidato. O momento em que é focalizado o rosto de Kassab coincide justamente com as perguntas mais polêmicas da propaganda: “*É casado? Tem filhos?*”, o que pode ser observado no *frame 9*. O locutor ‘faz um jogo’, como se o espectador não soubesse quem realmente é Kassab, pois, visualmente falando, no *frame 01*, não é possível identificar se tratar de Kassab. Essa conclusão só é possível ao término de todas as perguntas, onde se visualiza o rosto do mesmo por completo.

O aspecto visual, o ângulo, as sequências verbais estão dispostas de forma a articular a imagem de Kassab às razões de sua focalização, de uma posição-sujeito, como no momento em que as perguntas polêmicas são proferidas, a imagem que é mostrada é a do rosto de Kassab.

⁹⁶ A Imagem 9 contempla os *frames* (imagens fixas de um produto audiovisual) das principais imagens que compõem o vídeo em questão.

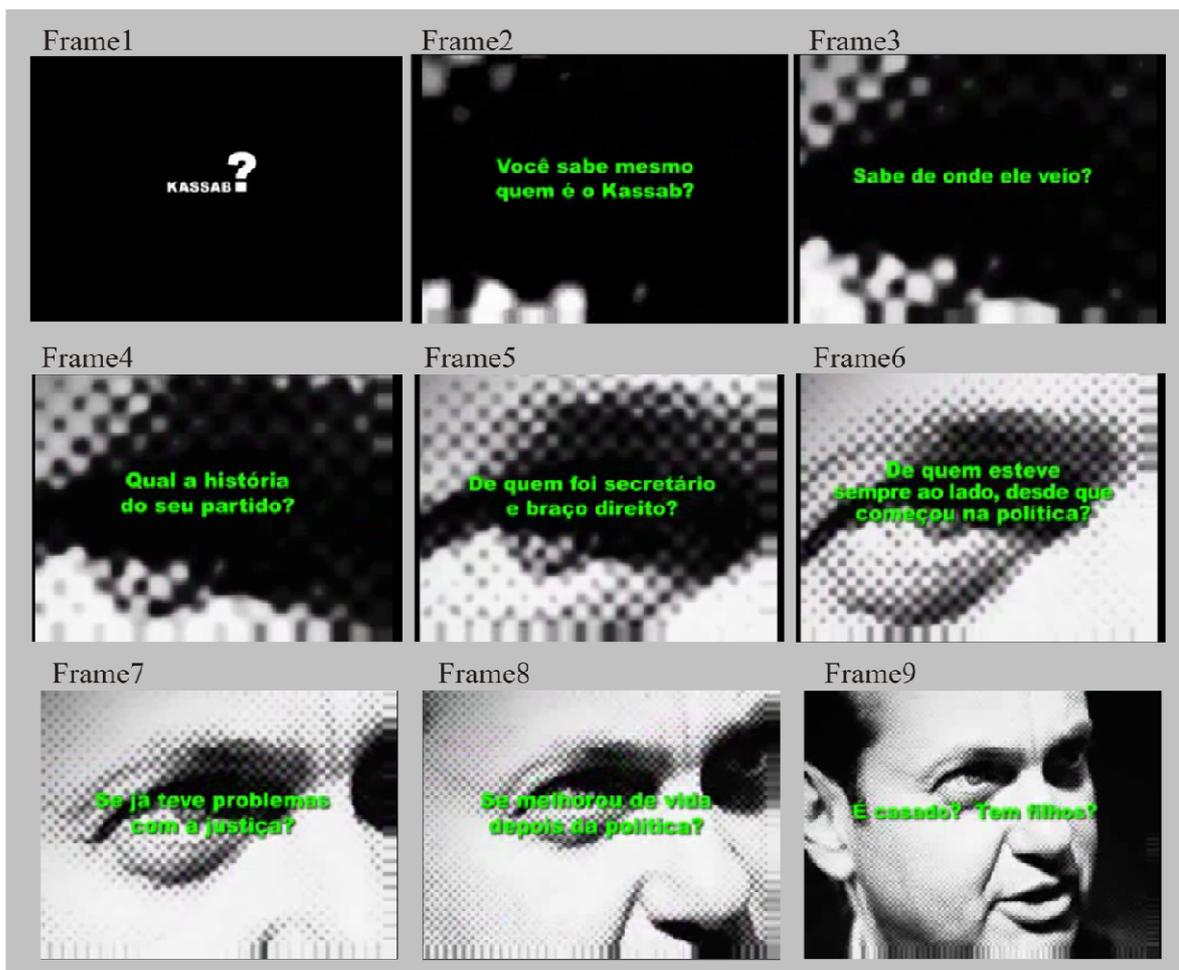


Imagem 9 – Frames “É casado? Tem filhos?”

Em primeiro lugar, devemos nos perguntar, como diria Foucault: Porque essas perguntas e não outras? E, ainda, porque das nove questões, duas foram comentadas, repetidas inúmeras vezes, interpretadas, questionadas e as outras não? Quais as condições de produção desta peça? Como já pontuamos, a peça foi veiculada durante as eleições municipais de 2008, no início do 2º turno, na corrida eleitoral, no calor das eleições, com ambos os candidatos na loucura por conquistar mais votos, alianças.

Notamos que a propaganda está remetendo à história de Kassab (ao seu passado). As questões de 01 a 06 referem-se à vida política do candidato, porém, mais especificamente as de número 07 e 08, remetem, como disse o próprio Kassab, em resposta à propaganda de Marta, “a questões de foro íntimo”. Na verdade, o que circulou na mídia sobre esta propaganda foi o fato de que as questões polêmicas não diziam respeito ao estado civil de Kassab e sim tratava-se de preconceito, ou seja, não interessava realmente saber se Kassab é ou não casado; o que importava era propor a dúvida no ar sobre o candidato ser ou não

homossexual. Em um gesto interpretativo, podemos dizer que houve aí um deslocamento de sentidos, que colocou em dúvida a opção sexual do candidato.

Pensando a linguagem como prática significativa, como efeito de sentidos entre interlocutores e nos efeitos de sentidos possíveis nesta peça publicitária, há indícios que nos levam a pensar que o sujeito enunciador desta publicidade ocupa uma posição que possibilita sentidos que insinuem uma possível homossexualidade de Gilberto Kassab. Nessa perspectiva, podemos afirmar que houve uma “falha”, um deslize, visto que as referidas perguntas caminham em uma direção contrária à trajetória de Marta, que sempre defendeu a liberdade sexual, falou em defesa das minorias contra vários tipos de preconceitos, enfim, uma mulher a frente de seu tempo. Sendo assim, identificamos na propaganda um sujeito que ocupa uma posição-sujeito, que fala de um lugar, inserido em uma formação discursiva que vê o homossexualismo como características negativas para um futuro prefeito. Como explicar esse fato, se Marta diz não ser preconceituosa? Por que ela, a sexóloga, a favor da liberdade sexual veiculou tais perguntas ao seu adversário? Seria um atravessamento? Um sujeito clivado?

Tomando a noção de sujeito dividido, clivado da AD, suponhamos que o sujeito enunciador fosse a candidata Marta Suplicy. Neste caso seria visível um sujeito dividido, atravessado que, apesar de pertencer a uma formação discursiva liberal, demonstra certo preconceito, o que se supõe, pelas perguntas elaboradas, que produziu sentidos que sugerem que o candidato Kassab seria homossexual. Neste caso, podemos considerar a presença de Formações Discursivas como a FD Conservadora (que soou como preconceituosa com relação ao homossexualismo) atravessando a formação discursiva a qual pertence à candidata Marta Suplicy, de mulher liberal⁹⁷. Em outra perspectiva, poderíamos dizer que o enunciador poderia ser o marqueteiro de Marta, João Santana, responsável pela peça, e não Marta Suplicy, que nesta hipótese poderia ter uma opinião diferente do enunciador. A própria Marta Suplicy disse em entrevista que “*não sabia de perguntas sobre a vida de Kassab*”. Ela afirma que “*compete ao marqueteiro tirá-las do ar*”. Nestas afirmações Marta se exime de toda e qualquer culpa depositada nela. Neste caso, poderíamos dizer que o enunciado foi organizado de uma posição-sujeito que preservasse a imagem de Marta, mesmo porque ela diz não ter conhecimento das perguntas. Com relação a essas duas possibilidades, a mídia veiculou as duas vertentes, porém é necessário observar que, mesmo a candidata MS justificando-se e

97 Percebe-se também neste âmbito o jogo com a noção de corrupto/ladrão, pois quando insinua que o candidato esconde a opção sexual, poderia esconder outras coisas também, como, por exemplo, o roubo do dinheiro público, desvio de verbas, etc, o que não é uma característica interessante para um futuro prefeito.

afirmando desconhecer as perguntas, de uma forma ou outra, ela “deveria saber”, uma vez que é a imagem dela que está em jogo.

Outro aspecto importante a se pensar é: Com que outros discursos esta propaganda dialoga? A veiculação desta propaganda, além de dialogar com enunciados anteriores, também deu margem a inúmeros enunciados, versando sobre a postura de Marta. Quanto a enunciados passados, podemos dizer que a questão da opção sexual de Kassab é tema de discussões antigas. Quando concorreu para deputado federal, já se comentava da sua relação com seu colega Rodrigo Garcia, candidato a deputado estadual na mesma eleição. Ricardo Aoki, no site “<http://verbeatblogs.org/biajoni/>”, comenta o episódio e lembra a musiquinha: “*Quem sabe sabe, Estadual é Rodrigo, Federal é Kassab*”.

A sociedade pós-moderna é a sociedade da “Imagem”, da “Mídia”. Sendo assim, a própria mídia tem o poder de transformar um acontecimento em um espetáculo. A mídia não é imparcial, neutra, como a própria se rotula. Ela fala também de uma posição, segundo uma formação discursiva. A peça publicitária de Marta foi explorada à exaustão pela mídia. Houve, de certa forma, o que poderíamos chamar de “espetacularização” do acontecimento (e na grande maioria dos casos, a mídia falou de uma formação discursiva veiculando sentidos preconceituosos em relação à candidata). Contra Lula, em 1989, às vésperas das eleições presidenciais, houve uma espetacularização parecida com a que a campanha de Marta fez. Neste caso, o então adversário de Lula, Collor de Mello, mostrou a ex-mulher de Lula, Mirian Cordeiro, acusando-o de tê-la induzido a abortar uma filha, oferecendo-lhe dinheiro. A mídia, sem ao menos averiguar a veracidade do fato, neste caso, não tratou a atitude de Collor como sendo “baixaria”, ao contrário, o nome que deram para tal atitude foi “*o direito de saber*”. Inclusive o jornal *O Globo* de 14 de dezembro de 1989 publicou a seguinte nota sobre o fato: “*O povo brasileiro não está acostumado a ver desnudar-se a seus olhos a vida particular dos homens públicos... A prática da democracia recomenda que o povo saiba tudo o que for possível saber sobre seus homens públicos, para poder julgar melhor na hora de elegê-los*”. Já no caso da propaganda da campanha de Marta, o fato chamou-se “*invasão da vida particular*”. Outro episódio que vale a pena citar ocorreu em 2004, na véspera das eleições municipais de São Paulo. Neste, a mídia também não se assustou com a atitude do candidato José Serra, que veiculou em sua campanha um panfleto intitulado “*Dona Marta e seus dois maridos*”, insinuando que a mesma tinha um caso com Luis Favre - seu atual marido - quando ainda estava casada com Suplicy. Isso nos remete a pontuar um fenômeno interessante, pois apresentar ou denunciar um fato da vida privada de um candidato toma estatutos diferentes dependendo de quem se vai enunciar. Neste sentido é possível identificar na FD midiática o

confronto de duas posições discursivas: quando se adentra na vida privada dos partidos de esquerda, a FD midiática assinala que o fato é um “direito” do povo de saber sobre seu futuro candidato. De outro lado, quando quem adentra na vida privada é o partido dos trabalhadores enunciando contra os partidos de direita, ou seja, quando se fala de um candidato de direita, a mesma pontua que o fato é uma invasão da vida particular do candidato.

Voltando à propaganda de Marta Suplicy, o fato de o enunciado falar do passado do candidato não foi um ponto positivo para a candidatura de Marta. O que marcou neste caso foi a interpretação que circulou na mídia ou os efeitos de sentidos que foram produzidos a partir da circulação da peça, colocando-a como sendo preconceituosa, em função das famosas perguntas, e o candidato Kassab como sendo a vítima de tal situação.

Consideramos produtivo mobilizar aqui a noção de *sobreasseveração*, conforme definida por Maingueneau (2008a), em que há enunciador que condensa uma mensagem forte, induzindo uma tomada de posição. Há um trabalho que evidencia um enunciado que foi dito por outro enunciador - ou melhor, a parte que lhe convém - caracterizando, de certa forma, uma tomada de posição no interior de um conflito de interpretações. Em outras palavras, o enunciador, o jornalista ou o proprietário do *blog*, ao selecionar ou recortar um fragmento da fala do outro, interpreta essa fala e no mesmo processo acaba direcionando o leitor a aderir a essa interpretação. Quando o enunciador destaca um fragmento, em detrimento dos outros, está direcionando, implicitamente, os sentidos inerentes. Esse conceito da *sobreasseveração* se fez importante neste momento, se considerarmos que, no *corpus* referente à candidata MS, relacionado ao acontecimento discursivo relativo à peça publicitária em questão, das nove perguntas constantes na peça, somente duas foram retomadas, discutidas e discursivizadas à exaustão. Neste processo, grande parte dos textos e notícias sobre a peça retomavam somente as perguntas: “*É casado? Tem filhos?*”. Poderíamos dizer que esse recorte feito pelos enunciadores evidenciou a posição-sujeito que eles ocupam, pois direcionaram os sentidos⁹⁸ contra a candidata MS, colocando-a em uma posição de preconceituosa, etc. Assim, “É como se os profissionais das mídias (produtores ou consultores em comunicação) indicassem discretamente os fragmentos que desejam serem retomados.” (Maingueneau, 2008a, p. 83). Com capacidade para construir ou desconstruir a imagem de quem se fala, como pode ser observado na imagem 10, em que onde identificamos, em diferentes páginas, o fenômeno da *sobreasseveração*, na retomada das perguntas polêmicas.

⁹⁸ Na medida em que evidenciaram as perguntas polêmicas, e silenciaram as outras sete perguntas que diziam respeito ao passado político do candidato Gilberto Kassab.

O que é isso, companheira?

"BRASÍLIA - O que a psicóloga e sexóloga Marta Suplicy pensa da propaganda eleitoral da candidata Marta Suplicy? Esta é a pergunta que não quer calar, depois que a sua campanha na TV recomeçou no domingo com uma provocação venenosa, carregada de insinuações e de preconceito: Gilberto Kassab, do DEM, [é casado? Tem filhos?](#)

PRECONCEITO DE MARTA SUPLICY CAUSA REAÇÃO DENTRO DO COMITÊ DELA

SÃO PAULO - Os questionamentos sobre a vida pessoal do prefeito Gilberto Kassab (DEM) [no programa de TV da candidata Marta Suplicy \(PT\)](#) provocaram reações negativas até dentro da campanha petista. Nesta segunda-feira, o Comitê de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais (LGBT) da campanha de Marta anunciou a suspensão das atividades, em represália à peça publicitária que pergunta se Kassab [é casado e tem filhos.](#)

A segunda geração dos aloprados do PT empurrou Marta Suplicy para a lixeira da eleição municipal de 2008. A derrota dela parecia certa desde o fim do primeiro turno. Ai os novos aloprados produziram um [comercial](#) de televisão perguntando se Gilberto Kassab [era casado e tinha filhos.](#) E aí...

Gilberto Kassab diz que Marta faz campanha de baixo nível

O prefeito de São Paulo e candidato à reeleição, Gilberto Kassab (DEM), afirmou nesta terça-feira que propaganda do PT questionando sua vida pessoal é de "baixo nível" e [isola a adversária](#) Marta Suplicy (PT) na disputa. O democrata participou hoje do ciclo de sabinas da **Folha**.

Desde domingo (12), a campanha da petista veicula na TV uma propaganda em que questiona se o candidato do DEM [é casado e se tem filhos.](#) A inserção eleitoral gerou polêmica até mesmo dentro do PT, onde dirigentes consideraram o comercial ofensivo. Em sabinas ontem, Marta [negou](#) que a intenção tenha sido polemizar a vida pessoal do oponente.

Imagem10– Recortes de páginas da Internet que remeteram à questão: “É casado? Tem filhos?”

Outro aspecto importante neste caso se faz no seguinte questionamento: Que possíveis identidades puderam ser construídas de Marta pela produção de sentidos realizados através da propaganda? Pela repercussão que a propaganda teve, diríamos que na maioria dos casos sou como preconceituosa, até mesmo na fala de alguns “companheiros” de partido. Quanto a

Kassab, poderíamos supor que a propaganda proporciona sentidos que mostram o candidato como sendo homossexual, vítima de preconceito, ou ainda vítima de mentiras e calúnias.

O que realmente nos intrigou foram os discursos que surgiram a partir desta peça publicitária e que remeteram a outros campos, acionando o interdiscurso sobre MS. Analisaremos a seguir alguns desses enunciados, que agrupamos por uma série (M19, M20, M21, M22, M23, M24, M25, M26) por se tratar do mesmo acontecimento discursivo.

O primeiro desta série é o exemplo M19⁹⁹, publicado em 13/10/08, no auge das discussões sobre a polêmica da peça publicitária: “É casado? Tem filhos?”. O enunciador posta um texto, de sua autoria, intitulado: “2º turno em SP – Marta apela pra baixaria”, no qual, após o título, é disponibilizado o vídeo da peça publicitária, de forma que o internauta possa assisti-lo, se preferir, antes da leitura do texto verbal. Porém, antes mesmo da leitura do texto, indiretamente, o título do texto verbal já funciona como direcionador dos sentidos, possibilitando efeitos de sentido quando usa o termo “baixaria” logo no título da postagem. Em seguida, é inserido o texto criticando a peça publicitária e a candidata e até o partido dos trabalhadores por tal fato. Ressalta-se que o posicionamento deste site é claramente contra a candidata. O enunciador finaliza o texto dizendo: “Dêem uma olhadinha no vídeo aí acima. **Que vergonha, dona Marta!**”, que acaba remetendo à obra “Dona Flor e seus dois maridos”, conforme discorreremos mais adiante. Outro dado importante a pontuar diz respeito ao fato de que este *blog* abriu espaço para a instância da recepção, para que os internautas comentassem o fato em si. Houve 20 comentários publicados, dos quais seis eram a favor de Marta e 14 contra. Um deles inserimos no recorte ‘b’, abaixo:

Ex.M19:

a- “*Que vergonha dona Marta!*”

b- “*qual o problema de ser casado ou não? De ter filhos ou não? quem é Marta Suplicy para questionar isto, logo ela que separou-se do Eduardo Suplicy, **carrega o nome do ex-marido, o trocou por um argentino e tem um filho porra louca ‘adolescente’ de 40 anos de idade que é o Supla???***”

Na instância da recepção houve muitos comentários que penderam para um tom agressivo, coloquial, etc. No recorte ‘b’, postado por um internauta identificado como eleitor, para argumentar que MS não teria moral para questionar Kassab, traz à tona fatos e boatos que surgiram na época da separação de MS e Eduardo Suplicy.

⁹⁹ Texto publicado no blog: *blog* “Acerto de contas” (que faz reflexões sobre economia e política), acesso em: 16/10/2008.

O próximo exemplo é um recorte de um texto¹⁰⁰, publicado em 13/10/08 em um *blog*, também criticando a postura de MS. O posicionamento é contra a candidata MS e a temática na recepção é, segundo o enunciador, o “baixo nível da campanha”. O que nos chamou a atenção foi o fato de que esta postagem foi aberta a comentários e, de 16 comentários postados, 6 são a favor e 14 contra. Nesses comentários, encontramos enunciados como:

Ex.M20:

- a- “Marta é do tipo de política, que não se tem um bom motivo pra se confiar. **Se ela valesse 1/3 do que vale seu marido**, até podia se pensar em confiar nela, na prefeitura de uma cidadezinha de interior, com orçamento merreca...”
- b- Acabou o baile à fantasia. DNA **Martaxa** tirou a máscara e voltou aos tempos de declarações estapafúrdias e infelizes como o ‘relaxa e goza’.”
- c- “*nunca poderá apagar da memória dos **parceiros** ou dos adversários o momento em que foi pega com a boca na botija, em meio a um affair com um poderoso empresário do ramo de alimentos.*”
- d- “**Vale 1/3 do seu marido? O argentino Favre? Ou do seu ex-marido Eduardo Suplicy? Acho que vale 1/3 do seu atual marido Favre, ou seja... nada!**”

Os recortes ‘a’, ‘c’ e ‘d’ remetem a fatos da vida privada de MS, sua vida amorosa, sua separação, etc, fazendo-o de forma depreciativa, desqualificando a candidata. Há no recorte ‘a’ uma comparação de MS com um sujeito masculino, seu marido, além disso, de forma depreciativa, conclui que a candidata não vale 1/3 do que vale seu marido, sendo assim, não se poderia confiar nela para governar uma cidade como São Paulo. O recorte ‘b’, usou a designação “martaxa”, que produz efeitos de sentidos a partir do trabalho lexical do termo, pois é possível depreender deste os seguintes vocábulos Marta + taxa, formando martaxa, em que é acionada memórias de quando MS era prefeita de São Paulo, período em que foi conhecida pelas altas taxas que cobrava em seu governo, como a taxa do lixo, por exemplo. Podemos pensar também na construção do vocábulo a partir das palavras Marta + relaxa, que nos remete ao acontecimento “relaxa e goza”, o que foi retomado no mesmo recorte pelo comentador. Salientamos, que o uso do termo “goza”, também nos leva a evidenciar sua ambiguidade, pois pode ter seus sentidos relacionados ao “Relaxa e Goza”, no sentido sexual, como também pode ter outros significados como, por exemplo, tirar sarro, etc.

O exemplo a seguir é um texto que foi publicado em um *blog*¹⁰¹, também discute sobre a peça publicitária de MS. O texto de maneira geral tem um posicionamento contra MS e a expõe como desesperada, por estar atrás nas pesquisas e por isso apelou para a peça

¹⁰⁰ Texto publicado no site www.raul.blog.br, acesso em: 13/10/2008.

¹⁰¹ Comentários de um texto publicado no site www.fabiocampana.com.br, acesso em: 13/10/2008.

publicitária, noção que pode ser evocada logo no título da notícia “No desespero, Marta apela para o preconceito”. Logo abaixo do título, tem-se uma foto de Marta, Lula e lideranças evangélicas, o que a insere, de certa forma, em uma FD religiosa, visto que o discurso da peça produziu efeitos de sentidos que não vê com bons olhos o homossexualismo. O recorte ‘a’ mostra o enunciador do site, criticando a postura de MS, como podemos observar.

Ex. M21:

a- *“Kassab é solteiro. Marta insinua. Diz que a população tem o direito de saber se ele é casado e tem filhos. Logo a Marta, sexóloga, primeira mulher a tratar do assunto abertamente na TV e sempre avessa a esse tipo de questionamento.”*

b- *“legal é ela que abandonou o marido e logo depois aparece com o coordenador da campanha, que estava com ela diariamente na fracassada eleição de 2002.”*

c- *“Ela se coloca na posição de bem casada e quem a conhece nos bastidores sabe a mãe e a mulher que ela é”.*

d- *“A Marta botox botou um par de chifres no senador Eduardo Suplicy....”*

e- *“É só o paulistano relaxar que ela vai gozar com a cara deles se for eleita.”*

f- *“Quem pode esquecer o memorável deboche com a crise nos aeroportos? Insinuar sobre a conduta sexual dos outros, com a falta de conduta que ela mostrou na separação é o fim da picada.”*

No exemplo M21, também houve a abertura para os comentadores opinarem sobre o assunto (representados aqui pelos recortes ‘b’, ‘c’, ‘d’, ‘e’, e ‘f’). De 17 comentários, 16 são contra e somente um é a favor de MS. Os recortes ‘b’, ‘c’, ‘d’ e ‘f’, acionam a memória discursiva em torno da questão polêmica que foi a separação de MS e Eduardo Suplicy, de forma depreciativa desabona a candidata, quando insinua que a mesma não seria boa mãe nem esposa, assinalando também que ela abandonou seu ex-marido, e que foi infiel. Os recortes ‘e’ e ‘f’ remetem ao acontecimento “relaxa e goza”, e desembocam na conclusão de que MS não teria moral para questionar a conduta sexual de outras pessoas.

O exemplo M22 a seguir, trata-se de comentários¹⁰² a respeito do texto publicado no *blog* Balaio do Kotscho, repórter do IG e da revista Brasileiros. Seu texto, entre outras coisas, critica a peça publicitária de MS e retrata a candidata como desesperada, pontuando que a mesma partiu para baixaria quando veiculou uma “propaganda deste nível”. Segundo o enunciador (Ricardo Kotcho), Marta correria “um sério risco de sair menor do que entrou”

¹⁰² Comentários de um texto publicado no site www.colunistas.ig.com.br. Acesso em: 13/10/2008.

nesta eleição. Alguns produziram efeitos de sentidos que resgatam o acontecimento “relaxa e goza” (como mostra o recorte ‘b’) e outros relacionados à vida amorosa, evidenciado recorte ‘a’, quando o enunciador designa MS como “dona Marta”, remetendo à sua separação com Suplicy e insinuando uma possível traição de MS com Favre..

Ex. M22:

a- “A *dona Marta* não sabe perder”...

b - “*Que volte para Brasília onde certamente o Lula vai arrumar um cargo para a companheira relaxar e gozar.*”

O mesmo fato ocorreu nos exemplos M23 e M24, como mostram os recortes abaixo. O exemplo M23, trata-se do *blog*¹⁰³, já citado anteriormente, “Acerto de Contas”, em que importa um texto do jornal O Estado de S. Paulo, relatando que o único a defender MS foi Eduardo Suplicy, designado como sendo seu “ex-marido”, situando-a assim, no âmbito pessoal, familiar.

Ex. M23: -“*Único senador do PT a defender a candidata petista Marta Suplicy no plenário, o senador Eduardo Suplicy, seu ex-marido, ocupou a tribuna duas vezes para rebater as críticas que ela recebeu de senadores do PSDB.*”

O exemplo M24¹⁰⁴, trata-se de uma sessão de perguntas e respostas que há no site Yahoo, onde um enunciador fez a seguinte pergunta: “Marta Suplicy. Desespero ou ato de preconceito?” Após isso, vários internautas comentaram ou responderam à pergunta. De 12 comentários, 11 eram contra e um a favor. Os recortes a seguir apresentam indícios que nos remetem ao acontecimento “relaxa e goza”.

Ex. M24:

a- “*quando ela perder, tem que ser pixado no muro da casa dela: ‘Perdeu? Agora relaxe e goze’ ou ‘Respostas dos brasileiros pelo ridículo Relaxe e Goze’..*”

b- “*não sabia de nada, o assunto não era com ela, nem disse que ia ver a peça ou rever a decisão de divulgá-la. Relaxando e Gozando.*”

O exemplo a seguir também remete à separação de MS. Trata-se de um texto¹⁰⁵ postado junto a uma série de outros textos no site “Observatório da imprensa”, entidade que se diz “não-governamental, não-corporativa, e não-partidária, que pretende acompanhar, junto

¹⁰³ Texto publicado no blog acerto de contas, acesso em: 16/10/2008.

¹⁰⁴ Comentários publicados no site BR.ansners.yahoo.com, acesso em: 16/10/2008.

¹⁰⁵ São pequenos trechos retirados de um texto veiculado no site www.observatoriodaimprensa.com.br, acesso em: 14/10/2008.

com outras organizações da sociedade civil, o desempenho da mídia brasileira.” Apesar de se postular como imparcial, percebe-se que a série de textos postados com relação à peça publicitária “É casado? Tem filhos?” foram organizados e reunidos com um posicionamento ideológico contrário à MS, a começar pelo título da matéria importada do Jornal Folha de São Paulo: “*O que é isso companheira?*” O site organizou, na verdade, vários textos de enunciadores diferentes, que versavam sobre o acontecimento citado acima, porém com posicionamentos sempre contrários à MS. Apesar de se definir como um espaço para discussão sobre a atuação da mídia em assuntos determinados, neste caso, o site não abriu espaço para os comentadores expressarem sua opinião (o silêncio também significa: a falta de dizeres dos comentadores significa, visto que a abertura à comentários é uma prática comum neste *site*, e neste texto, não houve esta abertura.)

Selecionamos alguns recortes constantes no texto:

Ex. M25: -“*O que é isso companheira?*” (...)
a-“*será que o excesso de botox lhe virou a cabeça*” (...) “*dona Marta mostrou que seu progressismo não passa de um rótulo demagogo...*”
b- “*ninguém está perguntando se a Marta separou do marido pra ficar com o marido atual, diz o presidente da Assembléia Legislativa, Vaz de Lima (PSDB-SP)*”.

Há neste site uma série de enunciados que corroboram para a desconstrução da imagem de MS. O título do texto postado nos remete ao bordão “o que é isso companheiro”, o qual ativa a memória sobre o discurso militante do PT, bem difundido pelo presidente Lula desde os tempos em que era sindicalista. Salientamos ainda o aspecto esquerdista remetido pelo enunciado, uma vez que este foi enunciado na famosa obra de Fernando Gabeira, escrito em 1979, e depois transformado em filme, em 1997. A obra conta a experiência do autor, na luta armada, contra a ditadura militar brasileira nos anos 60. No enredo, alguns estudantes aderem à luta armada, na clandestinidade. O grupo era chamado de MR-8 e, em 1969, elaboram um plano para sequestrar o embaixador dos Estados Unidos (Alan Arkin) para trocá-lo por prisioneiros políticos, na época torturados nas prisões. Além dessas memórias em torno da militância de esquerda e seus métodos de luta, ou os meios para se conseguir algo, o recorte ‘a’ do exemplo M23 coloca MS inserida em uma posição ou um lugar em que a mulher está vinculada à beleza e, nessa perspectiva, isso afeta sua competência profissional, o que pode ser evidenciado quando o enunciador usa a expressão “o excesso de botox lhe virou a cabeça”. Este enunciador, mais adiante, designa MS como “dona Marta”. Vinculando-a aos fatos anteriormente mencionados.

O exemplo¹⁰⁶ que apresentaremos a seguir apresenta um texto intitulado “Gilberto Kassab derrota Marta Suplicy e é reeleito prefeito de São Paulo com 60% dos votos”, publicado, em 26/10/08, no site de notícias “IG eleições 2008”. A matéria traz o resultado das eleições e a contagem de votos no segundo turno, apresentando 62,72% dos votos válidos para Gilberto Kassab e 39,28% para MS. Destacamos, primeiramente, que o enunciador deste site fala de uma posição-sujeito a favor de Kassab, logo, contra Marta, sua principal adversária. O texto fala do discurso proferido por Kassab logo após saber da vitória, argumenta, ainda, que todas as estratégias de MS contra Kassab não surtiram efeito, etc. Logo abaixo, é apresentado outro texto sob o título “Marta chora e pede fiscalização”; abaixo o texto diz que MS admite a derrota: “Ela falou por apenas 41 segundos e deixou a entrevista coletiva chorando”. Em seguida, postou o vídeo da entrevista citada acima. Dialogando interdiscursivamente com a peça publicitária de MS, o enunciador insere um outro texto, sob o título “Quem é Kassab”. Um extenso texto resgatando toda sua história, sua biografia, carreira política, etc, como uma forma de resposta à pergunta: “Você sabe mesmo quem é Kassab?”, feita na famosa peça. O texto é finalizado com um pequeno resumo da biografia de MS. Este site permitiu a participação dos internautas nos comentários e deles destacamos:

Ex. M26:

a- *“quem mora em São Paulo e já conhece a **dona Marta**, fez o que deveria: deu um chute no trazeiro dela. E agora um conselho Martinha... relaxa e goza sua VACA!”*

b- *“finalmente o **Kassab** pode responder a pergunta polêmica: - **Eu até queria casar, mas tive medo de pegar uma mulher que pudesse me trair com algum malandro argentino.**”*

No recorte ‘a’, podemos perceber o retorno da memória discursiva quando há uso da designação “dona Marta” e da expressão “relaxa e goza”, adicionando-se a isso termos pejorativos e ofensivos com relação à MS. O recorte ‘b’, além de acionar a memória discursiva com relação à peça publicitária, o comentador toma a palavra e, como se fosse ele o próprio Kassab, responde à pergunta: “É casado? Tem filhos?” de forma irônica e ofensiva, relacionando a isso os boatos que surgiram na época da separação de MS e Eduardo Suplicy.

O exemplo a seguir, trata de um texto¹⁰⁷ publicado no site “IG eleições 2008”, mesmo site do exemplo M26, porém, aqui o enunciador não pertence à redação do site. O texto é importado da Agência Brasil e posiciona-se a favor de MS. Sob o título “Derrota não significa fim da carreira de Marta, avaliam especialistas”, o enunciador apresenta citações da fala de

¹⁰⁶ Comentários publicados no site de notícias www.ultimosegundo.ig.com.br, acesso em: 15/11/2008.

¹⁰⁷ Comentários publicados no site de notícias www.ultimosegundo.ig.com.br, acesso em: 15/11/2008.

vários especialistas sobre a derrota de MS e seu futuro político. Uma das especialistas pontua que *“ela lutou em condições adversas, contra um candidato que foi eleito há apenas dois anos e não sofreu o desgaste político como ela teve quando foi prefeita. Para uma mulher com as condições polêmicas que ela tem, pode-se dizer que ela foi muito bem.”* Podemos identificar neste discurso a presença de um sujeito com o posicionamento a favor de MS, assim como os demais apresentados neste mesmo texto. Porém, ao que tudo indica, os internautas que costumam acessar esta página são predominantemente contra a candidata MS. Dentre os comentários da instância da recepção, predominaram os contrários, ou negativos em relação à MS, conforme mostram os recortes abaixo:

Ex. M27:

a- *“o único cargo que ela ocupou foi o de **mulher do Suplicy**, e nem esse ela tem mais. Sai fora Marta.”*

b- *“quando foi que Marta teve carreira??? **a carreira dela acabou quando separou do nosso senador.**”*

Esses discursos funcionaram como forma de resposta ao texto postado no site, que tinha posição favorável à Marta, pautando a recepção em uma linha argumentativa contrária. A partir dessas estratégias argumentativas utilizadas pelos comentadores é possível observar indícios de um discurso patriarcal permeando esses enunciados, tal como no recorte ‘a’ que destaca que o único cargo ocupado por MS foi o de mulher do Suplicy, desconsiderando toda sua história política. Essa noção foi resgatada também em outro comentário, no qual o internauta enuncia que a carreira de MS acabou quando se separou de Suplicy, ou seja, depreciando sua posição enquanto política ao pontuar a relação entre sua carreira e o vínculo com Suplicy.

Trata-se de um site de conteúdos variados, incluindo uma sessão de *blogs*, dentre eles o *blog* do jornalista Hugo Studart. O texto em questão¹⁰⁸, escrito por Carlos Brickmann, insere-se na rede de enunciados que contemplam o acontecimento discursivo “É casado? Tem filhos?”, pois, este, diz respeito ao fato da jornalista Marli Gonçalvez, em uma posição-sujeito contrária à atitude de MS, ter enviado um *e-mail* com críticas à MS para, aproximadamente, 30 amigos. O *e-mail* se multiplicou, gerando mais de mil respostas, sendo a maior parte concordando com Marli, uns poucos discordando, com inserções do tipo: *“linguagem e comentários que deixavam claro que lugar de mulher, quando fora da cozinha, é na cama ou no tanque, ou talvez varrendo o chão. Pensando e escrevendo, jamais.”* Ressaltamos alguns

¹⁰⁸ Texto publicados no site de notícias www.conteúdo.com.br/studart, acesso em: 29/10/2008.

recortes no qual o enunciador apresenta algumas citações de respostas, enviadas por uma “mulher que se disse professora”, no recorte ‘a’, e por um jornalista, no recorte ‘b’.

Ex. M28:

a- *“Talvez lhe falte um marido, ou quem sabe um amante, ou até quem sabe uma namoradinha? Talvez não, mas um bom tanque de roupa pra lavar, isso com certeza lhe acalmaria os ânimos...”*

b- *“Posso afirmar com convicção que a tal ‘Marli Gonçalves’ – nome de guerra de piranha- não existe. Só idiotas podem imaginar que o e-mail é verdadeiro.” (...) “Marlizão. Se é mulher e solteira, só pode ser gay, não é mesmo? Já os homens podem ser solteiros e são chamados de ‘bons partidos’.”*

Preconceito? Ora, importante é ser dondoca — Conteúdo.com.br - Meilla Fiszew

Arquivo Editar Exibir Histórico Favoritos Ferramentas Ajuda

http://www.conteudo.com.br/studart/preconceito-ora-importante-e-ser-dondoca

29/10/2008 19:08
ARTIGO

Preconceito? Ora, importante é ser dondoca

Por que as mulheres, quando expressam sua opinião, são criticadas pela aparência física? Por que a mulher, quando discorda de alguém, é logo chamada de prostituta? (Divido com os amigos artigo do jornalista Carlos Brickmann relatando às reações à carta que a jornalista Marti Gonçalves escreveu a Marta Suplicy)

"Ahhh, um bom tanque de roupa pra lavar com certeza lhe acalmaria os ânimos..."

importante é ser dondoca
Por que as mulheres, quando expressam sua opinião, são criticadas pela aparência física? Por que a mulher, quando discorda de alguém, é logo chamada de prostituta? (Divido com os amigos artigo do jornalista Carlos Brickmann relatando às reações à carta que a jornalista Marti Gonçalves escreveu a Marta Suplicy)

Por Carlos Brickmann

Há muitos e muitos anos, nos tempos da TV a lenha, um diretor de jornal aconselhava seus subordinados a não contratar mulheres para a Redação. "Por mais feia que seja, a gente acostuma e acaba namorando. Dá galho".

Na verdade, não era exatamente "namorando" a palavra que ele usava. Mas mulher em Redação, fora do Suplemento Feminino, era raríssima.

Faz muitos e muitos anos, mas hoje, nos tempos da internet, o preconceito continua de pé. Este colunista, que em sua longuíssima carreira colecionou desafios, nunca foi chamado de feio (o que seria a mais pura verdade), nem sofreu críticas à sua elegância no vestir (o que seria também absolutamente correto). Mas viu uma mulher contrariar a opinião de alguém: é feia. É prostituta. É separada. É mal-educada.

Um caso recente exemplifica o clima reinante em nosso avançado e liberal entorno jornalístico. A jornalista Marli Gonçalves, 32 anos de carreira, citada no Google em sete páginas, militante feminista e da luta contra os preconceitos, ousou criticar a candidata Marta Suplicy, do PT, pelo anúncio em que perguntava se o prefeito paulistano Gilberto Kassab, seu adversário, era casado e tinha filhos. Mandou o e-mail com suas críticas, assinado, com telefone e endereço eletrônico, a uns 30 amigos. Na internet, o e-mail se multiplicou e gerou mais de mil respostas. A maior parte foi favorável; algumas, bem poucas, desfavoráveis. Sem problemas: a polêmica é boa, areja as idéias e faz parte da profissão. Houve pessoas que, discordando, mantendo suas posições, acabaram forjando laços de amizade com Marli.

Só que uma parte das desfavoráveis continha linguagem e comentários que deixavam claro que lugar de mulher, quando fora da cozinha, é na cama ou no tanque, ou talvez varrendo o chão. Pensando e escrevendo, jamais.

Trecho de mensagem enviada por uma mulher, que se disse professora: "Talvez lhe falte um marido, ou quem sabe um amante, ou até quem sabe uma namoradinha? Ah! Talvez não, mas um bom tanque de roupa pra lavar, isso com certeza lhe acalmaria os ânimos..."

Outro trecho, de um jornalista: "Posso afirmar com convicção que a tal de 'Marti Gonçalves' - nome de guerra de piranha - não existe. Só idiotas podem imaginar que o e-mail é verdadeiro".

Já pensou se este colunista que vos escreve, deixando emergir seus instintos mais primitivos, pergunta se a jornalista criticada por acaso seria xará da mãe do malcriado?

Do mesmo jornalista: "Martião". Se é mulher e solteira, só pode ser gay, não é mesmo? Já os homens podem ser solteiros, e são chamados de "bons partidos".

De uma mulher: "rugas, pobre, e gorda, cheia de celulite, uma bagaceira horrorosa, parece uma bruxa". "Se a jornalista com todo o jeitão de baranga (...)", "é uma mulher horrorosa, de cabelo branco, barriguda, bunda e peito caídos (...)"

Imagem 21 – Preconceito? Ora, importante é ser dondoca

O motivo de trazermos este enunciado para as discussões é justamente o fato de ter surgido, a partir da veiculação da peça, vários enunciados, como o da jornalista Marli Gonçalves, que desembocaram em novos enunciados, concordando ou refutando. Chamou-nos a atenção o recorte ‘a’ citado pelo autor deste texto, Hugo Studar, pelo fato de ser uma resposta, ou uma fala de uma mulher, que em seu discurso, apresenta uma posição machista, situando a mulher¹⁰⁹ em lugares como a de amantes, de esposas, faxineiras, etc. Já o recorte ‘b’ vai ainda mais longe, pois insinua que essa “tal Marli Gonçalves – nome de guerra”, seja uma “piranha”, inserindo-a em um campo da prostituição e mais adiante remetendo à ideia de que a mesma fosse homossexual. Percebe-se que o posicionamento do texto é a favor de Marli, a jornalista que criticou MS, e foi criticada por isso. Logo, o site é contra MS, pois os enunciados de discursos machistas analisados estão em uma linha argumentativa de modo a atacar Marli, conseqüentemente, defendendo MS.

Salientamos outro aspecto com relação ao exemplo M28, onde se tem um internauta, ‘**mulher**’, ou se diz ser mulher, embora não se possa comprovar empiricamente¹¹⁰. Para nós importa que ele ocupa uma posição-sujeito mulher e que isso produziu efeitos de sentidos negativos ou contraditórios, uma vez que se trata de uma mulher, que fala de uma posição-sujeito filiada ao discurso machista – quando espera-se o contrário, que as mulheres sejam contra o machismo - contra Marta, insinuando que seu lugar não é na política e sim no tanque, na cozinha ou varrendo o chão. Isso nos remete à ideia da mulher em outras esferas que não a da política.

Recortamos dos inúmeros enunciados que se referiam à peça esses 10 exemplos que nos permitiram observar, primeiramente, que eles estão todos permeados pelo interdiscurso, alguns remetendo ao “acontecimento Relaxa e Goza” (em torno da declaração feita pela então ministra do turismo Marta Suplicy, em 2007, durante a crise aérea), tratando Marta de forma pejorativa. Há também outra forma de retorno, que se insere na esfera pessoal da candidata, quando é citada sua vida amorosa, ou melhor, sua separação com Eduardo Suplicy, e seu casamento logo depois com Luiz Favre. Na época, o fato foi explorado pela mídia e usado contra Marta nas eleições de 2004, quando a mesma tentava a reeleição para o cargo de prefeita de São Paulo. Na ocasião, seus adversários difundiram o jargão: “Dona Marta e seus dois maridos”, em referência a uma possível traição com Luiz Favre enquanto ainda era casada com Eduardo Suplicy, uma alusão à obra “Dona Flor e seus dois maridos”, de Jorge

¹⁰⁹ No caso aqui não está se referindo à MS e sim à jornalista Marli Gonçalves.

¹¹⁰ Visto que é característica própria deste espaço interativo dos comentários na Internet, o internauta poder ou não se identificar ao postar um comentário.

Amado, publicada em 1966, que mostra uma viúva em seu segundo casamento mantém uma relação a três, pois ela vê e conversa com seu marido falecido, invisível a todos menos a ela, ao mesmo tempo que é casada com Teodoro seu atual marido. Pelos exemplos apresentados, percebemos que até hoje há ecos do “dona Marta”, como nos exemplos M19, M22, M25 e M26. No exemplo M27 há dois pontos a serem observados. Primeiro que o exemplo remete à ideia de que o lugar de mulher não é na política, “*o único cargo que ela ocupou foi o de mulher do Suplicy, e nem esse ela tem mais.*”, o outro aspecto que salientamos é quando o internauta diz “*a carreira dela acabou quando separou do nosso senador.*”, o pronome ‘nosso’ marca também a posição da instância de comunicação recepção, que apóia o senador Suplicy.

Os exemplos a seguir não dizem respeito ao Acontecimento Discursivo citado anteriormente, embora apresentem alguns aspectos que merecem ser explicitados. Temos aqui não um texto, mas uma interação, pois se trata de uma pergunta postada no site Yahoo, que puderam ser respondidas por outros internautas. A pergunta é a seguinte: “Slogan da campanha de Marta Suplicy. ‘Deixa a mulher trabalhar’ eu acho que deveria ser outro e você de o seu. Qual combina mais com o estilo dela?”. A partir desta pergunta, houve 13 respostas e todas posicionado-se contra MS. Recortamos algumas delas a seguir:

Ex. M29¹¹¹:

a - “*Deixe a mulher relaxada, para que ela possa relaxar e gozar. Já imaginou qual seria o trabalho dela?*”

b- “*Relaxe e Goza!.... Será que ela tem feito isso?*”

c-“*Relaxe! Juro que não vou taxar!*”

d- “*deixa os homens trabalhar tranquilos.*”

Esses recortes, assim como alguns que já analisamos, remetem ao acontecimento “Relaxa e Goza”, e também se relacionam às taxas que eram cobradas na gestão de MS. O recorte ‘d’ retoma o bordão “deixa o homem trabalhar”, usado pelo presidente Lula. Porém com um deslocamento de sentido. Primeiro porque as condições de emergência deste enunciado se deu a partir da frase usada no *jingle* de MS: “Deixa a mulher trabalhar!” a partir dele, o enunciador retomou a frase de Lula, colocando-a no plural, o que remete à ideia de que

¹¹¹ Comentários publicados no site www.yahoo.com.br, acesso em: 03/10/2008.

devemos deixar os homens trabalharem ou, ainda, que o este âmbito é para homens e não para mulheres.

Apresentaremos a seguir dois exemplos. O primeiro é o M30, que é um recorte de um texto¹¹² publicado em 14/10/08, no site de notícias Terra, e relata uma passeata realizada por MS, no centro de São Paulo. O segundo exemplo, o M31¹¹³, trata-se de um texto publicado no *blog* de Luiz Favre, que é na verdade uma entrevista que Marta concedeu à revista *Veja*. Na entrevista, entre outros aspectos, havia uma foto de Marta, durante uma visita em um lugar com bastante lama, Marta está pulando uma poça d'água com a seguinte legenda “*elegância, ainda que em meio à lama*”. Havia também, nesta mesma entrevista, outra foto de MS em um casamento de uma amiga. A legenda dizia: “*guarda-roupa fabuloso*” (...).

Ex. M30:

-“Marta demonstrou humildade e disse que ‘vai respeitar qualquer um dos candidatos que for para o segundo turno’. Ela acrescentou que: “Os dois (Gilberto Kassab e Geraldo Alckmin, estão bem preparados, e são fortes candidatos, como também sou’. *A candidata usava um terninho vermelho, debaixo de um sol de 30°C.*”

Ex. M31:

a- “*elegância, ainda que em meio à lama*”.

b- “*guarda-roupa fabuloso*”,

Os exemplos M30 e M31 vinculam a imagem da candidata a questões femininas, ainda que com tom irônico, como no exemplo M30, que evidencia o caráter de feminilidade da mulher, porém positivo, pois mostra que apesar de ter seu lado profissional, a mulher pode sim cuidar de sua aparência e continuar sendo competente no trabalho; e por outro lado pode soar negativamente, se pensarmos que uma parcela da sociedade, patriarcalista, ainda pensa que a mulher só pensa em beleza, ou em coisas fúteis, não sendo competente para exercer cargos de comando ou de poder.

Percebemos, em geral, certo tom de ironia, sarcasmo, zombaria e deboche à imagem de MS, talvez por ser ela também sexóloga e ter falado sobre assuntos que eram tabus nos anos 80, entre outras coisas. Esse sarcasmo ficou evidente no exemplo M29, também remetendo ao Acontecimento “Relaxa e Goza”, ou seja, aciona uma memória discursiva sobre o enunciado “Relaxa e Goza”, que tornou possível este dizer, retomado sob a forma do pré-

¹¹² Texto publicados no site www.terra.com.br, acesso em: 03/10/2008.

¹¹³ Texto publicados no blog www.blogdofavre.com.br, acesso em: 14/10/2008.

construído. Além disso, nesta mesma página, também havia outro enunciado: “*deixa os homens trabalhar tranquilos.*”, em que são acionadas também memória ligada ao presidente Lula, que usava em um de seus *jingles* o enunciado “*Deixa o homem trabalhar...*”. Trata-se de um já-dito que está na base do dizível, sustentando esta nova tomada da palavra, mas com um deslizamento de sentidos pendendo para a questão do gênero, com um enunciado em tom patriarcal, sugerindo que deixemos os homens trabalharem e não as mulheres.

Por fim, reservamos o exemplo M32 para o final, pois apesar de ter ocorrido fora do período que delimitamos para a coleta do *corpus*, pensamos ser este um dos enunciados que deixou profundas marcas de machismo contra a mulher política, pelo tom e pela maneira como foi enunciada a notícia que falava de dois sujeitos políticos femininos. Trata-se de um texto¹¹⁴, publicado no “*blog do Josias*”, vinculado à Folha de São Paulo, falando sobre as notícias que circularam no Domingo. O enunciador coloca a foto de Dilma e Marta, abaixo do título: “*Notas **vadias** de um domingo de notícias **vagabundas.***” Ainda abaixo da foto, tem uma notinha: “**VENENO:** *No jantar oferecido por Marta a Dilma, na sexta (13) a candidata companheira comparou-se ao FHC da eleição de 1994.*” (Grifos nossos).

Ex. M32:

a- “*Notas **vadias** de um domingo de notícias **vagabundas.***”

b- “**VENENO:** *No jantar oferecido por Marta a Dilma, na sexta (13) a candidata companheira comparou-se ao FHC da eleição de 1994.*”

Eis a notícia como foi publicada no *blog* do jornalista Josias de Souza:

¹¹⁴ Apesar de não fazer parte do período delimitado para a coleta do *corpus*, consideramos importante citar este texto publicados no blog www.josiasdesouza.folha.blog.uol.com.br, acesso em: 18/02/2009, por ser um enunciado em que é possível identificar o discurso patriarcalista.

Notas vadias de um domingo de notícias vagabundas

Mastrangelo Reino/Folha



1. Veneno: No jantar oferecido por Marta a Dilma, na sexta (13), a candidata companheira comparou-se ao FHC da eleição de 1994.

Naquele pleito, empurrado pelo Real, o tucano voou de um ministério (Fazenda) para o Planalto, deixando pelo caminho um Lula que as pesquisas davam como favorito.

Pelo menos um grão-petista deixou o repasto com a impressão de que alguma coisa subiu à cabeça da presidenciável oficial do Planalto.

Lamentou que Dilma tenha apagado da memória o Serra de 2002, um tucano que também alçou vôo de um ministério (Saúde) e quebrou o bico.

De resto, o partidário cético de Dilma acha que, por ora, o PAC está mais para o programa de genéricos de Serra do que para o Real de FHC.

Folha Online - Blogs - Josias de Souza - Mo...
Arquivo Editar Exibir Histórico Favoritos
UOL ASSINE BUSCA
Fa...
Gabi...
Dese...
BLOGS DA FOLHA
JOSIAS...
nos best...
15/02/2009
Notas vadias de um d...
Mas...

1. Veneno: No jantar oferecido por Marta a Dilma, na sexta (13), a candidata companheira comparou-se ao FHC da eleição de 1994.
Naquele pleito, empurrado pelo Real, o tucano voou de um ministério (Fazenda) para o Planalto, deixando pelo caminho um Lula que as pesquisas davam como favorito.
Pelo menos um grão-petista deixou o repasto com a impressão de que alguma coisa subiu à cabeça da presidenciável oficial do Planalto.
Lamentou que Dilma tenha apagado da memória o Serra de 2002, um tucano que também alçou vôo de um ministério (Saúde) e quebrou o bico.
De resto, o partidário cético de Dilma acha que, por ora, o PAC está mais para o programa de genéricos de Serra do que para o Real de FHC.
2. PMDB do S: Orestes Quércia tonifica a impressão de que vai à cena de 2010 como militante do PMDB de Serra.
Noves fora uma ressalva aos ataques, Quercia endossou o sabão em Renan, a razão no PMDB e as críticas ao governo de Lula.
O telefonema autoriza duas conclusões. A primeira: A exemplo de Jarbas, Quercia tonifica a impressão de que vai à cena de 2010 como militante do PMDB de Serra.
A segunda: Presidente da seccional paulista do PMDB, Quercia erguerá, em São Paulo, barricadas contra eventuais tentativas de retaliação partidária ao dissidente Jarbas.
★
3. PT do S: O ministro Celso de Mello segredou a colegas que cogita aposentar-se do STF. Faz par com Eros Grau, outro ministro que fierta com o pijama.
O advogado-geral da União, José Antonio Toffoli, sente avizinhar-se a sua hora. Ele frequenta os subterrâneos no topo da lista de opções de Lula para uma vaga no STF.
Confirmando-se a nomeação, Toffoli iria ao tribunal como o primeiro representante do PT do Supremo. Já advogou para o partido.
De resto, Toffoli traz enganchada à biografia uma assessoria jurídica prestada ao ex-criação da Casa Civil José Dirceu.
Concluído
UC... INO... INO... Via... Cita... Zita... Mfc... 07 d... 2... 6... Fol... 11:09

Imagem 32 - Notas vadias de um domingo de notícias vagabundas

Como podemos observar, há neste exemplo vários indícios que nos levam a vincular este enunciado a um discurso machista e patriarcal, primeiramente porque relaciona indiretamente, a imagem de Marta e Dilma aos adjetivos: vadias e vagabundas, ao colocar uma foto das duas políticas logo abaixo do título “*Notas vadias de um domingo de notícias vagabundas.*” Essa relação entre a imagem verbal e não-verbal se dá neste caso como um texto (texto imagético) e seu título, ou seja, há entre essas duas instâncias uma estreita relação, que produziu sentidos que vinculam a imagem das políticas negativamente aos adjetivos citados. Na mesma postagem, o jornalista Josias de Souza publicou uma nota falando de alguns acontecimentos ocorridos naqueles dias, iniciando pelo jantar oferecido por Marta à futura candidata à presidência Dilma Rousseff, logo abaixo da foto, com os dizeres: “*VENENO: No jantar oferecido por Marta a Dilma, na sexta (13) a candidata companheira comparou-se ao FHC da eleição de 1994.*”. Novamente, percebemos uma depreciação do jantar, neste enunciado, o que notamos pela primeira palavra do enunciado: “VENENO”. Nesse sentido, nos perguntamos: por que veneno e não outra palavra qualquer? A resposta mais provável seria a de que esse enunciador estaria falando de um lugar, em uma formação discursiva patriarcalista.

Com relação aos processos designativos de MS, assim como ocorreu com as candidatas precedentes, também contribuíram para a desconstrução da imagem da candidata MS, conforme tabela a seguir.

Tabela 9 - Modos de designação de MS

Designação	Memórias	Efeito de sentido
“Dona Marta”	- Vincula a imagem da candidata ao filme “Dona Flor e seus dois maridos”, adentrando na esfera pessoal, seu casamento, etc.	Negativo, pois além de adentrar na esfera pessoal, que não interessaria em uma disputa eleitoral, remete à candidata como infiel.
“Martaxa.”	Marta + taxa	Remete às altas taxas cobradas em sua gestão como prefeita
	Marta + relaxa: Relaxa e goza!	Despreocupação com os problemas ou crises sociais, como o caos aéreo.
“Marta botox...”	- relaciona a imagem de MS ao âmbito da beleza.	- negativo, se pensarmos que este enunciado soa como machista, vincula a candidata a outros campos diferente da política; e positivos quando se pensa que a mulher pós-moderna, pode exercer suas funções profissionais e também manter se preocupar com a aparência.
“Um conselho Martinha... Relaxa e goza sua Vaca.”	Aciona memórias sobre o acontecimento “Relaxa e goza”, além do tom depreciativo usado na expressão.	- negativo, pois remete à incapacidade de governança.

Podemos observar que os enunciados sobre MS, as questões genéricas e do âmbito pessoal foram mais marcantes do que nas outras candidatas, com caráter mais polêmico e com diversas discursivizações depreciativas. Alguns fatos políticos ocorridos na campanha resultaram no surgimento de acontecimentos discursivos, possibilitando a emergência de inúmeros enunciados que, pelo acionamento da memória discursiva, remeteram a candidata a outros campos, que não o da política, mas adentrando em aspectos de sua vida pessoal, por meio de estratégias linguístico-discursivas, a proliferação de boatos, sobreasseveração e processos designativos, conforme reiterado na tabela 9. Vale ressaltar que o poder da mídia em publicizar ou silenciar, agendando aspectos positivos ou negativos, corroboram para a construção ou desconstrução de um candidato. No caso de MS, esses processos vincularam-na a aspectos negativos, pois foram selecionados temas e acontecimentos, na maioria das vezes, fora do âmbito político. Isso demonstra que os discursos sobre a mulher política a filiam a memórias discursivas machistas ou preconceituosas, dando ênfase a questões não pertinentes ao momento eleitoral, postura que reforça a ideia patriarcalista do “eterno feminino”.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Propusemo-nos neste trabalho tematizar os modos de representação da mulher política candidata no discurso midiático *on-line*. Com base na fase inicial da pesquisa de levantamento de trabalhos afins ao nosso, poderíamos prever que a mulher política seria discursivizada com uma vinculação a questões pessoais e de gênero. Como nosso arquivo reunia textos do período de campanha eleitoral, momento singular e importantíssimo para o campo político, não descartamos a hipótese de que a mídia pudesse realizar o agendamento discursivo das candidatas, no período eleitoral, vinculando-as predominantemente ao campo político e não ao gênero ou, ainda, ao âmbito privado ou pessoal. Realizada a construção do arquivo, passamos ao momento de leitura e sistematização deste arquivo, o que nos levou a um elevado número de enunciados que discursivizaram as candidatas, não somente no âmbito da política, mas, na maioria dos casos, privilegiando aspectos pessoais e de gênero. Este fator também serviu como critério de delimitação do *corpus* de análise. A partir disso, passamos à análise discursiva, observando nosso objetivo geral, que era investigar como se configurou a relação gênero e política nas discursivizações sobre as candidatas a prefeitas nas eleições de 2008.

Nesse sentido, almejando o cumprimento dos objetivos propostos, buscamos um percurso analítico que permitiu, a partir dos acontecimentos discursivos, identificar algumas regularidades em nosso *corpus* de análise. Com relação à candidata Marta Suplicy, tivemos o surgimento de discursos que, por meio de recursos linguísticos-discursivos, como processos designativos, sobreasseveração, entre outros, possibilitaram o acionamento do interdiscurso, da memória discursiva, do pré-construído sobre a candidata, que redirecionou esses discursos ao acontecimento ‘Relaxa e Goza’, entre outras memórias sobre a mesma que, em sua maioria, desabonaram-na. Outro fato relevante se deu na exaustiva entrada na vida privada de Marta, enfatizando sua vida amorosa, sua separação, conforme apontaram os exemplos, dando margem ao boato, entre outros processos discursivos.

Quanto à candidata Gleisi, a maior recorrência se deu em torno das designações a ela, que remeteram sempre vinculada à imagem do marido, o que contribuiu para desconstruir a sua imagem enquanto política e reforçando sua posição-sujeito esposa, por meio de designações como “Mulher do ministro”, em vez de enunciar simplesmente Gleisi Hoffmann.

No caso de Luizianne, a regularidade encontrada se deu em torno da disputa pelo apoio de sujeitos políticos masculinos entre duas candidatas femininas desembocando, de uma forma ou de outra, em uma questão de gênero. Nos enunciados analisados, há inúmeros

exemplos que designam Patrícia Saboya, adversária de Luizianne, vinculada à imagem do ex-marido, assim como ocorreu com Gleisi, silenciando sua história política e evidenciando sua posição-sujeito, enquanto mãe, reforçando os laços de família, etc. Podemos dizer que essas regularidades contribuíram para a desconstrução das candidatas, evidenciando e /ou criticando, por um lado, a identidade de mãe, mulher e esposa, explorando fatos de sua vida pessoal; e por outro lado apagando sua identidade política. Ou seja, apesar das especificidades de cada candidata (apresentando peculiaridades regionais; diferentes situações entre os adversários ora feminino *versus* feminino, ora feminino *versus* masculino) houve entre as representações discursivas de cada candidata semelhanças, uma regularidade, que se deu no deslizamento do âmbito político para outros campos. A pesquisa nos permitiu considerar que a forma como a mulher foi discursivizada pela mídia possibilitou a produção de sentidos que corroborou para a desconstrução da identidade política dessas candidatas, com exceção ao caso de LL em que as designações à PS produziram efeitos de sentidos negativos à esta candidata, resultando em um aspecto positivo para LL, apesar de ter sido também designada de forma pejorativa durante as eleições.

A análise das SDR's e seus exemplos evidenciaram, de modo geral, que a mulher política, diferente do homem político, é discursivizada por filiações à rede de memórias que estereotipam o feminino produzindo efeitos derrisórios. O silenciamento da identidade política em si, aliado a esses efeitos tendem a fixar uma representação machista que apaga a identidade política dessa mulher e ridiculariza sua identidade feminina, como se uma e outra não pudessem constituir um único sujeito.

Os percentuais apresentados com relação à temática apontaram que grande parte dos discursos remeteram à questão de gênero ou ao âmbito pessoal, reforçando nossa hipótese de que ainda hoje a questão do gênero se faz presente nas relações sociais. Na política, a mulher ainda é vista por uma parcela da sociedade como a que deveria ocupar outro lugar diferente da política. Se não fosse isso, não teríamos encontrado tantos enunciados que remeteram à questão de gênero (alguns usados positivamente, conclamando as mulheres à votar nelas, etc.). Até mesmo em sites classificados como sendo a favor das candidatas, em alguns detectamos o que chamamos de “equívoco” ou contradição, pois implicitamente apareceram marcas que remetem esses discursos à questão do gênero, mesmo tendo um posicionamento favorável à candidata.

Faz-se necessário ressaltar que, nesse processo discursivo em torno das candidatas, a mídia *on-line* tem um papel fundamental na formação de opiniões. Ela tem o poder de discursivizar, selecionando o que dizer, como dizer, e o que silenciar, acionando esta ou

aquela memória, possibilitando esse ou aquele efeito de sentido. Isso nos permite situar a Internet enquanto possibilidade de emergência dos enunciados e que, por meio de mecanismos como o anonimato, o boato, o *cyberativismo*, a sobreasseveração, evidenciam o posicionamento da mídia em relação às candidatas, corroborando para o enaltecimento ou o declínio das mesmas.

O que se percebe é que aparentemente quase tudo mudou. No entanto, os discursos antigos sobre a mulher permanecem, fazendo funcionar diversos tipos de memória. A antiga realidade ainda não desapareceu totalmente, a mulher para se impor em campos predominantemente masculinos (como a política) tende a ter comportamentos masculinos como usar terninhos, ter uma postura mais dura, como Dilma ou Erundina. E quando ela tem uma postura um pouco mais feminina, os discursos sobre ela tendem a deslocá-la do âmbito político, partindo para o âmbito pessoal, ou a discussões sobre a questão do gênero, da beleza, etc. Ainda há muito preconceito em relação à mulher política nos discursos que permeiam nossa sociedade. Talvez seja esse o motivo pelo qual, por exemplo, Marta é alvo de especulações; ela não abre mão de sua feminilidade e de suas escolhas pessoais.

Nota-se de uma maneira geral que a história das mulheres foi marcada pela dualidade entre o privado e o público. A mulher do século XIX era considerada socialmente uma autoridade na família, no âmbito privado, mas na sociedade era diferente, pois ela não tinha nem mesmo o direito ao voto e outros direitos de cidadã. É nesse sentido que se enfatiza essa dualidade entre público e privado, dada a restrição da atuação da mulher no âmbito público. Dessa forma, a história das mulheres e, portanto, suas conquistas foram desenhadas a partir de atitudes de mulheres que de certa forma desafiaram os padrões, que agiram em uma atitude de resistência a uma história que ‘silenciou’¹¹⁵ por muito tempo toda uma classe, tratando-a como invisível ou simplesmente como complemento na vida social.

Podemos dizer que no transcorrer desse percurso trilhado pelas mulheres, apesar das conquistas obtidas, elas ainda não se libertaram totalmente dos laços do patriarcalismo. A mulher contemporânea é vista como um ser “multifuncional”, que desempenha várias funções, a de ser mãe, de cuidar ou gerenciar os afazeres da casa, cuidar do esposo e ainda ser profissional. Ou seja, com o passar do tempo e as mudanças advindas da contemporaneidade, a mulher passou de ‘procriadora’, a ocupante de uma posição ativa. Contudo, nesse jogo entre social/público, ainda se percebe posturas discriminatórias.

¹¹⁵ Nos termos de Eni Orlandi, sobre o silenciamento: ORLANDI, E. *As formas do silêncio; no movimento dos sentidos*. Campinas, SP: Ed. Da Unicamp, 1992.

Cabe ressaltar o papel das variáveis levantadas na construção da imagem dessas mulheres políticas, ainda que este tópico mereça mais aprofundamentos que não foram possíveis neste momento do trabalho. Embora as coerções genéricas afetem essa discursivização, a regularidade maior foi a filiação a memórias machistas patriarcais ou o estabelecimento de relações interdiscursivas com outros campos. Assim, mesmo em *blogs* em que o posicionamento do sujeito autor é mais evidenciado, as representações positivas ou negativas dessas mulheres dependem mais dessas relações, que podiam ocorrer tanto em posições favoráveis como em contrárias. Na instância da recepção, a tendência é reiterar o posicionamento da produção e de se encontrar efeitos de sentidos mais pejorativos para essas mulheres, dadas as circunstâncias próprias do *ciberespaço*, como o anonimato e o boato, que eximem ou dificultam a apuração de responsabilidades de autoria de seus sujeitos, pois muitas vezes não se pode afirmar empiricamente quem disse; ou quem disse não é um eu, mas outros sujeitos indefinidos.

Na variável temática, percebemos que as questões pessoais tendem a se juntar à de gênero e produzir efeitos negativos também para essas mulheres, porque se filiam à rede de memórias que estereotipam o feminino e fazem (res)suscitar questões de legitimidade da sua pertença ao campo político. O maior ou menor agendamento dessas mulheres depende de vários fatores, mas dentre eles podemos destacar o fato de já terem uma imagem pré-construída que, aliada a fatos de campanha mais específicos, pode justificar um desdobramento maior de textos, ao gerar polêmica e ao incitar a entrada maior da instância de recepção, principalmente nos comentários.

Verificamos que a questão do gênero pode se fazer presente por meio de diferentes recursos linguístico-discursivos, podendo cada candidata receber influência de um ou de outro desses recursos. Assim, no caso de Gleisi Hoffmann, o recurso mais significativo no corpus foi o uso da designação. Marta Suplicy não escapou de sobreasseverações e dos boatos. No caso de Luizianne Lins, as questões de gênero afloraram em meio a relações interdiscursivas ligadas à família e ao coronelismo, noções que permeiam a política nordestina.

Compreendemos neste percurso que no modo de designar os sujeitos políticos, de descrever ou qualificar suas ações, ou de avaliar os acontecimentos de campanha, inserindo vozes outras, contrapondo fatos, etc., a mídia *on-line* utiliza muitos dos recursos da mídia tradicional para se posicionar indiretamente sobre as mulheres candidatas. Como no jornal impresso, a tendência do leitor da rede também é a de se deter no *lide* ou às informações destacadas, sobreasseveradas que lhe chamem a atenção. Assim, os efeitos de verdade são

produzidos nessas diagramações, citações e mesmo que ao pé da página outras informações advenham, elas não surtem os mesmos efeitos e não derrubam os já construídos.

Gostaríamos de encerrar, ponderando que as questões e discussões aqui desenhadas, não esgotam todas as possibilidades e não têm um caráter final. Na verdade sinalizam para o desenvolvimento de pesquisas que vislumbrem novas conjunturas como, por exemplo, as eleições de 2010 no Brasil, onde uma candidata “mulher”, ainda que em meio a boatos, sobreasseveraões e designações pejorativas venceu a corrida presidencial.

6. REFERÊNCIAS

ACHARD, P. Memória e produção discursiva do sentido. *In*: ACHARD, Pierre, (et. al): **Papel da Memória**. Campinas: Pontes, 2007.

ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de estado**: notas sobre os aparelhos ideológicos de estado (AIE). Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

ALVES, B. M.; PITANGUY, J. **O que é feminismo**. 2. ed., São Paulo: Brasiliense, 1982.

AZEVEDO, F. A. Agendamento da política. *In*: RUBIN, A. A. C. (org). **Comunicação e política** – conceitos e abordagens. Salvador: Edufba, 2004.

BARDWICK, J. M. **Mulher sociedade de transição**: como o feminismo, a liberação sexual e a procura da auto-realização alteraram nossas vidas. Tradução: Wanda de Oliveira Rosselli. São Paulo: Difel, 1981.

BORBA, A; FARIA, N.; GODINHO, Tatau (orgs). **Mulher e política**: gênero e feminismo no partido dos trabalhadores. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

BORGES, J. **Blogs de política, blogs de políticos e a influência na cobertura jornalística**. *In*: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM COMUNICAÇÃO E POLÍTICA, 2, Belo Horizonte. 2007.

BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Tradução: Jeni Vaitsman. 12. ed., Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

_____. **O poder do simbólico**. Tradução: Fernando Tomaz. 12. ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

Campanha mulher e política: A conquista dos espaços de poder – Cartilha para mulheres na política. São Luiz: 2008

CHAUÍ, M. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 1996.

CHARAUDEAU, P. **Discurso político**. São Paulo: Contexto, 2006a.

_____. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006b.

CHAURAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2004.

COELHO, M. F. P. **O conceito de política em Hannah Arendt**. XIV Congresso brasileiro de sociologia. Rio de Janeiro: 2009.

CONFORTIN, H. Discurso e gênero: a mulher em foco, *In*: LUCENA, Maria I. G. **Representações do feminino**. Coleção Mulher & Vida. Campinas: Átomo, 2003

COURTINE, J.J. O chapéu de Clémentis. Observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político. In: INDURSKY, F; FERREIRA, M. C. L. (orgs.). **Os múltiplos territórios da análise do discurso**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999.

_____. **Metamorfoses do discurso político**: as derivas da fala pública. Tradução: Nilton Milanez e Carlos Piovezani Filho. São Carlos: Claraluz, 2006.

_____. Discursos sólidos, discursos líquidos: A mutação das discursividades contemporâneas. In: SARGENTINI, V. e GREGOLIN, M. (orgs): **Análise do discurso**: heranças, métodos e objetos. São Carlos: Claraluz, 2008.

_____. **Análise do discurso político** – O discurso comunista endereçado aos cristãos. São Paulo: EdUFSCar, 2009.

CORBIN, A. Préface. In: REVENIM, Régis (Coord.): **Hommes et masculinités de 1789 à nos jours**: contributions à l'histoire du genre et de la sexualité en France. Collection mémoires/histoire, Paris, 132: Éditions Autrement, 1880-1940, 2007,.

FERREIRA, M. C. L. (coord.): **Glossário de termos do discurso**. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber. Petrópolis**. Vozes: Centro do livro Brasileiro, 1972.

GADET, F., HAK, T. (orgs.): **Por uma análise automática do discurso** - Uma introdução a obra de Michel Pêcheux. Campinas: UNICAMP, 1993

GODINHO, T. O PT e o feminismo. In: BORBA, A.; FARIA, N.; GODINHO, T. (orgs.). **Mulher e política: gênero e feminismo no partido dos trabalhadores**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

GREGOLIN, M. do R: J.-J. Courtine e as metamorfoses da análise do discurso: novos objetos, novos olhares. In: SARGENTINI, V. e GREGOLIN, M. (orgs.): **Análise do discurso**: heranças, métodos e objetos. São Carlos: Claraluz, 2008.

GUILHAUMOU, J., MALDIDIER, D.: Os efeitos do arquivo. A análise do discurso no lado da história. In: ORLANDI, E. P. (org.). **Gestos de leitura**. Campinas: UNICAMP, 1997.

_____. Da enunciação ao acontecimento discursivo em análise do discurso. Tradução: Freda Indursky. In: GUIMARÃES, E. (org.). **História e sentido na linguagem**. Campinas: Pontes, 1989.

GUIMARÃES, E. Enunciação e história In: GUIMARÃES, E.(org.): **História e sentido na linguagem**. Campinas: Pontes, 1989.

_____. Historicidade do sentido. In: GUIMARÃES, E.(org.): **Os Limites do sentido**. Campinas: Pontes, 1995.

_____. **Semântica do acontecimento**: um estudo enunciativo da designação. Campinas: Pontes, 2002.

_____. Designação e espaço de enunciação: um encontro político no cotidiano. *In: Revista Letras – Língua e Literatura: limites e fronteiras – nº26 - 2003.*

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. 11. ed., Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HENRY, P. Os fundamentos teóricos da “Análise Automática do Discurso” de Michel Pêcheux (1969). *In: GADET, F, HAK, T. (orgs.): Por uma análise automática do discurso – Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 2. ed., Campinas: UNICAMP, 1993.*

MAAR, W. L. **O que é política.** São Paulo: Brasiliense, 1982.

MACHADO, R. Por uma genealogia do poder. *In: FOUCAULT, M. Microfísica do poder.* Tradução: Roberto Machado. 3. ed., Rio de Janeiro: Graal. 1982.

MAINGUENEAU, D. **Cenas da enunciação.** Orgs: Sírio Possenti; Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva. São Paulo: Parábola, 2008a.

_____. **Gênese dos discursos.** Tradução: Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2008b.

MALDIDIER, Denise. A Inquietação do discurso. **(Re)ler Michel Pêcheux hoje.** Tradução: Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.

MAZIÈRE, Francine. **L’Analyse du discours – histoire et pratiques.** Paris: Presses Universitaires de France, 2005.

MIGUEL, L.F.; BIROLI, F. Gênero e política no jornalismo brasileiro. **Revista FAMECOS,** Porto Alegre, 36: 24 – 39, 2008.

MIGUEL, Sônia M. **A Política de cotas por sexo – um estudo das primeiras experiências no legislativo brasileiro.** Brasília: CFEMEA, 2000.

MIHAELY, G. Masculinités dans le monde du travail: années 1870-1900. *In: REVENIM, Régis (coord): Hommes et masculinités de 1789 à nos jours: contributions à l’histoire du genre et de la sexualité en France.* Collection Mémoires/Histoire nº132, Paris: Éditions Autrement, 2007.

MORAES, Maria L. Q. **Feminismo, movimentos de mulheres e a (re)construção da democracia em três países da América Latina.** Primeira Versão. Campinas: IFHC/UNICAMP, 2003.

MURARO, R. M. **A Mulher na construção do mundo do futuro.** 6. ed., Petrópolis: Vozes, 1971.

NAVARRO, B.P.L. O papel da imagem e da memória na escrita jornalística da história do tempo presente. *In: GREGOLIN, M.R. (Org): Discurso e mídia – A cultura do espetáculo.* São Carlos: Editora Claraluz, 2003.

NETO, A. F. Discurso político e mídia. *In*: RUBIN, A. A. C. (org.). **Comunicação e política** – conceitos e abordagens. Salvador: Edufba, 2004.

NOGUEIRA, Conceição. **Um novo olhar sobre as relações sociais de gênero**: Feminismo e perspectivas críticas na psicologia social. Fundação Galouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia. 2001.

ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio**. No movimento dos sentidos. 3. ed., Campinas: UNICAMP, 1995.

_____. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. **Análise de discurso**. Princípios & procedimentos. Campinas: Pontes, 1999.

_____. **Discurso e texto**. Formulação e circulação dos sentidos. Campinas: Pontes, 2001.

_____. Maio de 1968: Os silêncios da Memória. *In*: ACHARD, Pierre, (et. al). **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 2007.

PÊCHEUX, M. Papel da memória. *In*: ACHARD, Pierre, (et. al): **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 2007.

_____. **O discurso, estrutura ou acontecimento**. 5. ed., Campinas: Pontes, 2008.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (AAD-69). *In*: GADET, F., HAK, T. (orgs.): **Por uma análise automática do discurso** - Uma introdução a obra de Michel Pêcheux. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 1993

PÊCHEUX, M., FUCHS, C.: A propósito da análise automática do discurso: Atualização e perspectivas (1975). *In*: GADET, F, HAK, T. (orgs.): **Por uma análise automática do discurso** – Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 2. ed., Campinas: UNICAMP, 1993.

PÊCHEUX, M. Ler o arquivo hoje. *In*: ORLANDI, E.P. (Org). **Gestos de leitura** – Da História no Discurso. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

PINTO, M. C. C. **A dimensão política da mulher**. 2. ed., São Paulo: Edições Paulinas, 1992.

PIOVEZANI, C. Política midiaticizada e mídia politizada: fronteiras mitigadas na pós-modernidade. *In*: GREGOLIN, M.R.V. (org.): **Discurso e mídia**: a cultura do espetáculo. São Carlos: Claraluz, 2003.

PIOVEZANI, C. **Verbo, corpo e voz**: dispositivos de fala pública e produção da verdade no discurso político. São Paulo: UNESP, 2009.

PORTO, M. P. Enquadramentos da Mídia e Política. *In*: RUBIN, A. A. C. (org.). **Comunicação e política** – conceitos e abordagens. Salvador: Edufba, 2004.

POSSENTI, S.: Pragmática na análise do discurso. *In*: **Caderno de estudos lingüísticos**. Campinas: UNICAMP, 1996.

_____. Teoria do discurso: um caso de múltiplas rupturas. IN: MUSSALIN, F. e BENTES, A. C. (orgs.): **Introdução à lingüística 3** – fundamentos epistemológicos. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. POSSENTI, Sírio: **Questões para analista do discurso**. São Paulo: Parábola, 2009.

PRAVAZ, S. **Três estilos de mulher, a doméstica, a sensual, a combativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PUPPIM, A. Mulheres em cargos de comando. *In*: BRUSCHINI, B., BILA, S. (orgs.). **Novos olhares: mulheres e relações de gênero no Brasil**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, Marco Zero, 1994.

RENNES, J. Le prestige professionnel: un genre masculin? *In*: REVENIM, Régis (coord.): **Hommes et masculinités de 1789 à nos jours: contributions à l'histoire du genre et de la sexualité en France**. Collection mémoires/histoire, Paris, 132: Éditions Autrement, 1880-1940, 2007.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. **Comunicação e política**. São Paulo: Haker Editores, 2000.

SEGNINI, L. R. P. Feminização do trabalho bancário. *In*: BRUSCHINI, B., BILA, S.(orgs.). **Novos olhares: mulheres e relações de gênero no Brasil**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, Marco Zero, 1994.

SILVEIRA, J. **Navegando pelo discurso político-eletrônico: mutações dos/nos enunciados políticos na internet**. Dissertação (Mestrado) – Programa de pós-graduação em Letras, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2009.

SURKIS, J. Histoire des hommes et des masculinités: passé et avenir. *In*: REVENIM, Régis (coord.): **Hommes et masculinités de 1789 à nos jours: contributions à l'histoire du genre et de la sexualité en France**. Collection Mémoires/Histoire, Paris, 132: Éditions Autrement, 2007.

TABAK, F. **Autoritarismo e participação política da mulher**. Coleção Tendência, Rio de Janeiro, 6: Edições Graal, 1983.

TRIGO, M. H. B. A mulher universitária: códigos de sociabilidade e relações de gênero. *In*: BRUSCHINI, C, BILA, S. (orgs.) **Novos olhares: mulheres e relações de gênero no Brasil**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, Marco Zero, 1994

7. ANEXOS

Lei n.º 9100 de 29 de setembro de 1995

“Estabelece normas para a realização das eleições municipais de 03 de outubro de 1996, e dá outras providências”.

Art. 11. Cada partido ou coligação poderá registrar candidatos para a Câmara Municipal até cento e vinte por cento do número de lugares a preencher.

“§ 3º vinte por cento, no mínimo, das vagas de cada partido ou coligação deverão ser preenchidas por candidaturas de mulheres”.

Lei n.º 9504 de 30 de setembro de 1997

Estabelece normas para as eleições de outubro de 1998 e dá outras providências Art. 10. Cada partido poderá registrar candidatos para a Câmara dos Deputados, Câmara Legislativa, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais, até cento e cinquenta por cento do número de lugares a preencher.

§ 3º Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação deverá reservar o mínimo de trinta por cento e o máximo de setenta por cento para candidaturas de cada sexo. Disposições transitórias Art. 80. Nas eleições a serem realizadas no ano de 1998, cada partido ou coligação deverá reservar, para candidatos de cada sexo, no mínimo, vinte e cinco por cento e, no máximo, setenta e cinco por cento do número de candidaturas que puder registrar.

02) Resultados das eleições 2008, segundo informações constantes no *website* do Tribunal Superior Eleitoral (acesso em 11/12/08).

Resultados das eleições por cargo / sexo - Brasil

CARGO	Qt. Masc	Qt. Mas. Eleito	Qt. Femí.	Qt. Fem. Eleito	Qt. Ni	Qt. Ni eleit.	Qt. Eleit.	Qt. Cand.
Prefeito	13.472	5.023	1.670	502	0	0	5.525	15.142
Vereador	258.154	45.397	72.476	6.496	0	0	51.893	330.630

- **Qt Masc:** Quantitativo de candidatos do sexo masculino que concorreram à eleição.
- **Qt Masc Eleit:** Quantitativo de candidatos do sexo masculino que foram eleitos.
- **Qt Fem:** Quantitativo de candidatos do sexo feminino que concorreram à eleição.
- **Qt Fem Eleit:** Quantitativo de candidatos do sexo feminino que foram eleitos.
- **Qt NI:** Quantitativo de candidatos que não informaram o sexo e que concorreram à eleição.
- **Qt NI Eleit:** Quantitativo de candidatos que não informaram o sexo e que foram eleitos.
- **Qt Total Cand:** Quantitativo total de candidatos que concorreram à eleição.
- **Qt Total Eleit:** Quantitativo total de candidatos que foram eleitos.

Em Curitiba: 1º turno

CARGO	Qt. Masc	Qt. Mas. Eleito	Qt. Femí.	Qt. Fem. Eleito	Qt. Ni	Qt. Ni eleit.	Qt. Eleit.	Qt. Cand.
Prefeito	7	1	1	0	0	0	1	8
Vereador	621	32	176	6	0	0	38	797

Em Fortaleza: 1º turno

CARGO	Qt. Masc	Qt. Mas. Eleito	Qt. Femí.	Qt. Fem. Eleito	Qt. Ni	Qt. Ni eleit.	Qt. Eleit.	Qt. Cand.
Prefeito	7	0	2	1	0	0	1	9
Vereador	679	37	184	4	0	0	41	863

Em São Paulo: 1º turno

CARGO	Qt. Masc	Qt. Mas. Eleito	Qt. Femí.	Qt. Fem. Eleito	Qt. Ni	Qt. Ni eleit.	Qt. Eleit.	Qt. Cand.
Prefeito	8	0	3	0	0	0	0	11
Vereador	828	50	249	5	0	0	55	1077

Em São Paulo: 2º turno

CARGO	Qt. Masc	Qt. Mas. Eleito	Qt. Femí.	Qt. Fem. Eleito	Qt. Ni	Qt. Ni eleit.	Qt. Eleit.	Qt. Cand.
Prefeito	1	1	1	0	0	0	1	2

QUADRO DE VOTAÇÃO – P/ PREFEITURA

Município	Turno	Qt. Comp.	Qt. Votos Válidos	Qt. Votos brancos	Qt. Votos nulos	Qt. Votos anulados
Fortaleza	1º	1.277.447	1.183.720	29.496	64.231	0
Curitiba	1º	1.068.613	1.007.509	23.181	37.923	0
São Paulo	1º	6.916.744	6.369.283	230.717	316.744	0
São Paulo	2º	6.759.927	6.243.085	176.880	339.962	0

- **T:** Turno da eleição.
- **Nr ZE:** Número da Zona Eleitoral - Somente para abrangência "Zona Eleitoral".
- **Qt Comp:** Quantitativo de eleitores que votaram e que pertencem a seções que foram totalizadas.
- **Qt Votos Válidos:** Quantitativo de votos nominais ou de legenda.
- **Qt Votos Brancos:** Quantitativo de votos em branco.
- **Qt Votos Nulos:** Quantitativo de votos nulos.
- **Qt Votos Anulados:** Quantitativo de votos anulados e apurados em separado.